



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BÁRBARA MARIA COSTA E SILVA

**O “CICLO DE GREVES” DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DE
PERNAMBUCO (1979-1985) E A ACADEMIA SINDICAL DA FETAPE:
CULTURA HISTÓRICA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

JOÃO PESSOA – PB

2022

BÁRBARA MARIA COSTA E SILVA

**O “CICLO DE GREVES” DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DE
PERNAMBUCO (1979-1985) E A ACADEMIA SINDICAL DA FETAPE:
CULTURA HISTÓRICA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

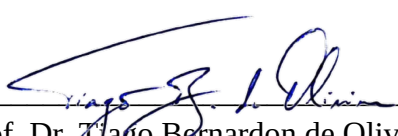
2022

**O “CICLO DE GREVES” DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DE
PERNAMBUCO (1979-1985) E A ACADEMIA SINDICAL DA FETAPE:
CULTURA HISTÓRICA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

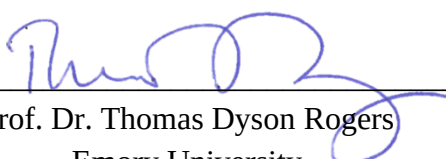
Bárbara Maria Costa e Silva

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada no Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da
Paraíba (PPGH-UFPB) em 16 de dezembro de 2022.

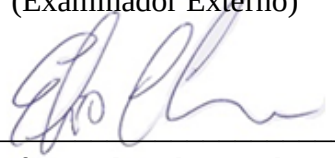
Banca Examinadora



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)
(Orientador)



Prof. Dr. Thomas Dyson Rogers
Emory University
(Examinador Externo)



Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB)
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE)
(Examinadora Suplente Externa)

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Universidade Federal de Paraíba (PPGH-UFPB)
(Examinadora Suplente Interna)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Bárbara Maria Costa e.

O ciclo de greves dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco (1979-1985) e a Academia Sindical FETAPE : cultura histórica, consciência histórica e consciência de classe / Bárbara Maria Costa e Silva. - João Pessoa, 2022.

184 f. : il.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Lutas de classes - Canavieiros. 2. Trabalho canavieiro - Memórias. 3. Trabalho rural. 4. Consciência histórica. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 323.4-057.2(043)

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita dessa Dissertação certamente foi desafiador e, muitas vezes, desanimador. Após uma semana de aulas presenciais da pós-graduação, foi anunciado o estado pandêmico da COVID-19 no mundo, e logo os meses que se seguiram no ano de 2020 foram submersos de tristeza, medo e incertezas. Pessoalmente, convivendo com processos de altos e baixos de saúde mental, foi essencial no meu cotidiano de estudos o apoio, companhia e alento de pessoas queridas em minha vida, que tornaram possível a continuidade da minha escrita tão inconstante.

Meus agradecimentos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (PRPG) pela concessão da bolsa de Auxílio Financeiro aos Discentes de Pós-Graduação, por mérito acadêmico, no período de seis meses, possibilitando melhores condições financeiras para a realização da pesquisa. Agradeço também ao Programa de Pós Graduação em História da UFPB, pois os esforços da coordenação foram essenciais para a efetivação do auxílio financeiro. Ainda, reconheço a Universidade Pública como espaço de resistência, especialmente nos últimos anos desde o golpe de 2016, que sobreviveu duramente nos quatro anos de governo Bolsonaro, aliados com os anos de pandemia que vieram para dificultar ainda mais a sobrevivência das pesquisas científicas, principalmente no meio das Ciências Humanas. Portanto, agradeço ao PPGH por ter resistido durante os anos de pandemia e ao ensino público que se fez forte diante das investidas fascistas e ameaças dos últimos anos.

Sou muito grata aos meus professores, em especial, a meu orientador Tiago Bernardon de Oliveira, por todo esforço voltado aos discentes, por ser compreensivo e flexível, pessoa ímpar desde os primeiros anos da minha graduação em História na UFPB, no meu processo de consciência política, histórica e de classe. A Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva por acompanhar dos bastidores desde o início o meu processo de pesquisa e escrita, sendo sempre atenciosa e querida. Em especial ao GEPEHTO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho, o qual tive a oportunidade de integrar desde sua gênese em meados de 2017, constituindo-se enquanto um pequeno grupo de pessoas e hoje se apresenta como um grupo consolidado, composto por professores e estudantes engajados na produção e análise crítica da história pelo viés marxista. Agradeço a todos e todas que participaram de cada debate teórico, nas entrelinhas da minha escrita

coexistem as significativas contribuições feitas pelo grupo em reuniões ao longo dos últimos anos.

Teço os meus agradecimentos também para a minha banca examinadora que estive presente na etapa da qualificação e de defesa: ao professor Thomas Rogers, que gentilmente integrou minha banca e prestou contribuições ímpares ao meu trabalho, e ao professor Elio Chaves Flores, que igualmente esteve presente desde o início do processo da pesquisa e pude aproveitar bastante dos seus apontamentos. Agradeço a oportunidade de contar com a leitura atenciosa de ambos professores nesse processo.

Às minhas amigas, companheiras de graduação, de docência e de vivências políticas: Paula Veríssimo e Nara Targino, muito obrigada pelas palavras de apoio e força nos momentos em que eu não sabia se conseguiria. Sempre tive vocês em meu horizonte enquanto exemplos palpáveis de competência e responsabilidade. Os momentos de descontração e lazer foram primordiais para manutenção do meu equilíbrio mental, por isso, obrigada por todos esses anos de amizade. À minha querida amiga Lídia Batinga, obrigada por todas as conversas, risos e aprendizados compartilhados.

As demais amigas, amigos, meu pai (Papai) e minha mãe (Mainha) agradeço pelo alento nos momentos de fragilidade e sentimento de incapacidade diante das obrigações acadêmicas e prazos a cumprir. Ao meu noivo Deodato, obrigada pela paciência, companheirismo e carinho durante esse difícil período. Em especial, sou grata à minha mãe Socorro Costa, por ter sido desde sempre para mim um exemplo de professora e fortaleza de conhecimento. Obrigada por todo o acolhimento nesse caminho acadêmico e por proporcionar, junto a meu pai, as melhores condições objetivas possíveis que facilitaram tanto meu processo de pesquisa e escrita.

Por fim, desejo expressar a minha gratidão à companhia do meu cachorro, meu fiel companheiro Mellow de 11 anos, que foi regulador emocional e tornou possível sobreviver sem tanto sofrimento aos meses de isolamento diário causados pela pandemia, mas também intrínseco ao processo de escrita que pode ser tão solitário.

A finalização dessa Dissertação representa o período de colheita triunfante de um longo trabalho de cuidado com a terra, de plantio lento e intranquilo, onde pensei, muitas vezes, que ao final do ciclo não haveriam plantas nem frutos a colher.

RESUMO

A miséria, a fome e a violência a que estiveram submetidos os trabalhadores rurais e suas famílias foram combustível de indignação para as crescentes mobilizações de classe por direitos e cidadania desde a década de 1950 no Nordeste brasileiro. Tais lutas empenharam respectivamente o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), proposto no ano de 1963, após a grande greve de 200 mil canavieiros no mesmo ano, culminando assim na negociação do Acordo do Campo, pelo qual direitos básicos, mas essenciais, foram negociados para a categoria no estado de Pernambuco. O debate aberto entorno da reforma agrária gerou projetos advindos dos setores políticos e econômicos, a fim de estabilizar a questão social do campo e a fixação do camponês na terra. Parcialmente barradas pelo golpe militar em 1964, as mobilizações organizadas da classe trabalhadora rural em Pernambuco foram retomadas com força a partir do ano de 1979, após o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, durante a lenta abertura para a democracia no país. Diante desse contexto, tomando como base a perspectiva da *história vista de baixo*, objetiva-se analisar a construção narrativa da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco - FETAPE acerca do “ciclo de greves canavieiras”, termo cunhado pela antropóloga Lygia Sigaud, estudiosa dos trabalhadores da cana de açúcar da região da Zona da Mata de Pernambuco, ao tratar das mobilizações ocorridas entre o ano de 1979 e 1985. A abordagem dessa construção narrativa por parte dos trabalhadores foi realizada sobre materiais produzidos pela Academia Sindical FETAPE, criada em 2012, braço da Federação responsável por organizar as memórias das lutas no meio rural desde o século XX, assim como por promover a manutenção de formações políticas e a circulação dessa narrativa entre a classe trabalhadora canavieira associada. Como se procurará demonstrar, tais narrativas estão relacionadas à construção de uma cultura histórica vinculada a formas de consciência histórica e consciência de classe desses agentes, construídas coletivamente e que procuram articular visões acerca de experiências passadas e presentes de lutas sociais relacionando-as diretamente a horizontes de futuro. Para o desenvolvimento desta Dissertação, utilizamos materiais produzidos pela Academia Sindical no tempo presente, entre jornais, folhetos, revistas e outras publicações; o periódico *Diário de Pernambuco*, assim como materiais de produção de outras entidades sindicais, com notícias e textos produzidos no “calor da hora”, ou seja, durante o “ciclo de greves” canavieiras; e relatos de trabalhadores canavieiros pernambucanos que alcançaram posições de lideranças sindicais rurais durante a década de lutas. As memórias sobre a exploração do trabalho canavieiro, as perseguições, organizações de greves e paralisações, conquistas e contradições da classe trabalhadora em Pernambuco, remetem a narrativas dos trabalhadores que resultam em uma cultura histórica própria, comprometida com a luta de classes e a transformação social. Nesse sentido, as experiências dos trabalhadores canavieiros e suas interpretações sobre o presente e expectativas para o futuro das lutas estão em foco em uma reflexão que buscou suporte junto à análise bibliográfica clássica e recente sobre as temáticas relacionadas. Para este fim, os conceitos de experiência e classe do historiador inglês E. P. Thompson são centrais no desenvolvimento desta breve análise sobre a cultura histórica dos trabalhadores canavieiros organizados em torno da FETAPE e de sua Academia Sindical.

Palavras-chave: Canavieiros; Memórias; Trabalho; Consciência de Classe; Consciência Histórica; Cultura Histórica.

ABSTRACT

The misery, hunger and violence to which rural workers and their families were subjected fueled the indignation of the growing class mobilizations for rights and citizenship since the 1950s in Northeast Brazil. Such struggles respectively compromised the Rural Worker Statute (ETR), proposed in 1963, after the great strike of 200,000 sugarcane workers in the same year, thus culminating in the negotiation of the Campo Agreement, through which basic, but essential, rights were negotiated for the category in the state of Pernambuco. The open debate around the agrarian reform generated projects from the political and economic sectors, in order to stabilize the social question of the countryside and the fixation of the peasant on the land. Partially blocked by the military coup in 1964, the organized mobilizations of the rural working class in Pernambuco were resumed with force from the year 1979, after the 3rd National Congress of Rural Workers, during the slow opening to democracy in the country. Given this context, based on the perspective of *history from below*, the objective is to analyze the narrative construction of the Federation of Rural Workers and Workers of Pernambuco - FETAPE about the “cycle of sugarcane strikes”, a term coined by the anthropologist Lygia Sigaud, a scholar of sugarcane workers in the Zona da Mata region of Pernambuco, when dealing with the mobilizations that took place between 1979 and 1985. The approach of this narrative construction by the workers was carried out on materials produced by Academia Sindical FETAPE, created in 2012, a branch of the Federation responsible for organizing the memories of struggles in rural areas since the 20th century, as well as promoting the maintenance of political formations and the circulation of this narrative among the associated sugarcane working class. As we will try to demonstrate, such narratives are related to the construction of a historical culture linked to forms of historical consciousness and class consciousness of these agents, collectively constructed and that seek to articulate visions about past and present experiences of social struggles, relating them directly to horizons of future. For the development of this Thesis, we used materials produced by Academia Sindical in the present time, among newspapers, leaflets, magazines and other publications; the newspaper *Diário de Pernambuco*, as well as materials produced by other union entities, with news and texts produced in the “heat of the moment”, that is, during the sugarcane “strike cycle”; and reports from Pernambuco sugarcane workers who reached rural union leadership positions during the decade of struggles. Memories about the exploitation of sugarcane labor, persecutions, organizations of strikes and stoppages, conquests and contradictions of the working class in Pernambuco, refer to workers' narratives that result in their own historical culture, committed to class struggle and social transformation. In this sense, the experiences of sugarcane workers and their interpretations of the present and expectations for the future of struggles are in focus in a reflection that sought support from classic and recent bibliographical analysis on related themes. To this end, the English historian E. P. Thompson's concepts of experience and class are central to the development of this brief analysis of the historical culture of sugarcane workers organized around FETAPE and its Academia Sindical.

Keywords: Sugarcane workers; Memoirs; Labor; Class Consciousness; Historical Consciousness; Historical Culture.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 – História, Memória e Política: referenciais teóricos para pensar a construção de uma cultura histórica sobre as lutas coletivas dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco	15
Capítulo 2 – O ciclo de greves dos canavieiros pernambucanos de 1979 a 1985: uma narrativa sobre alguns de seus aspectos por meio de fontes escritas no “calor da hora”... 44	
2.1 O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1979: a emergência de orientações para lutas em âmbito nacional.....	45
2.2 A reorganização das lutas e a greve de 1979 em São Lourenço da Mata e em Paudalho – PE	53
2.3 O “ciclo de greves”: trabalhadores sindicalizados agindo por dentro da lei	63
2.4. Açúcar, suor e sangue: a escalada da violência nos interregnos	67
2.4.1 Os interregnos das greves através da imprensa: análise a partir do periódico <i>Diário de Pernambuco</i>	69
2.4.2 Superexploração e violência como imperativos para o capital	99
Capítulo 3 – Narrativas da FETAPE: análise da elaboração sobre o passado a partir das fontes do tempo presente	122
3.1. O perfil e os propósitos da Academia Sindical da FETAPE: um instrumento de consciência histórica e de classe	124
3.2. Cronologia e marcos históricos na elaboração da narrativa histórica da Academia Sindical da FETAPE	139
3.3. As memórias como elementos vivos e centrais na concepção de consciência histórica da Academia Sindical FETAPE	149
3.4. O presente atento ao passado e o futuro enquanto campo de possibilidades e expectativas.....	168
Considerações finais.....	179
Referências bibliográficas.....	181

Introdução

“O dom de despertar no passado centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225).

O materialismo histórico dialético é o pilar que ergue a análise construída na presente Dissertação e este eixo teórico central estará em diálogo com outras contribuições teóricas, procurando abarcar aproximações e distanciamentos que tornem possível a compreensão de nosso objeto: a relação dialética entre memória, história, cultura histórica e consciência de classe dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, expressos em relatos orais de velhos militantes protagonistas do ciclo de greves de 1979 a 1985 e nos materiais produzidos pela Academia Sindical da FETAPE (Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco). Diante disso, considero coerente apontar quais as referências conceituais que utilizei como chão para as trilhas do processo de escrita e pesquisa historiográfica.

Utilizo como referência basilar, sobretudo, os estudos do historiador E. P. Thompson, partindo do conceito de classe como categoria histórica utilizada pelo uso da tradição marxiana, relacionada à ideia de processo histórico empírico e real da formação das classes sociais, conforme proposta do britânico em sua obra *A formação da classe operária inglesa* (1987). Tendo em vista o caso específico de trabalhadores canavieiros no Nordeste brasileiro, aqui analisado, a abordagem proposta implica, necessariamente, refletir sobre um processo histórico de autoconstrução na luta de classes. Logo, buscamos compreender a memória e o cotidiano dos trabalhadores em perspectiva inspirada na de E. P. Thompson (2001, p. 269-281), quando afirma que ninguém melhor do que os próprios protagonistas para saber como a escrita da história deve ser. Nessa perspectiva, classe e consciência de classe, constituem um processo histórico que não é mecânico e automático, ou somente reflexos simplificados da hegemonia capitalista, mas partem do reconhecimento de interesses e tradições antagônicas de classes sociais dentro de um processo de luta.

Portanto, compreendemos aqui que a classe se delineia, historicamente, no seio das experiências de pessoas no conjunto de suas relações sociais, dentro de um modelo

de produção e a partir da cultura autoconstruída e compartilhada. No caso dos canavieiros pernambucanos, a formação da classe é marcada por um conjunto complexo de elementos que permeiam a ação dos sindicatos rurais ao longo da década de 1950, as mobilizações grevistas, a ação da Igreja Católica nos empenhos de luta, o governo estadual de Miguel Arraes do início dos anos 1960, até o processo de identificação entre os trabalhadores, no cotidiano de suas labutas e em outros espaços de convivência, assim como as relações de produção e as formas de dominação a quais estiveram submetidos.

Para analisar o cotidiano dos canavieiros pernambucanos, buscou-se amparo na publicação *A história vista de baixo* (1966), na qual o historiador inglês reforçou a necessidade de se compreender o passado à luz da experiência de pessoas comuns. Nesse sentido, a perspectiva da história vista de baixo, como abordagem, permite o surgimento de novas fontes, aumentando as possibilidades de serem elaboradas indagações às fontes oficiais e materiais que nem sempre foram consideradas fontes legítimas. Apesar da consolidação crescente da história oral ao longo dos últimos trinta anos, o uso dos relatos orais de trabalhadores como fontes de pesquisa aponta para a necessidade de um aprofundamento conceitual para delinear a compreensão sobre um fato ou processo histórico. Então, a partir das possibilidades de interpretações sobre as fontes e a correlação entre elas, historiadores podem ampliar a visão da história, a fim de desenvolver pesquisas aliadas a questões contemporâneas que partem da perspectiva da classe trabalhadora, como foi priorizado nesse trabalho.

Dito isso, o uso da história oral como metodologia de execução desta Dissertação se relaciona à concepção da história social do trabalho thompsiana, a qual busca elaborar análises históricas alinhadas às pessoas “comuns”. Nesse sentido, sobre história oral e memória, destacamos a importância do diálogo com outros suportes teóricos e metodológicos, nem sempre vinculados à tradição do materialismo histórico, a partir de reflexões de autores como Eclea Bosi (1979), Jacques Le Goff (1990), Jörn Rüsen (2007), Reinhart Koselleck (2006) e Paul Ricoeur (2007). O diálogo com esses autores será importante para efetuarmos a análise de nossas fontes com a produção já consolidada do conhecimento acadêmico acerca da região da Zona da Mata de Pernambuco, envolvendo questões essenciais do campo, como a sobrevivência da população, a exploração dos trabalhadores da indústria açucareira, assim como a insurgência das lutas organizadas dos trabalhadores a partir das Ligas Camponesas. Importantes estudos historiográficos e sociológicos dedicados ao estudo de tais temas na região podem ser citados e serão, junto

com as demais referências bibliográficas, utilizadas como suporte teórico desta Dissertação, tais como os de Christine R. Dabat (2015), Maria do Socorro Abreu e Lima (2012) e Thomas D. Rogers (2017), e, mais especificamente sobre as greves ocorridas entre 1979 e 1985, Lygia Sigaud (1980; 1986).

Antes de prosseguir, porém, considero necessário retomar e elucidar um pouco sobre o meu contato pessoal com o método da história oral, que utilizei ao longo da minha elaboração teórica acerca da memória. Compartilho com alguns autores, como Alessandro Portelli (2016), a visão de que este método requer dos pesquisadores uma postura de compreensão em relação ao outro, principalmente de escuta respeitosa, levando em conta, sobretudo, que tenho bastante a aprender nesses processos de experiências partilhadas. Assim sendo, a memória, que constitui a centralidade do meu tema também é construída por afetos, traumas, angústias, vontades e outras emoções. Portanto resgatar aspectos dos meus primeiros contatos, como bolsista PIBIC na graduação, com a memória dos trabalhadores, a luta por direitos e a cotidianidade dos canavieiros¹, é importante para a presente elaboração. Foi através da pesquisa de campo iniciada em 2017 que tive esse contato, junto ao grupo de pesquisadores que eu integrava. Essas visitas e contatos se apresentaram como experiências que muito fortaleceu e solidificou a perspectiva histórica a qual desejo contribuir como pesquisadora. Ali tive o privilégio acompanhar e participar das entrevistas junto a um grupo de pesquisadores experientes, com quem aprendi muito. Desse modo, fui constituindo meu entendimento acerca do exercício da história oral com a materialidade inerente às interpretações da história social do trabalho.

Em paralelo ao referido processo, a minha integração ao GEPEHTO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho², em meados de 2017, meu interesse e

¹ O projeto nomeado de *Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70*, encabeçado pelos pesquisadores José Sérgio Leite Lopes e Moacir Palmeira através da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), contou com a participação da Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Teve seu início no primeiro semestre do ano de 2017, sendo a UFPB a instituição que me vinculou ao projeto junto ao Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira, do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. O projeto teve como um dos seus frutos o livro *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves de metalúrgicos e canavieiros*, lançado no ano de 2019 pela editora Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² O GEPEHTO é vinculado ao Departamento de Pós-Graduação em História e ao Pólo do ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e tem como objetivo desenvolver pesquisas que contribuam para a compreensão das dinâmicas históricas relacionadas à esfera do trabalho no Brasil, especialmente no Nordeste. O grupo é coordenado pelos professores Tiago Bernardon de Oliveira e Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.

estudos sobre a história social também foram fortalecidos. Ambos os processos culminaram, no ano de 2019, na escrita e apresentação do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Licenciatura em História, defendido na UFPB, sob o título *Acordo do Campo de 1963: memórias das condições de trabalho e das lutas sociais dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco*³.

Por fim, avalio que as ambiguidades, lacunas e possíveis contradições que possam estar presentes na minha escrita, devem ser consideradas como parte integrante do de um processo complexo. Ao longo dos anos dessa pesquisa e elaboração da Dissertação, busquei partir da análise cruzada, cuidadosa e responsável entre as fontes orais e escritas. Da mesma forma, espero ter sido fiel às representações de questões cotidianas e regionais, dizeres e costumes, que são elementos constitutivos das identidades canavieiras. Por conseguinte, busquei manter, em grande parte do tempo, o equilíbrio entre as motivações dessa pesquisa e minhas percepções subjetivas com as análises balizadas por elementos orientadores de racionalidade para contribuição efetiva do conhecimento científico historiográfico acerca das classes trabalhadoras ao longo do século XX e XXI.

Apresentadas estas questões, vou me valer das discussões em torno da cultura histórica e suas inter-relações com consciência histórica e consciência de classe, tendo em vista que boa porção das fontes utilizadas partem da construção de narrativas históricas desenvolvidas pelos próprios trabalhadores que militaram durante o ciclo de greves (de 1979 a 1985) através da FETAPE. Compreendendo também que a Academia Sindical FETAPE, criada em 2012, setor guardião das memórias dos trabalhadores militantes e sindicalistas na federação, e que ao exercerem, entre outras atividades, a função de organizar a história do sindicalismo rural pernambucano, acaba por elaborar de modo sofisticado a sua própria narrativa, possibilitando a sua legitimação ao longo dos anos.

Nesse sentido, não somente objetivo reconhecer a contribuição valiosa dos sindicalistas como agentes de sua própria história, como também busquei enfatizar a relevância dessa compreensão de cultura histórica dos canavieiros, através da Academia Sindical FETAPE. Portanto, aponto para as possibilidades de estudos a serem desenvolvidos sobre a região e sobre os trabalhadores rurais do estado a partir das

³ O TCC está disponível no link: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202112507044a53230262c5cbfe9e17a5/TCC_HISTRIA_UFPB_-_BRBARA_COSTA_2019_PDF.pdf

elaborações teóricas da Federação acerca da história de lutas do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A presente Dissertação de Mestrado em História está estruturada em 3 capítulos e seus respectivos tópicos. O primeiro capítulo foi dedicado a apresentar a problematização teórica acerca da relação entre memória, cultura histórica e consciência de classe, a partir de diversos referenciais teóricos postos em correlação constante com a temática em foco. No capítulo 2, foi abordada a narrativa do ciclo de greves canavieiras, de 1979 a 1985, a partir da análise de um conjunto de fontes produzidas por entidades sindicais, além da própria FETAPE, no “calor da hora”, ou seja, durante aqueles anos e em meio às mobilizações grevistas, para o qual também me vali da análise das notícias e de perspectivas editoriais do periódico *Diário de Pernambuco*, principal jornal corporativo de grande circulação do estado, sobre os movimentos grevistas, paralisações, acordos, e casos de violência em notas que cobriram o ciclo de greves na Zona da Mata Pernambucana. Por fim, no capítulo 3, foram analisadas propriamente as memórias dos militantes que participaram dessas mobilizações na década de 1980, assim como os materiais produzidos e organizados pela Academia Sindical FETAPE. Somente após percorrer o trajeto dos debates conceituais mais amplos (capítulo 1) e da análise processual com documentos produzidos “no calor da hora” (capítulo 2), é que pude, em termos de análise e de exposição, realizar no capítulo 3 o foco de análise particular da cultura histórica dos canavieiros filiados à federação, em articulação com suas formas de consciências histórica e de classe. Neste último momento, pude identificar os elementos centrais presentes nessas narrativas, assim como os marcos temporais que compõem as linhas cronológicas constituídas conceitualmente pela FETAPE e solidificadas com o passar das décadas. Ainda, pude colocar em foco os horizontes de expectativas que as chamadas *Memórias Vivas* (lideranças entrevistadas) apontam para as futuras gerações da classe trabalhadora rural.

Antes de adentrarmos à Dissertação, é preciso ressaltar que sua elaboração passou por redefinições constantes de seus objetos e objetivos em 2020 e 2021, devido aos impactos sociais e psicológicos consequentes da pandemia de COVID-19. O fato de o curso de Mestrado ter começado apenas uma semana antes da decretação do estado de pandemia na Paraíba fez com que o período de aulas do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB ser exclusivamente online, após um período de paralisação, de incertezas e de avaliações coletivas da situação que durou três meses, evidenciando o

cenário brasileiro amedrontador que se apresentava para todos. Logo, uma série de expectativas foram frustradas diante da extensão das necessárias medidas de distanciamento social, entre elas, as idas aos arquivos em Pernambuco que permitiriam o acesso a fontes imprescindíveis para a execução do projeto original, que tinha como foco outra problematização. A presente Dissertação, portanto, gestada durante um período tenebroso da história mundial contemporânea, todavia, é, ainda que nessas circunstâncias, resultado pessoalmente triunfante das difíceis reelaborações produzidas nesse contexto.

– Capítulo 1 –

História, Memória e Política: referenciais teóricos para pensar a construção de uma cultura histórica sobre as lutas coletivas dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco

A narrativa dos trabalhadores canavieiros sindicalizados foi uma narrativa elaborada historicamente por eles mesmos, desde a organização do Movimento Sindical Rural, ao longo da primeira metade da década de 1960, a partir dos esforços em nível estadual da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE e, em nível nacional, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Desse ponto de partida, defendo a concepção de que a prática de formação sindical, por meio dos sindicatos e de órgãos da Igreja, com mediação e coordenação da FETAPE, promoveu ao longo dos anos o que escolho nomear de cultura histórica dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. De antemão, procuro demonstrar alguns fatos que me soam como argumentos para essa afirmativa que proponho.

A existência da Academia Sindical FETAPE foi uma iniciativa da própria federação surgida no ano de 2012 com o objetivo de organizar primeiro um pequeno grupo de associados dos sindicatos rurais da Zona da Mata para coletarem e organizarem materiais correspondentes às lutas dos trabalhadores canavieiros daquela região, desde panfletos de paralisações, poesias escritas, páginas de jornais referentes a notícias de violência, documentos fornecidos pelos sindicatos rurais da Zona da Mata, entre vários materiais que juntos narravam de algum modo a história dos canavieiros do estado. O grupo de trabalhadores que promoveram essa pesquisa foi nomeado de *Memórias Vivas da Academia Sindical* e esse conjunto de materiais foi catalogado, sistematizado e organizado em uma sala localizada na sede da Federação no município de Carpina, em Pernambuco. Foi solicitado que os 10 polos sindicais da região fizessem a escolha de suas lideranças históricas para compor a Academia, que eram trabalhadores que vivenciaram o Movimento Sindical desde os primeiros anos da organização. Ao finalizar um determinado período, o grupo de lideranças históricas seria renovado.

Entre os anos de 2013 e 2017 foram escolhidas como lideranças históricas da Mata Sul Amaro Francisco da Silva Biá, conhecido como Amaro Biá, e da Mata Norte Severino Domingues de Lima, conhecido como Beija-Flor. Além de comporem a Academia

Sindical, os dois representantes escolhidos foram responsáveis por promover cursos formativos do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR com ênfase na história de luta e organização dos canavieiros do estado de Pernambuco. No ano de 2014 a FETAPE lançou o livro *O campo – meu lugar de viver, ver e transformar*, que possibilitou que Amaro Biá e Biu da Luz pudessem explicar de forma sintética suas histórias, além de valorizar e registrar as memórias vivas do movimento.

Essas informações foram retiradas de um livreto que recebi em mãos de dirigentes sindicais da FETAPE no ano de 2019, em um seminário organizado pelo grupo de pesquisadores do qual eu fiz parte e sobre o qual mencionei na Introdução desta Dissertação, e que contou com a participação de trabalhadores da Zona da Mata canavieira, entre as lideranças atuais do movimento e as chamadas lideranças históricas⁴. O fascículo 1 se chama *Zona da Mata: a história do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começa aqui*⁵ e foi lançado no ano de 2018, sendo a parte I de uma coleção chamada *A história das lutas e conquistas do MSTTR*.

Este fascículo 1 foi organizado como um livro de divulgação histórica e científica, portando ficha técnica, onde é apresentada a redação do texto de Severino Francisco da Luz Filho, conhecido como Biu da Luz, assessor da Academia Sindical FETAPE, e a lista de sindicalizados entrevistados na Mata Norte e na Mata Sul, entre outras informações importantes para o conhecimento da organização do opúsculo. Esta produção, como aponta o seu título, resume de modo sistematizado e em ordem cronológica o caminho percorrido pelo Movimento Sindical na Zona da Mata pernambucana, desde os sofrimentos dos canavieiros anteriores à formação dos sindicatos rurais na região até os desafios presentes (2018) da organização sindical. A Academia Sindical FETAPE reporta à necessidade que os próprios canavieiros tiveram de organização das memórias e sistematização da história de luta dos trabalhadores rurais da região. Isso é dito abertamente para os leitores: a Academia Sindical FETAPE deve “se preocupar em valorizar as memórias vivas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e organizar a história de luta dos homens e mulheres do campo” (*Zona*

⁴ O seminário ocorreu na cidade de Carpina, na sede da FETAPE, teve duração de dois dias em abril de 2019. O evento foi organizado pelo coletivo de pesquisa liderado por José Sérgio Leite Lopes e Moacir Palmeira, no qual eu fiz parte do grupo de pesquisas da Universidade Federal da Paraíba, liderado pelo professor Roberto Vêras de Oliveira. Este seminário tinha o objetivo de promover um reencontro e participação das várias lideranças sindicais históricas da Zona da Mata para que pudessem confraternizar e principalmente compartilhar as suas memórias de luta, desde os primeiros passos do Movimento Sindical do Campo durante a década de 1950.

⁵ FETAPE. *Zona da Mata: a história do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começa aqui*. Pernambuco, Brasil, 2018.

da Mata: a história do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começa aqui, 2018, p. 9). O eco que a sistematização da história feita pela FETAPE produz nas memórias da luta dos trabalhadores rurais, a partir de sua cultura histórica, é importante de ser compreendido, visto que hoje Academia Sindical FETAPE é constituída por documentos, panfletos, fitas, transcrições e outros materiais, o que a faz ser também procurada por diversas universidades, instituições e grupos de pesquisa para investigar os meandros da classe trabalhadora do campo no Nordeste.

Nessa direção, pelo menos desde a década de 1980, em um plano regional surgiram diversos estudos acerca da região da Zona da Mata de Pernambuco, envolvendo questões essenciais do campo, como a sobrevivência da população, a exploração dos trabalhadores da indústria açucareira, assim como a insurgência das lutas organizadas dos trabalhadores a partir das Ligas Camponesas. E em perspectiva com maior parte da produção historiográfica, sociológica e antropológica sobre a região, é notória a participação da FETAPE não só como personagem das histórias contadas e análises feitas, mas também como participante ativa das pesquisas, mediando entrevistas com as lideranças históricas. Assim, considero que a FETAPE e, de certo modo, a CONTAG, coordenando a luta dos sindicatos rurais em Pernambuco desde a década de 1960, quando da sua fundação, organizou a memória coletiva dos trabalhadores rurais do estado, a princípio organicamente e posteriormente com objetivos bem direcionados. Nesta Dissertação, procuro demonstrar a força da cultura história elaborada pela FETAPE ao longo dos anos acerca da sua história na região canavieira.

Esse preâmbulo narrativo que construo para dar início à Dissertação me remete ao entendimento de *classe* e *experiência* desenvolvido por E.P. Thompson, para quem a própria classe trabalhadora se faz em si, ela se molda, ela se constrói e ela cria seus elementos de luta, de identificação e consequentemente de memória em meio às experiências concretas que ela vive. E como elemento básico utilizo a afirmativa de Thompson (2001, p. 269-281) de que ninguém melhor do que os próprios protagonistas para conhecer a própria história.

Para desenvolver a análise aqui proposta, sobre a construção de uma cultura histórica própria dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco sobre sua história, manifestado em depoimentos orais e nos materiais escritos elaborados pela Academia Sindical FETAPE, o presente capítulo se dedicará a uma discussão sobre as balizas teóricas que nortearão esta Dissertação.

Iniciemos nossa discussão com as ponderações de Georges Haupt, historiador romeno vinculado à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris, autor do artigo “Por que a história do movimento operário?”, escrito nos anos 1970 e publicado em português no número 10 da *Revista Brasileira de História*, periódico da Associação Nacional de História (ANPUH), em 1985, em um contexto em que o movimento operário estava ganhando impulso nas universidades brasileiras e conquistando reconhecimento como área de estudos e pesquisas pela historiografia acadêmica. A partir dos anos 1960, na França, e na década de 1980, no Brasil, a escrita da história do movimento operário passou a ocorrer por novos domínios, sobretudo com as aproximações com as contribuições de historiadores como E.P. Thompson, Eric Hobsbawm entre outros. Nesse sentido, o prisma da história social foi transformado, surgindo um dilema entre os intelectuais: a história do movimento operário escrita por acadêmicos interessa aos militantes? Para quem ela é escrita e com que objetivo?

Para Haupt e para estudiosos desse tema é certo que o mergulho no passado é algo de interesse do movimento operário. A partir dessa constatação, o autor coloca em questão duas respostas principais aos questionamentos feitos acima. Em primeiro lugar, ele aponta para a existência de limites teóricos científicos e políticos em que a história do movimento operário foi escrita por suas bases militantes durante décadas e, possivelmente, não representa mais a realidade do presente. Seria apenas no século XX, no período de elaboração de seu artigo, que a classe operária e o movimento experimentaram com o passado uma ligação maior? Certamente não. Operários militantes do século XIX escreviam sua própria história, pois já se mostrava a necessidade de consciência histórica e do conhecimento articulado de seu passado. Nesse início, a produção da história do movimento operário era obra dos militantes, fosse pela paixão pela verdade histórica, seja pela motivação de seus compromissos políticos, ou por ambas. Nesse sentido, nesses primeiros estudos, “Seu enfoque não tem como objetivo a classe operária, mas suas representações organizacionais e ideológicas, particularmente as instâncias dirigentes do partido” (HAUPT, 1985, p. 44).

A outra resposta suscitada pelo autor opera no sentido de que nem sempre os objetivos científicos da pesquisa histórica sobre o movimento operário estão de acordo e contam uma versão heroica do passado dos militantes. Essa perspectiva traz novas sensibilidades sobre os problemas do passado. Certamente, existe uma articulação

constante entre a produção histórica acadêmica e a construção de memórias coletivas a partir de relatos de experiência dos próprios militantes.

É imprescindível aos pesquisadores da história do movimento operário, assim como de outros movimentos sociais e políticos organizados, construir uma análise crítica sobre o tema que perpassasse suas divergências internas na realização de seus objetivos e transformações, pois esta não está livre de disputas de narrativas e ideológicas no seu interior. Nesse sentido, a historiografia dos movimentos da classe trabalhadora é rica de significados e a construção da historiografia clássica de correntes políticas fazem parte do que hoje consideramos história.

Para Haupt, há uma dupla existência que comanda a utilização da história do movimento operário pelo próprio movimento operário: enquanto práxis e enquanto tradição. Enquanto práxis a experiência histórica age como fonte para toda a consciência de classe. A experiência de classe é o seu próprio combustível de luta. Enquanto tradição se tem em vista as problemáticas em relação à transmissão do passado e às suas formas de utilização. As tradições têm seu significado transformado a partir dos papéis que lhe são atribuídos nas sociedades:

A tradição mantida, transmitida, é ao mesmo tempo um elemento de coesão de grupo e um elemento de continuidade, um fator mobilizador e uma fonte viva que alimenta a memória coletiva e a consciência de classe. (HAUPT, 1985, p. 65).

Haupt indica que o silêncio e ocultação de fatos nunca foi e não é um monopólio instrumental das classes dirigentes. Grupos que se tornam organizadores da memória sobre o passado podem passar a deter o controle da consciência sobre o passado, de forma a validar decisões políticas estratégicas e táticas em meio às disputas nas quais estavam imersos. Diante disso, o sentido de uma geração de militantes passar o bastão para uma geração mais nova implica na necessidade de revisitar e conhecer as lutas do passado, assim como as memórias para a construção da consciência do terreno histórico que será enfrentado no futuro, assumindo, assim, contornos de uma “história-práxis”.

O autor chama atenção para celebrações de datas de memória como comemorações que possuem significado político e sobretudo, revolucionário. Esse tipo de construção é chamado por Haupt de “história-tradição”. Nesse ponto, é primordial enfatizar a diferença desse tipo de “história-tradição” como o culto do passado onde são

estereotipadas linguagens e narrativas de memórias, processo intencional chamado pelo autor de atrofia da memória coletiva. Ligada ao historicismo tradicional, é um tipo de história que visa sua autojustificação e tem função fortemente ideológica. É a percepção que os partidos têm de si mesmo que orienta o seu discurso histórico, com tendência à manipulação do passado. O chamado “espírito do partido”, tendência forte nos anos 1920, parte de um conceito histórico utilitarista com exigências que desembocam em uma história manipuladora, operação pela qual é feita intencionalmente uma triagem de documentos utilizados como fontes, por vezes escamoteando o que pode não interessar ou contrariar as diretrizes políticas do presente. De forma geral, os guardiões vigilantes das lendas oficiais são os dirigentes mais prestigiados do partido. Deve-se levar em conta o fato de Haupt ser um historiador romeno e se referir aos partidos ligados à III Internacional e a Stalin. A tragédia stalinista, com sua política de partido único e de controle do passado e do presente, foi muito impactante na Romênia e, não sem razão, as reflexões deste autor partem também dessa experiência.

Como os historiadores militantes podem escapar dessa armadilha? Estar consciente da existência desse tipo de processo histórico é primordial, assim como ter como regra o compromisso da história que são as exigências do momento presente para com a verdade histórica, questões que devem prevalecer sobre os interesses do Estado e dos partidos. Nesse sentido, Haupt defende que a tarefa do historiador engajado com os movimentos organizados da classe trabalhadora, a exemplo do operário, é manter a autocrítica constante, e acrescento: estar sempre alerta às narrativas construídas pelo partido ou movimento. Um exemplo marcante de manipulação do processo de consciência histórica foi visto a partir dos anos 1920 com a institucionalização e “mitologização” do movimento operário no leste europeu. A história do movimento foi utilizada como arma entre rivais a fim de justificar arbitrariedades e legitimar aspirações hegemônicas. A historiografia stalinista produziu uma história que passou a ser “a coleira que sufoca, um instrumento essencial de coisificação” (HAUPT, 1985, p. 56). Essa produção apagou, mutilou representações do passado para substituir pelas suas próprias. Esse processo de aniquilação da memória coletiva impede a própria faculdade de percepção das pessoas sobre o que vivem. Estratégias de produção histórica que omitem e excluem tendências não hegemônicas colaboram para o processo de “ciência da legitimação”. Na década de 1960, historiadores com novos olhares passaram a trilhar caminhos negligenciados do socialismo, passando a construir novas narrativas com outras

histórias. Neste processo, o autor indica a importância que podem assumir as análises históricas desenvolvidas sob os critérios acadêmicos e seus recursos teórico-metodológicos, inclusive para reportar aquilo que muitas vezes pode ser ocultado, por razões as mais diversas, embora elas também possam se prestar a falsificações e manipulações:

É com ajuda da produção e do discurso histórico “científico” que se operam, graças a um jogo sutil de luz e sombras, de manipulação dos fatos e de textos, o escamoteamento das realidades incômodas, e a alteração lenta, mas profunda, da memória coletiva. (HAUPT, 1985, p. 47)

As análises históricas desenvolvidas no âmbito acadêmico, por sua vez, não precisam estar descoladas de preocupações políticas, no sentido podem buscar contribuir com seu conhecimento para as lutas da classe trabalhadora. Em correlação, a “história-práxis” tem na experiência histórica a relação direta com problemas e questões do presente, sendo sua reflexão sobre sua história a fonte de sua própria identidade. Tanto a “história-tradição”, história partidária, quanto a “história-práxis”, história consciente de si e da experiência, podem tornar-se produções acadêmicas, assim como produções acadêmicas podem dar sustentação a avanços do conhecimento, ou a apropriações e reproduções de formas de poder. Essa decisão depende da postura ética e de autocrítica do historiador que a produz em meio à sua inserção social e política.

Tendo em vista a reflexão que Georges Haupt traz, considero importante evidenciar que esta pesquisa não tem como objetivo reproduzir a narrativa da FETAPE sobre o ciclo de greves, mas sim analisar essa narrativa a partir da identificação e interpretações de seus elementos estruturantes. Ainda que a considere uma narrativa coerente e de acordo com a verdade histórica, minha intenção não é contar a história da Federação e do movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco (processo já muito feito por renomados historiadores, antropólogos e sociólogos). Portanto, direciono a presente reflexão no sentido de compreender o percurso narrativo construído pela FETAPE sobre o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, solidificado pela criação da Academia Sindical no ano de 2012.

A reflexão desenvolvida por George Haupt tem aproximações com a de Eric Hobsbawm em seu texto “História operária e ideologia”, escrito em 1974 e contido na coletânea *Mundos do Trabalho* (2005), acerca de como a história dos movimentos

operários se construíram historicamente. Segundo o historiador britânico, tal qual reportara o romeno, as primeiras obras escritas sobre o movimento operário não eram escritos acadêmicos, eram escritas por militantes participantes, ou pelo menos simpatizantes do movimento. Assim, o primeiro grande interesse acadêmico na Inglaterra surgiu por parte dos cientistas sociais entre 1830 e 1840. O prisma começou a se transformar a partir século XX, quando foi conquistada uma liberdade acadêmica maior para escrever e estudar enquanto integrante do movimento. Em sua grande maioria, em perspectiva histórica, os historiadores e estudiosos do movimento operário têm o compromisso de contribuir com a prática política de transformar o mundo a partir de suas produções acadêmicas.

De acordo com Hobsbawm, historicamente, a historiografia do movimento operário assumiu três características principais. A primeira característica é a confusão entre o que é história dos movimentos operários e a história da classe operária. Enquanto a história dos movimentos se volta para o estudo dos partidos, ideologias, entraves e etapas, a história da classe operária engloba o estudo da cultura, dos indivíduos, do cotidiano de trabalho, entre outros aspectos. A segunda característica é sobre o modo de fazer história de uma forma patriótica, ou seja, atribuir um significado grandioso a um grupo ou organização distorcendo o que de fato ele representou em uma determinada realidade histórica. É evidente a importância de tais grupos, mas é notória a forma de produzir história a partir da elaboração de uma narrativa de maior impacto do que, por vezes, elas efetivamente tiveram. A terceira característica que o autor aponta é a de que a história dos movimentos operários sempre foi, em sua maioria, muito ortodoxa. Essa última observação de Hobsbawm nos remete à ideia de história-tradição de Haupt: com frequência se desenvolveu um tipo de história política institucional do movimento, traduzindo-se facilmente em uma história oficial de um tema até então não convencional para a academia, a história dos movimentos operários. Hobsbawm obviamente não diminui a importância desta produção, mas ressalta ser um tipo de historiografia diferente do que se pode produzir sobre a classe operária.

O método científico de produção do conhecimento histórico, quando bem utilizado, produz análises pertinentes sobre a história da classe trabalhadora assim como Haupt e Hobsbawm enfatizam, e também como esses autores considero relevante destacar certos vícios desenvolvidos pelos estudiosos dentro dessa área de pesquisa.

O método de história oral é considerado importante instrumento para acessar outras perspectivas, no entanto o conhecimento deste deve ser bem construído, já que a mera reprodução de memórias não consiste em um estudo historiográfico crítico. Nessa perspectiva, assim como o trabalho com outras fontes, o pesquisador precisa estar munido de questionamentos para estar apto a desenvolver uma história crítica que gere reflexões mais significativas e densas.

Hobsbawm, em seu texto da década de 1970, ainda ressaltava os perigos a que os historiadores do movimento operário estariam sujeitos. Apesar de anos de aprimoramento da técnica de produção histórica até tornar-se uma especialidade acadêmica, explorar novos arranjos e objetos dentro da história social precisa ser a pauta principal, com atenção às técnicas escolhidas. Nesse sentido, defende a necessidade de novos métodos e considerava a subdivisão de um tema entre pesquisadores, trabalhando em escalas, como a melhor solução para construção de uma narrativa que considerasse a complexidade da classe operária. Posso afirmar que esse tipo de arranjo ao longo dos anos foi incorporado por grupos de pesquisa, incluindo o que participei durante o período de bolsista de Iniciação Científica, onde produzi, junto a outros pesquisadores, grande parte das entrevistas utilizadas em meu TCC e que também constarão nesta Dissertação.

Outro aspecto relevante trazido por Hobsbawm é a característica do funcionamento acadêmico de estimular originalidade e modismo ao mesmo tempo, pois nós pesquisadores precisamos sempre criar conceitos e fazer uso de modelos. Nesse ponto, defende que esse uso seja feito desde que haja sentido para auxiliar nossas questões básicas de pesquisa. E quais são essas questões? Podem ser várias. Do ponto de vista do materialismo histórico, os historiadores militantes têm como função interpretar e contribuir em mudar o mundo. Logo, deve existir responsabilidade e cuidado na relação direta entre teorias acadêmicas e intenções políticas pessoais. Precisamos estar conscientes delas, lembrando que nosso objeto de estudo são pessoas integrantes da classe trabalhadora.

Essas questões sobre o caráter científico da produção historiográfica e os compromissos éticos e políticos do historiador nos remetem ao antigo e complexo debate sobre objetividade e subjetividade na investigação histórica. Para tanto, dos muitos autores com quem poderíamos dialogar, comecemos com uma aproximação com o debate feito por Jacques Le Goff no tópico “Saber e poder: objetividade e manipulação do passado”, em seu livro *História e Memória* (1990), cujo teor é relevante para ser adensado

à reflexão que estamos desenvolvendo aqui, especialmente para pensarmos acerca da construção de narrativas de memórias sobre o ciclo de greves antes de tornarem-se propriamente documentos organizados e arquivados pela Academia Sindical FETAPE. Nesse ponto, considero importante ressaltar, assim como tenho feito até então a partir das reflexões de Haupt e Hobsbawm, a função da crítica histórica na interpretação das condições em que os materiais da FETAPE foram produzidos.

Nesse sentido, Le Goff fala sobre duas histórias que existem: a dos historiadores e a da memória coletiva. A memória coletiva é aquela em que a história é anacrônica, mítica e com uma relação inacabada entre passado e presente. A dos historiadores é aquela que esclarece a memória e ajuda a retificar os seus erros. Em sua argumentação, Le Goff faz uma reflexão sobre a construção do fato histórico. Para ele, o fato não é sagrado e nem a história é limitada somente a eles como em uma junção. Concordando com Lucien Febvre, o historiador francês defende que só é história quando há a construção de fatos no interior de uma história-problema. Para alcançar a sua norma que é a verdade, a objetividade histórica precisa ser alcançada por meio de inúmeras revisões do trabalho historiográfico. Não é a objetividade dos fatos, nem a sua mera coleção organizada, mas sim a honestidade e respeito à história junto ao que o historiador considera verdade, mediante os fatos. Isso remete à reflexão que o historiador tem que desenvolver sobre como os “fatos” foram construídos, operados, narrados e difundidos por diversos agentes políticos e sociais em seus esforços por atribuir significados em suas narrativas históricas. E isso nos remete a outro ponto muito importante na nossa discussão que pretendemos desenvolver nesta Dissertação: a cultura histórica.

No mesmo livro, Le Goff (1990, p. 25-39) fala sobre o uso que faz do termo “cultura histórica” como um tipo de consciente coletivo de um povo sobre sua história e seu passado. Logo, os historiadores com a sua função de construção da história se diferem do que constitui a memória coletiva, concepção que considero equivalente a que tento construir ao longo deste estudo. A história da história deve se preocupar em compreender os fenômenos sociais que constituem a cultura histórica, ou a mentalidade histórica de uma época. Portanto, a memória é, em si, um dos objetos da história. Compartilho da visão de Le Goff de que escritores podem criar boas tramas e leituras, mas tecnicamente não podem ser categorizadas como obras historiográficas, pois não têm compromisso com o método histórico e a crítica histórica. Cultura histórica ou mentalidade histórica é aquilo

que está no imaginário coletivo, mas nem sempre é correspondente à história enquanto área do conhecimento específica.

O reconhecimento de que a história está sujeita a diversos usos políticos e significados, presentes na cultura histórica envolvida nos embates sociais que constituem uma determinada sociedade, nos conduzem a pensar a memória coletiva como instrumento de poder e como tradição na constituição de identidades sociais várias, tal qual Le Goff reflete (1990, p. 249-251). Nesse sentido, o autor afirma que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 250).

Le Goff aponta para diferenciações importantes dentro da história e da memória. Em sua explicação, o que sobrevive na memória de uma sociedade não é um conjunto aleatório de elementos do passado, mas uma escolha efetuada pelos que exercem a força e poder no desenvolvimento temporal da humanidade. Logo, documentos são diferentes de monumentos, estes erigidos para celebrar e perpetuar interpretações e significados sobre a história, que procuram perpetuar na memória coletiva o lugar social daqueles que se identificam com os “feitos” e os “fatos” do passado, na maioria das vezes, herdeiros revisitados da conservação da ordem e das relações de poder existentes. Enquanto os monumentos são as heranças do passado, aquilo que se liga ao poder de perpetuação da recordação, voluntária ou involuntária, documentos são aquilo que faz parte das escolhas dos historiadores. Na concepção de Le Goff o que os diferencia é o caráter objetivo do documento que parece opor-se à intencionalidade do monumento. Porém os documentos também não estão isentos de intencionalidades diversas e estão sujeitos a tornarem-se, eles próprios “monumentos”. Logo também não podem ser tomados acriticamente pelos historiadores para procurar desenvolver suas análises de compreensão do passado.

O que o autor chama de revolução documental foi o enriquecimento e ampliação, ao longo do século XX, da concepção de documentos enquanto textos escritos. Principalmente por meio da intervenção da Escola dos Annales, a partir da década de 1960, com a introdução da tecnologia dos computadores, há uma nova periodização na memória histórica. Nesse sentido, para Le Goff o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical, o que foi uma proposta dos Annales. O que transforma documento em monumento é justamente a sua utilização pelo poder, e é dever do historiador fazer a crítica do documento enquanto monumento, uma vez que o documento é um produto do

passado de uma sociedade, de acordo com as relações de forças que as domina. Logo, enquanto o historiador deve estar atento para não tomar acriticamente um documento “monumentalizado”, também é seu dever pensar nos “monumentos” como “documentos”, ou seja, monumentos de celebração de uma memória em documento revelador de conflitos sociais que lhe são inerentes, como também apontou décadas antes, em 1940, Walter Benjamin em sua proposta de leitura a contrapelo. Apenas através da compreensão de que um monumento torna-se documento é que permitirá a memória coletiva ser recuperada para que o historiador possa fazer uso dela a partir do método histórico em conjunto com análise documental. Essa reflexão é relevante para a construção desse estudo, pois contribui para o entendimento acerca da produção das fontes organizadas pela Academia Sindical. Relatos de experiências das lutas da década de 1960 e, posteriormente, do ciclo de greves (1979-1985) serão importantes para o processo de construção de sua cultura histórica vinculada à consciência de classe, conforme tentarei abordar.

Considerando, portanto, que o documento é resultado de uma montagem, intencional ou não, da sociedade que o fabricou, os historiadores desmontam monumentos para analisar as condições de sua produção enquanto documento/monumento. Assim, transferimos este documento/monumento do campo da memória para o campo da ciência histórica. Conforme Le Goff salientou, a ferramenta para fazê-lo é a crítica histórica, tema especialmente tratado também por Adam Schaff em “A objetividade da verdade histórica”, em *História e Verdade* (1995), texto no qual reflete sobre a concepção de fato histórico e construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, a relação entre a reflexão de Le Goff com Schaff nos levará a construir uma concepção mais embasada da produção narrativa da FETAPE sobre o ciclo de greves canavieiras.

Schaff define fato histórico como um acontecimento do passado, mas nem todo acontecimento do passado é um fato histórico. Ou seja, qualquer manifestação da vida social da humanidade pode ser considerado fato histórico, mas nem sempre. O que distingue e o que faz algo ser considerado fato histórico é a referência da pergunta pelo investigador e do contexto determinado:

O que importa é o contexto no qual se insere o acontecimento, são suas relações com uma certa totalidade, assim como o sistema de referência em que está expresso, sendo este último

particularmente importante para discernir o caráter relativo do que chamamos de fato histórico (SCHAFF, 1995, p. 210).

O que deve ser considerado são as relações de causa e efeito em uma totalidade, logo, a influência do fator subjetivo na área do conhecimento passa pelos crivos da valorização e da seleção. Para o autor, não existem fatos “brutos” ou neutros para historiadores, pois a ciência possui um caráter intersubjetivo, o que produz relações entre objetos, os sujeitos, os fatos e suas percepções derivadas de seu meio. Nessa concepção, os acontecimentos são compreendidos como uma quantidade infinita de fios sobre a realidade. O que caracteriza algo como fato histórico é a própria escolha do historiador em estudar um acontecimento a partir das ligações geradas por ele. Logo, fato histórico científico é objeto ontológico determinado, e assim compreendemos que os fatos trazem marcas do sujeito. Então a atividade do historiador, guiada por teorias diversas, produzem análises igualmente diversas. Schaff questiona o leitor: qual é o ponto de partida do historiador, o fato “bruto” ou a teoria? “O fato histórico é ao mesmo tempo um produto específico, um produto sobre a gênese do qual o historiador exerce sua função” (SCHAFF, 1995, p. 234). Ele defende que o fato histórico é produto da teoria. De acordo com o que já foi dito, o historiador é quem define acontecimentos como fatos, que, por sua vez, é também sujeito produto de seu tempo, formado por determinadas teorias. Essa perspectiva de interpretação equivale ao pensamento defendido neste trabalho de que o cerne do sentido da história é guiado pelos questionamentos sobre o presente. A teoria precede os fatos e, concordando com E. Carr, “a história é um processo contínuo de integração entre o historiador e seus fatos, um diálogo sem fim entre o passado e o presente” (CARR, 1962, p. 25 *apud* SCHAFF, 1995).

Diante disso, o sujeito historiador não é passivo diante do objeto, ele também faz parte do processo do conhecimento histórico. Saber o que o sujeito traz de conhecimento sobre o objeto é também delimitar o significado deste na realidade. Nesse ponto, ao tratar da objetividade do conhecimento histórico, Schaff aponta que a característica subjetiva deste pode ser superada pelo processo cumulativo da produção de conhecimento. Quanto mais contribuições se tem sobre um tema, mais próximos estamos da realidade. Logo, o conhecimento é em si um processo social, já que seu aperfeiçoamento integral depende de uma ação coletiva de estudiosos. Para isso, é necessário conhecer o sujeito que produz o conhecimento, seus meios de análise e suas propriedades de investigação. Tomar consciência do condicionamento social e das

limitações da produção de conhecimento já é um passo para ter uma certa “medida” da margem de erro do conhecimento produzido. Para Schaff, o papel do marxista é defender a verdade e a objetividade do conhecimento sem cair nas falácias da arbitrariedade subjetiva que é empurrada para o conhecimento histórico e sua produção. E é justamente a questão teórica que guia essa problemática sobre o conhecimento. Logo, a premissa do estudo do historiador não são os fatos, mas sim a teoria.

Nesse sentido, o que a reflexão de Schaff tem a acrescentar em meu debate sobre a narrativa de memórias produzidas sobre o ciclo de greves canavieiras de Pernambuco entre 1979 e 1985? Primeiro, ajuda-me a me situar em meio à produção deste conhecimento como historiadora e pesquisadora da temática, entender e destacar meus posicionamentos políticos e pessoais como de esquerda. Contudo tenho o objetivo de contribuir com o progresso da objetividade do conhecimento histórico sobre o movimento dos trabalhadores rurais. Embora a verdade e a objetividade sejam relativas, mas não relativistas, e não absolutas dentro das Ciências Sociais e Humanas, tudo é fruto de um processo histórico e de uma determinada realidade vivenciada. Concordo com o autor quando considera evidente que o conhecimento em seu processo de aperfeiçoamento é infinito e a cada limite transposto outro limite é avistado dentro da evolução do saber científico. Com isso, com as reflexões desenvolvidas nesta Dissertação, intenciono contribuir para o progresso do conhecimento histórico objetivo a partir do meu estudo sobre trabalhadores canavieiros do estado de Pernambuco. O que me levou a busca pela narrativa dos trabalhadores sobre o ciclo de greves foi o acesso aos relatos deles do presente sobre seu passado de lutas e resistência em um contexto de violência, superexploração e crescente organização sindical. Ter consciência dessa especificidade do conhecimento histórico é um grande passo para sua construção responsável, ética e comprometida.

Como a construção de narrativas está correlacionada com a questão da memória, para tratar dessa categoria na presente pesquisa é necessário fazer breves observações sobre a terminologia de algumas palavras que utilizo ao longo desse estudo, tais como recordação e rememoração. Para isso, recorro a Paul Ricoeur em sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007), na qual o autor se propôs a fazer uma reflexão sobre a diferenciação entre memorização e rememoração. A memorização é caracterizada como um conjunto de técnicas que podem ser associadas entre si, um processo de aprender visando a efetuação fácil dessa função, como uma “memória-hábito”. Lembrar não é

apenas evocar o passado, mas exercitar saberes aprendidos em espaços mentais, o que seria a memória-hábito. É uma memória cultivada, educada, esculpida e selecionada. Nesse sentido, memorizar é entendido como uma ação de economia de esforços exaustivos de reaprender tudo outra vez. Já a rememoração não é o simples ato de recordação, pois ela marca o retorno à consciência despertada de um acontecimento. À medida que cresce a possibilidade do uso da memorização, cresce a ambição de domínio sobre o processo, o que pode levar ao abuso da memória, sobre o qual falaremos mais adiante. Logo, afirmo que quando tratar de rememoração estarei me apoiando na concepção elaborada por Paul Ricoeur.

A partir disso, ao propor abordar o nível prático da memória, tratando de memória como a reivindicação de identidade, o autor nos direciona a compreender a fragilidade e importância da identidade em grupos, ressaltando sua relação direta com o tempo, sendo uma das causas de sua fragilidade, e de sua própria razão de ser, o confronto com o outro, percebido como ameaça a essa identidade própria, tanto no nível individual quanto coletivo. Outro aspecto ressaltado é a herança da violência fundadora da identidade, que significa a relação da memória com a “origem histórica” traumática de um grupo ou sociedade. Como no caso dos trabalhadores canavieiros, conforme observaremos mais adiante nesta Dissertação, um dos elos fortes que compõem a identidade do grupo é a constante violência sofrida no cotidiano do trabalho durante décadas.

Logo, falar de manipulações da memória é falar sobre a relação entre reivindicações de identidade e expressões públicas da memória, entendidas por Paul Ricoeur como fenômeno ideológico. O tipo de manipulação de memória, que possui objetivos políticos determinados, opera sob a distorção da realidade, buscando a legitimação de um sistema de poder que busca integrar-se ao cotidiano comum por meio de sistemas simbólicos elaborados. Quando a ideologia passa a operar no nível justificado do poder e da dominação é quando ocorre a manipulação da memória através de recursos de narrativa. A partir disso, passa a se construir a história autorizada ou oficial, aquela que é celebrada, com vistas a ser implementada, de forma acrítica, nas escolas, assim ocorrendo a solidificação da narrativa fundadora da identidade comum e coletiva de uma sociedade. Esse tipo de empenho é comumente visto e realizado em sociedades autoritárias, não se aplicando necessariamente aos objetivos de uso da memória de grupos como os trabalhadores canavieiros da Academia Sindical FETAPE. Isso não quer dizer,

por outro lado, que não se configura ali também um certo núcleo permanente na compreensão e difusão sobre o processo histórico das lutas dos canavieiros pernambucanos e de sua entidade reforçado constantemente nas memórias orais e escritas de seus militantes e filiados.

Para compreender o uso da memória por grupos como os sindicalistas da FETAPE é possível relacionar a memória coletiva como guardiã de uma identidade. Para Ricoeur, essa relação não se caracteriza como abuso de memória, “mas uma coerção silenciosa exercida sobre os costumes numa sociedade tradicional” (RICOEUR, 2007, p. 96). Assim, o que chama de ideologização da memória é incorporado à constituição da identidade por meio da configuração narrativa da história, ou seja, a forma como os personagens são postos na narrativa contribui para modelar a identidade dos sujeitos participantes. Dessa forma, a função seletiva da narrativa, que ocorre dentro desses grupos, opera como estratégia tanto de esquecimento de algumas situações quanto de rememoração de fatos importantes para solidificação da identidade.

Um importante aspecto levantado pelo autor é a característica de justiça embutida no dever da memória. O duplo aspecto desse dever passa pelo trabalho de memória e pelo trabalho de luto, que traz ao conceito o sentimento de dever dos grupos do futuro em relação aos outros que já foram e não são mais: “O dever da memória é o de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (RICOEUR, 2007, p. 101). Os dois aspectos de ambiguidade e complexidade estão entre a perspectiva veritativa, de fidelidade da lembrança sobre a realidade, e de sua perspectiva pragmática de memória, a de memorização. Nesse sentido, como reivindicar o uso da memória com seu dever de justiça sem que seu uso se torne manipulador? Não existe respostas simplistas para esse questionamento.

No entanto, Ricoeur observa que, quando o dever da memória se torna cativo da obsessão pelos traumas, o risco que se corre é pender para o uso abusivo dela. Ou pode tornar-se manipuladora no sentido não agressivo do termo, mas que tem como função direcionar a consciência, agir como porta-voz das vítimas de um trauma. Portanto, para ele, essa é uma problemática moral dentro do debate do imperativo da justiça como dever da memória.

Ao falar de memória pessoal e memória coletiva, Ricoeur se apoia no debate de Maurice Halbwachs. Para este autor, a memória possui uma entidade coletiva e

sociedades só conseguem exercê-la através dela. Essa afirmativa significa que a memória individual existe, contudo ela não é “pura” em si, pois para realizar a atividade de rememoração se necessita dos outros. Basicamente toda memória é coletiva, pois somos incapazes de nos lembrarmos sozinhos. Um exemplo que é levantado em debates como esse são as memórias de infância, quando sempre somos auxiliados no sentido de verificação de memória pela validação de outros, como para contribuição dessa construção. No entanto, para Halbwachs as memórias da vida adulta, e de qualquer outra fase da vida do ser humano, são adquiridas e acessadas a partir dessa mesma operação, exatamente como na infância. Logo, o que o sociólogo francês defende pode ser simplificado em dizer que memórias, em seu cerne, são coletivas. Nesse sentido, a chave para compreender esse debate, concordando completamente ou parcialmente com os elementos acima, é destacar a dimensão social da memória inerente ao trabalho de recordação. A sociedade nos dá meios de evocar a consciência das lembranças, e somente pelo pensamento coletivo se consegue realizar essa operação. Nessa compreensão, as memórias são efeitos de uma causalidade social e, mesmo individualmente, todas as nossas memórias são parte e um ponto de vista da memória coletiva do grupo e da sociedade em que estamos inseridos. Para Halbwachs, “esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBAWCHS, 1997, p. 134 *apud* RICOEUR, 2007, p. 130).

Nesse ponto do debate trazemos a ideia de testemunho a fim de complexificar a questão, já que muitas fontes que serão analisadas nos próximos capítulos são desse tipo. Podemos afirmar que, em linhas gerais, o testemunho é um relato que carrega informações sobre o passado, que é recebido por um ou mais entrevistadores ou ouvintes. Geralmente, os relatos sobre fatos coletivos são compartilhados e reconstruídos por outros para nós. O testemunho em si, para Ricoeur, não é considerado uma prova documental até que ela passe pelas etapas do arquivamento, entendido como o processo de reconhecimento do documento e catalogação em um espaço físico. No entanto, o testemunho é uma memória declarada e não se encerra no ato de transmitir. Após a ação de transmissão, o testemunho provoca ecos de representação do passado a nível epistemológico dentro de quem o recebe. Além disso, o testemunho possui potencial de empregos múltiplos na prática cotidiana, dos quais, por exemplo, temos como usos mais tradicionais o jurídico e o histórico. A pergunta que surge no decorrer do debate sobre testemunho é: até que ponto

o relato é confiável? A factualidade é aspecto constituinte do testemunho, pelo qual é colocada uma fronteira nítida entre ficção e realidade, que por sua vez é uma problemática própria do conhecimento histórico. Nesse sentido, ao ouvirmos um testemunho, sabemos que podemos ouvir muitas vezes a frase “eu estava lá”. A autodesignação é o ato de a própria testemunha se identificar enquanto tal. Esse aspecto também se relaciona com o significado da história contada, sendo algo íntimo relacionado com um enredo complexo de histórias de vida da testemunha.

Nesse sentido, assim como defendem pesquisadores e estudiosos da história oral e da memória, a atividade de testemunhar é parte de uma situação dialogal. A estrutura dialogal leva ao desejo/expectativa de alcance de credibilidade em relação ao testemunho por aquele que ouve. Essa característica se prova em situações quando a possibilidade de suspeita surge no decorrer do relato e a testemunha, então, busca caminhos para que sua fala seja validada: “pergunte a fulano de tal”, o que em si pode parecer algo contraditório. No entanto, no ato dialogal inerente ao testemunho existe um dilema de ordem moral em que a própria testemunha está disposta a reiterar o seu relato. Existe uma promessa intrínseca entre quem compõe essa atividade, quem conta e quem escuta. Se o pesquisador/historiador entrevista um grupo de trabalhadores que fazem parte de uma mesma Federação, como no caso desta pesquisa, o vínculo social da testemunha é fator de grande relevância para validação do relato. A confiança da testemunha dentro do seu grupo denuncia o vínculo que possui com seus semelhantes. Nesse sentido, é importante que o pesquisador esteja atento aos níveis de confiabilidade do testemunho entre os demais integrantes do grupo da testemunha.

Após o procedimento de arquivamento ao qual Ricoeur se refere, para que um testemunho se torne apto a passar para a categoria de documento histórico, a investigação é parte da iniciativa do historiador. Logo, os documentos falam quando lhes pedem confirmação ou refutação de alguma hipótese. Para ele, rastro⁶, documento e pergunta são o tripé base do conhecimento histórico. O documento, que são os testemunhos em questão, não é algo dado, ainda que arquivado em um local físico, é construído e instruído como documento a partir das questões levantadas pelo historiador. As interrogações pontuadas buscam os rastros para acessar informações sobre o passado. Outra questão que surge no decorrer do trabalho com memória e testemunho é: o que alguém testemunha

⁶ Ricoeur remete à ideia de Marc Bloch sobre “rastros”, comparando-o com o método indiciário de Carlo Ginzburg. No fim do debate, Ricoeur chega à conclusão de que rastro e indício têm uma raiz comum dentro da operação histórica.

aconteceu tal como é contado? A questão a princípio pode parecer complexa, mas se torna simples quando diferenciamos fato de testemunho e fato de representação. No testemunho não é o acontecimento que está sendo narrado, é o conteúdo sobre o fato que está sendo representado dentro do relato. Logo, fato é o acontecimento bruto no passado, o qual no presente não temos acesso; o testemunho é a ação que visa compartilhar o passado por meio de uma representação. Então podemos dizer que quando tratamos de um testemunho estamos tratando de uma representação e uma interpretação possível.

Entre as obras sobre memória dos últimos cinquenta anos, a reflexão acerca do esquecimento construída por Paul Ricoeur é rica e importante para o presente estudo, pois nela está nítido que se a memória pode ter usos diversos com objetivos diversos, então o esquecimento também. Na escala coletiva o dano do esquecimento é considerado maior do que no cerne íntimo e individual. Pode ocorrer inconsciente ou conscientemente e geralmente são relacionados a fenômenos sociais complexos e diretamente conectados à problemática da história e da memória. Ao tratar do que nomeia de “memória impedida”, Ricoeur elabora uma compreensão acerca da conscientização de determinado acontecimento traumático dentro da memória coletiva. Quando tratamos de eventos traumáticos na história de grupos, comunidades ou países, existe tanto a possibilidade do não querer saber quanto do impedimento do acesso às memórias do trauma.

No entanto, coletivamente falando, o passado vivenciado é quase indestrutível, pois, ainda que impedidas, as memórias surgem através de rastros incompreensíveis na sociedade e na história de indivíduos. Esse uso abusivo do poder sobre a memória opera selecionando fatos e provocando substituições, o que leva à construção de falsas lembranças. A nível individual, esse é um processo natural da mente humana em que o inconsciente, através de um esforço ardiloso, age em ação defensiva protegendo o indivíduo da memória do trauma. Contudo Ricoeur chama esse processo, a nível coletivo, de “ideologização da memória” e pode ser aplicado a sociedades e Estados que querem coletivamente apagar um passado e uma memória causando o “desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Os não-ditos e os confrontos entre memórias, principalmente entre grupos que ocupam diferentes posições de poder dentro da sociedade; a obsessão por aspectos seletivos do passado para reforçar uma narrativa construída sob pilares de mentiras; o esquecimento institucional; o passado declaradamente proibido e o esquecimento jurídico

produzem no processo do recordar coletivo o esquecimento, levando histórias de vida a se refugiarem no subterrâneo de uma amnésia comandada.

As contribuições dos teóricos sobre memória e crítica histórica podem ganhar novos relevos quando articuladas com as reflexões do historiador alemão Reinhart Koselleck, especialmente em suas considerações sobre duas categorias pelas quais o autor entende que a história se expressa: o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. A explicação elementar do trabalho de investigação do historiador consiste em buscar rastros ou vestígios, analisá-las enquanto fontes a partir de categorias e conceitos científicos para então desenvolver interpretações sobre o passado. Nesse sentido, as categorias são utilizadas como meios que, quando não historicizadas, não dizem nada sobre a história concreta. No entanto, para facilitar nosso trabalho de interpretação, passaremos a compreendê-las enquanto categorias “brutas” antes de aplicá-las na história, assim como nos apresentou Koselleck em *“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas* (2006).

Ambas as categorias mencionadas possuem um grau de generalidade mais elevado e equivalem a espaço e tempo. Como veremos a seguir, são conceitos assimétricos, mas um não existe sem o outro. Para compreender o uso das duas categorias é importante destacar que as primeiras concepções simplificadas de história a elaboravam enquanto aquela que vincula o antigo e o futuro, onde recordação se associava ao tempo passado e esperança se associava ao tempo futuro. Portanto, espaço de experiência e horizonte de expectativa são duas categorias adequadas para nos dedicar a elaborar sobre o tempo histórico, já que ambas entrelaçam o passado e o futuro, demonstrando o movimento social e político da sociedade, como ficará melhor explicado adiante no texto. Se é evidente que a história concreta amadurece ou progride em meio a determinadas experiências e expectativas, então elas se remetem à temporalidade dos seres humanos, logo, à temporalidade histórica. Essa é a base da reflexão em que pretendemos responder a seguinte questão: por que as duas categorias elaboradas por Koselleck são importantes para compreensão de consciência histórica dos trabalhadores e sindicalistas da FETAPE atuantes no ciclo de greves de Pernambuco?

Quando definimos experiência como formas inconscientes de comportamento, pautadas no que já foi vivenciado a partir de situações que não estão mais presentes, então compreendemos que esse conhecimento pode ser e é transmitido de modo coletivo, entre indivíduos de um mesmo grupo e que se pretende passar de geração em geração. Quando

definimos expectativa como algo que está ligado ao pessoal e ao interpessoal, como algo que está no presente e ao mesmo tempo no futuro, no que Koselleck chama de “ainda-não” e o não experimentado, então é algo que pode ser apenas previsto e não vivido. Nesse ponto, é possível perceber a não simetria dos dois conceitos, pois possuem diferentes formas de ser, também nunca se coincidem, pois passado e futuro não se cruzam. Portanto, expectativas não podem ser objetivamente deduzidas pelas experiências. As experiências, uma vez adquiridas, são completas e únicas, uma vez que as suas causas são passadas e não se repetirão como em uma fórmula histórica. Nessa perspectiva, “a possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ele não pode ser experimentado” (KOSSELLECK, 2006, p. 311).

Para explicar melhor essa distinção, Koselleck nos chama atenção para “heterogenia dos fins” como sendo uma expressão que condensa a diferença entre experiência e expectativa. Experiência não pode se transformar em expectativa, se possível fosse, a história poderia ser prevista, equivalente a um cálculo matemático. Apesar de assimétricas, uma categoria não existe sem a outra, portanto a estrutura temporal da expectativa (futuro) não pode ser adquirida sem experiência (passado). Contudo é possível que expectativas nem sempre se relacionem com experiências prévias, pois o ponto chave desse debate é a existência de uma tensão na estrutura do tempo entre experiência e expectativa, o que gera um prognóstico aberto para possibilidades do futuro.

Tal concepção de tempo é explicada por Koselleck como fruto do processo de mudanças político sociais e técnico-industriais vivenciadas no século XVIII após a Revolução Francesa. No momento anterior, a vida das pessoas era sustentada pela experiência dos antepassados, que passavam também a ser a dos seus descendentes. Certamente, essa transformação profunda da sociedade e das concepções de tempo não se deram de modo uniforme em todas as camadas da sociedade e em todos os lugares do mundo. Contudo, na interpretação do autor, a era moderna funcionou como o espaço que separou experiência e expectativa, separação e que se tornou cada vez maior incentivada pela ideia de progresso. Assim, assume-se o risco de um futuro em aberto. A história passa a ser compreendida como um processo contínuo de aperfeiçoamento.

O ponto crucial de Koselleck neste debate é evidenciar, ainda que por meio de uma difícil reflexão, que a história está em transformação constante, pela qual nada é estático e previsível, mesmo considerando as estruturas de “longa duração”, onde “não se

trata mais, portanto, de conceitos que classificam experiências, mas sim de conceitos que criam experiências” (KOSELLECK, 2006, p. 324). Quer dizer, mais do que em outros tempos históricos, as sociedades se encaminharam para um momento em que o futuro é um jogo em aberto, pois as velhas expectativas se desgastam com novas experiências. Contudo essa afirmação não significa apontar que estaríamos partindo para as contradições do pressentimos e para o âmago das efemeridades do agora, pois as questões determinantes de classe e da dinamização do capital permanecem operando sob os processos históricos individuais e coletivos.

Na perspectiva aqui empreendida, o ciclo de greves é o ponto crucial do movimento sindical dos trabalhadores canavieiros do estado de Pernambuco no que se refere ao conjunto de novas experiências vivenciadas nos primeiros anos do ciclo, as formas de estratégias pensadas não necessariamente a partir do passado, mas visando um futuro em aberto, uma expectativa de futuro diferente do que se tinha no passado. Portanto a narrativa dos líderes da FETAPE é de experiência e expectativa como correspondentes? Não acredito que existe resposta fechada para essa pergunta, visto a complexidade das formas de organização sindical da categoria e formas de narrativa de acordo com o tempo histórico vivenciado. No entanto os próximos capítulos tentarão alcançar, ainda que de modo simplificado, a complexidade da resposta para esse questionamento.

As reflexões acerca de “espaço experiência” e “horizontes de expectativas” de Koselleck parecem-nos úteis para serem articuladas com as contribuições de outro historiador alemão, Jörn Rüsen, acerca da categoria de “cultura histórica” para analisarmos os elementos constitutivos das narrativas da FETAPE sobre o ciclo de greves de 1979 a 1985. Jörn Rüsen defende que a cultura histórica tem função categorizadora dentro da ciência histórica. Tal ideia é exposta no texto “O que é Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história”, publicado na obra *Jörn Rüsen: Contribuições para uma teoria didática da História* (2016). Essa afirmação significa dizer que a cultura histórica está unida a aspectos normativos da sociedade e funciona em termos de valoração para mediar e criticar os efeitos de fenômenos sociais, ou de instituições ou de memórias coletivas. No quesito do que chama de elaborações públicas da cultura histórica, é por meio de dinâmicas de rememoração que ela manifesta seu caráter interrelacional e comum do que é coletivo e cultural das sociedades. Para Rüsen, o surgimento dessa categoria não foi mera causalidade, ela é resultado da investigação e amadurecimento da consciência histórica nas sociedades:

Assim, pode definir Cultura Histórica como a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade. Como práxis da consciência, tem a ver, fundamentalmente, com a subjetividade humana, com uma atividade de consciência, pela qual a subjetividade humana se realiza na prática e se cria, por assim dizer (RÜSEN, 2016, p. 57).

Ainda que diferencie cultura histórica de memória histórica a partir do argumento de que a segunda não está restrita à consciência histórica, no seu ponto de vista a rememoração histórica é também um produto cultural. Para adentrar na dimensão da análise de Rüsen que nos interessa, é importante levantar a sua definição de cultura como uma relação ativa e passiva dos seres humanos com seu mundo e consigo mesmos, na qual, para viver com e no mundo, eles necessitam de interpretações. A cultura histórica seria parte justamente dessa interrelação complexa entre o mundo e a percepção da humanidade. De modo evidente, essas interpretações no tempo e sobre o tempo estão ligadas às experiências humanas, sendo essa a sua particularidade. Em síntese, para Rüsen a cultura tem a ver com senso de percepção, interpretação e orientação da humanidade sobre si própria e sua história.

Dito isso, rememoração histórica⁷ seria a ação em que o passado é trazido ao presente de forma interpretativa, contudo nem toda memória se enquadra nesse processo. Praticar a memória histórica é interpretar e avaliar o passado a partir do tempo presente, transpondo fronteiras da própria experiência individual. Ao abrir a interpretação para o presente se abrem também perspectivas para o futuro. Esse entendimento subjetivo, chamado por Rüsen de procedimento mental, é parte do que consiste na consciência histórica, sendo essa a “interrelação entre interpretação do passado, a compreensão do presente e perspectiva do futuro” (RÜSEN, 2016, p. 60). Logo, transcorrendo passado, presente e futuro, o passado se torna histórico a partir do processo de rememoração, que o torna consciente enquanto tempo passado. Essa interrelação adquire, para os produtores de memória, a qualidade temporal do seu significado histórico.

Rememorar, para Rüsen, é o poder de tirar do passado a sua “estaticidade” e trazer para o presente, gerando perspectivas e expectativas de futuro – o que, parece-nos, dialoga diretamente com Koselleck. Em síntese, a consciência histórica age a partir do ato de

⁷ Em Rüsen, memória histórica e rememoração histórica tem o mesmo significado, diferente do uso feito por Paul Ricoeur.

rememorar, interpretando experiências no tempo, dando novos significados e valores no tempo presente, sendo possível mirar um futuro com novas expectativas. Nesse sentido, o ato de rememorar é também o de contar histórias, visto que é um “fenômeno absolutamente cotidiano, fundamental e até universal na produção cultural da práxis vital humana” (RÜSEN, 2016, p. 63). Portanto, para o autor a forma narrativa compõe uma das características fundamentais da cultura histórica.

Nessa perspectiva, existem finalidades que guiam as ações do ato de narrar, no aspecto interno e no aspecto externo. No externo o marco orientador é a práxis humana em uma direção temporal, ou seja, tudo aquilo que se relaciona com as experiências coletivas e estruturas de longa duração. No interno se forma uma identidade histórica, pela qual os sujeitos que recordam produzem uma ideia de si mesmos e com peculiaridades compreendidas além dos limites individuais, frutos da experiência coletiva, sendo parte também de uma grande identidade coletiva:

Uma vez ou outra, o passado há de ser usado, mediante atividades da consciência histórica, no esforço social para obter reconhecimento, sobre histórias se estabilizam e desestabilizam identidades, se afirmam e criticam, mudam e confirmam e isto em todos os níveis de existência de uma pessoa (RÜSEN, 2016, p. 64).

Tal percepção sobre o conceito de identidade é válida para compreensão da nossa pesquisa, pois ela se desdobra tanto a nível individual como a nível coletivo, de comunidade ou de grupo e em seu sentido político e social. Portanto cultura histórica é memória histórica acessada pelo processo da consciência histórica, onde os sujeitos, em sua práxis, elaboram sobre si e sobre sua realidade, transpondo e construindo relações entre passado, presente e expectativas de futuro.

Ainda trazendo sua reflexão como contribuição da fundamentação teórica desta Dissertação, Rüsen elabora diferenciações inerentes à sua concepção de cultura histórica, são elas as dimensões estética, política e cognitiva. São três dimensões em que a consciência histórica tem a capacidade de configurar sentidos, gerando procedimentos e funções da memória que agem de modo diferente em cada uma das dimensões. É válido ressaltar essas características do pensamento de Rüsen, pois as enxergo dentro do processo de construção da narrativa sobre o ciclo de greves de 1979 a 1985 dos sindicalistas e trabalhadores rurais que tiveram experiências naquele período e que no

tempo presente continuam gerando interpretações sobre o seu próprio passado, visando criar novas expectativas para o futuro, que são gerações de hoje e as próximas.

Não desejo prolongar a discussão das três dimensões organizadas teoricamente, nem tampouco reduzir a complexidade da reflexão de Rüsen ao que compreendo, no entanto vale especificar o significado de cada uma delas. A dimensão estética da cultura histórica são as formas de criações artísticas produzidas pela sociedade ou grupos. São produtos culturais que não necessariamente representam a memória histórica, mas valem-se da ficção. São criações como poemas, novelas, dramas históricos, peças teatrais e entre outras produções artísticas. As produções historiográficas são, geralmente, reputadas como o que de mais legítimo a dimensão cognitiva pode classificar acerca da consciência histórica, pois é o esforço teórico-metodológico, com vistas a um estatuto pretensamente científico, exercitado com o objetivo determinado de analisar e interpretar especificamente processos históricos. Portanto, na maioria das sociedades modernas, é através da ciência histórica e sua regulação metodológica de perceber, interpretar e orientar, que se confere a dimensão cognitiva da consciência e da cultura históricas. No entanto também são produções estéticas originadas de processos linguísticos, não se limitando assim a serem processos apenas cognitivos, pois a eficácia da rememoração histórica se dá também pela criatividade linguística em sua forma criativa. Rüsen argumenta:

A imaginação histórica não faz do passado algo irreal, um castelo etéreo, sem conteúdo de experiência, sem o núcleo do real, mera ficção que realmente havia sido, mas o atualiza e realiza justamente com as forças da consciência, que outorgam a algo passado e ausente, a força de algo realmente presente (RÜSEN, 2016, p. 68).

Nesse sentido, a memória histórica organiza as experiências históricas do passado com significados plenos para o presente. Nesse ponto, para o autor, que não é um historiador marxista, na dimensão política tais processos estéticos e cognitivos se dão a partir de determinadas coordenadas políticas correspondentes ao poder hegemônico da sociedade, e, a partir disso, os sujeitos organizam suas vivências na práxis cotidiana. Jörn Rüsen faz a crítica à dominação, à sua maneira, quando afirma que não necessariamente a consciência histórica segue sempre as diretrizes do poder, pois os “afetados” precisam ter seus “consentimentos mobilizados”, algo que não se consegue de modo passivo.

Na obra *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico* (2007), Rüsen define sinteticamente cultura histórica como “o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática” (RÜSEN, 2007, p. 121). Logo cultura histórica é o campo de interpretação do mundo e de si mesmos pelos próprios sujeitos, no qual efetivam-se operação de sentido da constituição do tempo na experiência histórica.

A expressão da cultura histórica se dá também dentro do aspecto cognitivo dos sujeitos, a partir da elaboração de uma memória histórica, gerando no presente expressões políticas e estéticas. Nesse sentido, Rüsen chama de “razão política” e “razão estética” dois processos de instrumentalização que ocorre de forma mútua. A razão política significa a “maneira de assegurar a validade de dominação de poder, de garantir, sua legitimidade”. (RÜSEN, 2007, p. 123) Já a razão estética “são os princípios de apresentação formal, que fazem dos saberes históricos fatores tão eficazes da orientação histórica, em que o poder se enraíza e o pensamento aparece como meio de entendimento mútuo” (RÜSEN, 2007, p. 123). Em síntese, essas concepções significam afirmar que um aspecto racional colabora com o outro para o processo de saber histórico na vida prática dos sujeitos. E como tais processos ocorrem na prática? Justamente por meio da instrumentalização da razão política e da razão estética com objetivo de gerar um tipo de formação da memória histórica. Para Rüsen, esses processos podem ser superados sistematicamente pela formação histórica:

Mediante a formação, a ciência introduz, na luta política pela formação cultural da memória histórica, o meio pacífico da comunicação conceitual, argumentativa, metodicamente regulada. (...) Abre o discurso do poder a todos os participantes ao recorrer a uma razão que tem de ser atribuída a todos os que se encontram envolvidos pelas circunstâncias do poder e da dominação (RÜSEN, 2007, p. 126).

A produção acadêmica do conhecimento histórica visa ser capaz disso na medida em que lida com procedimentos cognitivos, devendo levar em consideração os interesses parciais e de disputas de poder em torno da memória e da consciência histórica. Rüsen chama essa busca de “vontade de verdade”, que é determinante para o sentido da existência da ciência histórica. Logo o saber histórico é tido como essencial e importante no combate a narrativas de dominação, produzidas pela cultura histórica em seus aspectos políticos e estéticos. “Essa coerção é rompida (em tese) e transformada (em tese) na

liberdade de adesão mediante a memória histórica construída por si mesma” (RÜSEN, 2007, p.127). Essa é a descrição teórica que compreendi acerca da construção de narrativa construída década a década pela FETAPE. Tal processo desenvolvido ao longo de anos culminou na criação da Academia Sindical FETAPE e na própria organização sindical, quando foram empenhados esforços de formação política constantes para os sindicalistas e trabalhadores a fim de que pudessem construir e principalmente recontar sua própria narrativa histórica de rememoração do ciclo de greves.

A ideia de “vontade de verdade”, colocada por Rüsen e que identifico como elemento existente na memória dos trabalhadores canavieiros que construíram a Academia Sindical, pode dialogar com as reflexões de outro alemão, Walter Benjamin, em suas *Teses sobre história*, de 1940, que me parecem de grande relevância para o aprofundamento da compreensão dos feitos da Academia Sindical no que diz respeito à memória e à história como ideia-força. A história dos trabalhadores canavieiros e a construção de sua própria cultura histórica têm suas considerações na noção de compreensão da história para saber agir sobre ela. Especificamente no tocante à concepção de que todos somos sujeitos capazes de intervir na história, assim como a perspectiva construída por Benjamin segundo a qual passado, presente e futuro almejado encontram-se inexoravelmente interligados.

A ideia de uma história linear e evolutiva, tão presente no senso comum do início do século XX, incluindo nos círculos socialistas, foi bastante criticada por Benjamin, que considerava que a noção de inevitabilidade do progresso muito contribuiu para certezas paralisantes, as vitórias do reacionarismo e a concretização dos terrores do século XX. Por outro lado, e exatamente porque não há certezas sobre o futuro, é que torna-se tão importante refletir sobre os vínculo dos oprimidos do passado com os do presente, no sentido que herda-se do passado e das gerações anteriores motivações, experiências, derrotas e expectativas de construção de um futuro redentor, ou seja, um mundo sem exploração e opressões, de plena emancipação humana. Esse futuro, por sua vez, não surgirá como um fenômeno da natureza, mas só poderá advir se for construído pela ação e pela vontade nessa relação ética e política de reflexão sobre as relações entre passado e presente.

Os trabalhadores e sindicalistas que vivenciaram o ciclo de greves canavieiras em Pernambuco puderam olhar para o seu passado e enxergar o sofrimento real, a violência cotidiana e superexploração, e, a partir desse olhar, puderam esperar no presente com

as conquistas de uma categoria que galgava direitos e espaço ao longo da década de 1960 e foi brutalmente interrompida pelo golpe de 1964. De certa forma, a rememoração do “cortejo fúnebre” daqueles trabalhadores mortos pela exaustão do trabalho no eito da cana, dos perseguidos por capangas e patrões por exigirem direitos, dos renegados sem dignidade e oprimidos, produziu a ideia-força que pôs de pé os trabalhadores ao longo do ciclo de greves. A expectativa de transformação da realidade presente, significada pelo olhar para o passado, esteve presente nas ações empenhadas ao longo do ciclo de greves. A motivação dos trabalhadores canavieiros naquele momento era a esperança e o saber de que o presente e o futuro podiam ser diferentes. Nessa perspectiva, enxergaram no passado a força simbólica para agir no presente.

Na 6ª tese sobre história, quando Benjamin fala sobre história como reminiscência, ele faz uma representação do passado como um lampejo, que pode ser pensado como um flash de lembrança que remete a algo. Nesse caso, as memórias de resistência da grande greve de 1963, a conquista do Acordo do Campo no mesmo ano e a promulgação do Estatuto da Terra, no ano seguinte, têm potência de memória-força para a retomada das mobilizações a partir de 1979. Lembrar do que foi possível conquistar no passado, por meio das lutas coletivas e organizadas fez os trabalhadores canavieiros e sindicalistas não se curvarem aos interesses das classes dominantes ao longo da década de 1980 no contexto em que contribuíram, eles próprios, para reabertura política e encerramento da ditadura existente. Dentro dessa perspectiva, o que faziam esses trabalhadores que vivenciam o ciclo de greves era “despertar centelhas de esperanças” no passado, como diria o próprio Benjamin.

E tal qual essas referências ao passado foram acionadas nas greves de 1979 a 1985, elas também estão presentes nas narrativas do século XXI sobre o passado, em processo de revitalização do estabelecimento de relação que se quer intrínseca entre passado, presente e futuro. Ainda que Walter Benjamin fale sobre o potencial de despertar as centelhas de esperanças do passado ser próprio dos historiadores (materialistas históricos), compreendo que a cultura histórica construída pelos sindicalistas canavieiros de Pernambuco, concretizada pela criação da Academia Sindical FETAPE, enxergou no passado a força para empenhar no presente novas lutas, visando novos horizontes e a partir de expectativas diferentes.

Na 7ª tese, Benjamin fala sobre a dominação dos vencidos na história e como o materialismo histórico auxilia os historiadores a elaborarem criticamente a dominação

dos vencidos na história, aqueles que sofreram horrores, especificamente do século XX. Esta tese me desvenda, de modo nítido, como o elemento da violência experienciada pelos trabalhadores canavieiros é um dos pilares centrais de sua identidade, sendo essa uma das características basilares instigadoras do processo de consciência de classe. Neste caso, violência se relaciona diretamente com superexploração, onde se materializa a barbárie histórica da realidade dos trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil.

Concluindo, por ora, a construção teórica que costurei ao longo de minhas reflexões para a abordagem que pretendo desenvolver nesta Dissertação, daremos início à análise da articulação entre cultura histórica e consciência de classe dos trabalhadores canavieiros com um capítulo dedicado a uma exposição que elaborei sobre o processo de emergência das greves e das experiências dos conflitos de classe nos chamados “interregnos” – período entre uma greve e outra durante os anos de 1979 e 1985 –, fundamentalmente a partir de fontes periódicas escritas naqueles anos, no “calor da hora”, enquanto os eventos ocorriam.

– Capítulo 2 –

O ciclo de greves dos canavieiros pernambucanos de 1979 a 1985: uma narrativa sobre alguns de seus aspectos por meio de fontes escritas no “calor da hora”

Neste capítulo farei uma narrativa descritiva da retomada das lutas dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido no ano de 1979, pouco antes da eclosão da primeira greve. A narrativa foi construída com base nas fontes produzidas na época, que tratam também dos conflitos dos interregnos das greves e paralisações ocorridas entre os anos de 1979 e 1985. Para tanto, basicamente as fontes utilizadas neste capítulo foram publicações das próprias entidades feitas durante aquele período e notícias do periódico *Diário de Pernambuco*. Além delas, alguns relatos orais de líderes sindicais que atuaram durante o ciclo de greves também serão reportados aqui. Nesse sentido, o presente capítulo é dedicado a tratar sobre como os trabalhadores buscaram fazer uso dos instrumentos legais, acionando antes da deflagração da greve todos os recursos respaldados pelas leis. Dessa forma, demonstraremos que ainda que imersos em uma ditadura, os trabalhadores e sindicalistas recorreram às brechas da lei para garantir melhoras entre a relação capital/trabalho. Porém, mesmo sem a ameaça real de subversão da ordem capital/trabalho, as greves e demais formas de reivindicação foram consideradas destabilizadoras das relações privadas entre proprietários e empregados, desencadeando graves atos de violência contra trabalhadores nos momentos em que aguardava-se o cumprimento daquilo que fora acordado com a mediação do Estado – e portanto, dentro dos marcos da legalidade e da ordem vigente – para pôr fim a cada greve.

De acordo com a perspectiva em construção, importa apontar que não me remeterei à descrição detalhada sobre a paralisação de cada ano que compõe o ciclo de greves canavieiras de Pernambuco, nem às pautas reivindicadas pelos trabalhadores ano após ano, mas sim aos efeitos gerados pelo ciclo de greves para os próprios trabalhadores da palha da cana do estado naquele período. Não pretendo menosprezar a importância de trabalhos e pesquisas descritivas sobre as mobilizações de trabalhadores, principalmente sobre os movimentos grevistas, tão caros para a classe trabalhadora nordestina. Portanto, já apontado anteriormente, a região canavieira de Pernambuco é uma área que possui análises competentes, consagradas e de referência para todo o Brasil, não apenas

historiográficas como as obras de grande importância que aqui estão explícita e implicitamente referenciadas, a exemplo das de Christine Dabat (2012), Manuel Correa de Andrade (2001), Maria do Socorro Abreu e Lima (2012), Thomas Rogers (2017), Mauro Guilherme P. Koury (2013), entre outros. Com isso, evidencio, que apesar desse grande leque de estudos produzidos, novas perspectivas estão sendo abordadas, analisadas e relevantes para compreensão da complexidade das histórias e narrativas dos trabalhadores da região.

2.1 O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1979: a emergência de orientações para lutas em âmbito nacional

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ocorreu em Brasília, entre os dias 21 e 25 de maio, no ano de 1979. O evento contou com a participação de cerca de 1500 dirigentes sindicais de todas as regiões do país, com o objetivo geral de discutir as condições de vida e trabalho da categoria. O propósito do congresso, de forma específica, foi definir os rumos do movimento sindical do campo, nos sentidos estratégicos de luta coletiva e formas de resistência e encaminhamento das lutas no momento de transição para a redemocratização do país.

A partir do ano de 1979, o movimento dos trabalhadores rurais brasileiro se reorganizou, culminando na abertura de um importante ciclo de mobilizações dos assalariados. No Nordeste, a partir da Zona da Mata de Pernambuco, se observaria o início do chamado “ciclo de greves” dos canavieiros, que se estenderia até 1985 e se articularia nos anos seguintes com os canavieiros da Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. As resoluções aprovadas nesse evento representaram um marco que passou a orientar um amplo processo de mobilização dos canavieiros na Zona da Mata pernambucana. Naquele momento, foi aprovado um plano de ação que priorizou um processo de defesa dos trabalhadores, tendo como norte as lutas coletivas. Essa linha foi consagrada como estratégica, redimensionando o campo de atuação do movimento sindical ao transpor uma prática de encaminhamento dos conflitos restrita às defesas individuais. Nessa direção, o movimento sindical rural reorganizou seu direcionamento para uma atuação mais comprometida com a mobilização das bases em defesa de suas reivindicações.

A revista *O Trabalhador Rural*, edição especial do ano de 1979, tratou especificamente desse 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais. Seu texto traz comentários

sobre o evento, fotografias dos participantes em debate e o resumo de suas falas. A edição da revista teve o objetivo de resumir o evento como forma de propagar as discussões ocorridas e para que a prática do movimento sindical se reorientasse a partir daquelas novas diretrizes de luta, como é apontada na introdução da revista, no tópico “Comentando este boletim”: “(...) Daqui para frente, é preciso que, na nossa atuação diária, coloquemos em prática essas conclusões, buscando a participação do trabalhador para que seja possível alcançarmos nossos objetivos de bem-estar e de Justiça social” (*O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979).

Transcrita na edição da revista, a fala de abertura do evento foi proferida por José Francisco da Silva, líder canavieiro e ex-dirigente sindical da Zona da Mata de Pernambuco, naquele momento presidente da CONTAG. Ele iniciou sua exposição dizendo que, nos 15 anos após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, havia a necessidade da luta do campo se voltar para reais problemáticas vividas pelos trabalhadores agravadas ano após ano. José Francisco percebia que a estrutura agrária do país como a grande responsável pela marginalização dos trabalhadores rurais e pelos conflitos pela posse de terras. As estratégias de expulsão dos moradores de suas terras pela classe patronal também foram ressaltadas em seu discurso, trazendo o exemplo do uso da violência sistematizada praticada por usineiros, donos de engenhos e suas milícias privadas para alcançar seus objetivos de expulsão em massa das terras. No campo trabalhista, afirmou que as principais demandas dos trabalhadores estavam em torno do FGTS e da Prescrição. O fim de sua fala foi marcado por um discurso de defesa aberta e direta sobre a necessidade da reforma agrária para o Brasil:

Da mesma forma, não se pode pensar no mundo atual, em Democracia verdadeira, sem sindicatos atuantes; não se pode pensar em Democracia, de fato, no Brasil, sem que integre a massa de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários que constituem a classe dos trabalhadores rurais, a vida do País. E essa integração só se fará através da Reforma Agrária. Por isso a Reforma Agrária é essencial. Por isso a Reforma Agrária é a grande bandeira dos trabalhadores. (Discurso de abertura de José Francisco da Silva, *O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979).

O congresso contou com a participação de integrantes do alto escalão da ditadura, como Murilo Macedo, então Ministro do Trabalho, e o Ministro da Agricultura Delfim Netto, que ouviu, no início de sua palestra, um coro de 1500 trabalhadores cantando o hino da reforma agrária, levantando faixas que tinham escritas as reivindicações centrais da classe: reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais. Delfim Netto ouviu perguntas de trabalhadores e demonstrou reconhecer a necessidade de promover acesso à terra pela população do campo, no entanto se posicionou contra a Reforma Agrária. Quando colocado diante de conflitos reais em torno da posse da terra como “Cachorrinho e Coqueirinho, na Paraíba, Retiro da Picada, na Bahia, Santa Luzia, no Maranhão, o Ministro comprometeu-se a utilizar o Estatuto da Terra (...)”. (*O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979, p. 10).



Imagem 1 – Exposição do ministro Delfim Netto e José Francisco, presidente da Contag, sentado à sua direita.

Fonte: Revista *O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979, p. 11.

O 3º Congresso também contou com uma palestra de Jair Soares, então Ministro da Previdência e Assistência Social, na qual ouviu reclamações dos trabalhadores referentes aos critérios utilizados na concessão dos benefícios e quanto à precariedade da assistência médico-hospitalar e odontológica prestada aos trabalhadores rurais. A principal reivindicação ao Ministro da Previdência e Assistência Social foi a equiparação dos benefícios concedidos aos trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos.

Segundo a revista, as principais conclusões do congresso se deram no sentido de reorientar a atuação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais a partir de algumas diretrizes: 1. *Sindicalismo e educação sindical*, cujas pautas versaram sobre a liberdade e autonomia sindicais, autosustentação do movimento, enquadramento sindical modular, educação sindical; 2. *Legislação trabalhista*, dedicada à política salarial, contratação coletiva de trabalho, contratação individual, greve, trabalho assalariado temporário, prescrição bienal, Justiça do Trabalho e seu funcionamento; 3. *Questões agrárias*, dedicada aos temas reforma agrária, colonização, terras públicas, discriminação de terras públicas, posse e proteção possessória, arrendamento e parceria, funcionamento da Justiça e desapropriação por utilidade pública; 4. *Política agrícola*, referente à exportação do mercado interno, crédito agrícola, crédito fundiário, seguro agrícola, assistência técnica de insumos, comercialização e preços mínimos, cooperativismo e obras de infraestrutura; 5. *Previdência Social Rural*, no qual tratou-se de pontos de extensão dos benefícios da Previdência do meio urbano ao meio rural, denúncia de ingerências político partidárias em nomeação de representantes do FUNRURAL e, por último, a volta do FUNRURAL como sistema previdenciário próprio ao meio rural.

O encerramento do congresso foi feito na noite do dia 25 de maio e, assim como na sua abertura, pela fala de Zé Francisco, onde reiterou-se que as diretrizes sistematizadas no evento foram dirigidas pela própria base do movimento sindical rural, ou seja, sem “dirigismos” dos diretores ou de interferências externas. Foi destacada a concepção segundo a qual a unidade sindical deve primar pela solidariedade e articulação entre os sindicatos, federações e outros setores do sindicalismo brasileiro, sempre partindo da base e da necessidade de os trabalhadores garantirem essa unidade. Ainda, foram lidos telegramas e notas de apoio, principalmente referentes à pauta da Reforma Agrária que caminharia junto com a luta junto a outros setores da sociedade brasileira pela redemocratização do país e “pela anistia ampla total e irrestrita, que permitirá a volta de companheiros arbitrariamente afastados, à vida sindical” (*O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979, p. 27). Por fim, foi registrada a solidariedade a manifestações de apoio que foram recebidas durante a realização do congresso:

Entre essas manifestações estão a que recebemos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, do “Movimento Brasileiro pela Anistia” e do “Movimento do Custo de Vida”, da Unidade Sindical do Rio de Janeiro, formada por 20 Sindicatos e uma Federação, e do companheiro Manoel da

Conceição dos Santos, ex dirigente sindical e atualmente exilado na Suíça”. (*O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979, p. 27).



Imagem 2 – “A votação das proposições em Plenário”

Fonte: Revista *O trabalhador rural*, ano 11 – Nº Especial, maio e junho de 1979, p. 22.

Tendo em vista seu caráter central de efetivação concreta dos direitos reivindicados, cabe aqui uma breve análise sobre a pauta referente à Legislação Trabalhista decidida no evento, de acordo com a revista *O Trabalhador Rural* elaborada pela CONTAG sobre o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. A referida publicação foi construída em forma de resumo das comunicações e das reivindicações dos trabalhadores, em forma de texto simples para divulgação ampla entre os trabalhadores rurais. Apesar de a escrita ser sintética, consegue perpassar todo o encontro, observando a sequência cronológica das discussões, e aponta as principais conclusões do congresso. Já a revista *3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*, elaborada pela CONTAG e publicada em julho de 1979, traz de modo sistematizado e pontuado as reivindicações dos trabalhadores divididas em cinco pautas principais. As pautas correspondem às mesmas cinco já apresentadas pela revista *Trabalhador Rural*. Assim, como mencionei, apresentarei as reivindicações apenas no que diz respeito à pauta da Legislação Trabalhista, pois por um erro de digitalização foi o único material que me sobrou para analisar esta produção da CONTAG – e para o qual não tive condições de rever devido aos problemas decorrentes com a pandemia de covid-19. Contudo considero de grande importância trazer e ressaltar as pautas dos trabalhadores, pois indicam de

maneira objetiva sua concepção acerca das leis regulamentadoras de questões consideradas cruciais pela própria categoria.

Conforme referido anteriormente, a pauta Legislação Trabalhista foi constituída de 6 pontos: política salarial, contratação coletiva de trabalho, contratação individual, greve, trabalho assalariado temporário, prescrição bienal. Segundo ambas as publicações, em relação ao ponto de *Política Salarial* os trabalhadores reivindicaram que o Congresso Nacional modificasse as leis sobre salários com base nos interesses e necessidades dos trabalhadores; que o salário-mínimo cobrisse as necessidades de toda a família do trabalhador, de acordo com o artigo 161 da Constituição Federal, não devendo se restringir apenas no chefe de família; que o salário-mínimo fosse igual em todo o país; que o aumento do salário-mínimo fosse feito a cada 3 (três) meses, de acordo com o aumento do custo de vida; que, uma vez por ano, fosse feito um aumento maior do salário-mínimo para o trabalhador melhorar de vida; que a Justiça do Trabalho pudesse voltar a decidir sobre os aumentos de salário; que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais estudasse e discutisse a política do governo federal sobre salários para reivindicar as modificações necessárias, consultando a classe trabalhadora sobre suas vontades e necessidades.

Na pauta de *Contratação Coletiva* reivindicaram que o Movimento Sindical fizesse um trabalho nas bases, mostrando as vantagens da Contratação Coletiva de Trabalho como ferramenta de defesa dos direitos dos trabalhadores; que o Estatuto de cada Sindicato, feito livremente pelos trabalhadores e sem a interferência do Ministério do Trabalho, dissesse quando os trabalhadores deveriam estar presentes na Assembleia para combinar a Contratação Coletiva ou Dissídios Coletivos; que o Movimento Sindical promovesse sempre Dissídios Coletivos exigindo, além de aumentos salariais, melhores condições para a classe. Na questão de *Direito de Greve*, deliberaram que a greve fosse considerada uma forma normal de atuação sindical e que, portanto, deveria ser mudada toda a lei de greve vigente; que a Assembleia do Sindicato passasse a ter todo poder para decidir quando deve começar ou acabar a greve; que os patrões não pudessem despedir os grevistas a partir do momento da publicação do edital da Assembleia que decidiu a greve, até 1 (um) ano após terminada a greve; que os grevistas recebessem os dias que ficaram parados.

Sobre o *Trabalho Assalariado Temporário*, reivindicaram que os Dissídios Coletivos exigissem melhores salários e condições de vida ao trabalhador rural

temporário; que fosse proibido por lei o transporte de trabalhadores em carros que não servissem para passageiros; que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais mantivesse sua posição contra a criação de cooperativas de trabalhadores rurais temporários.

Em relação à pauta de *Prescrição Bienal* reivindicaram que o Movimento Sindical não deixasse de continuar sua luta a favor de um grande benefício dos trabalhadores rurais, a prescrição bienal, defendendo esta grande vitória alcançada; que a prescrição bienal do trabalhador rural passasse a valer também para os trabalhadores da cidade.

Sobre a pauta de *Justiça do Trabalho* reivindicaram que não fossem feitos acordos nos Sindicatos, a fim de aumentar o número de questões na Justiça e forçar a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento; que na falta de advogado, o dirigente sindical viesse a dar assistência ao trabalhador na Justiça do Trabalho.

Sobre *Contratação Individual*, reivindicaram que os Sindicatos animassem os trabalhadores a terem suas carteiras de trabalho e exigirem sua anotação pelo empregador; que o empregador fosse obrigado a entregar cópia do recibo do salário. No recibo deveriam constar as quantias pagas, os descontos feitos e os nomes do empregado e do empregador; que o 13º salário fosse pago até o dia 20 de dezembro de cada ano, de acordo com o salário de dezembro. Depois desse dia o patrão estaria obrigado a pagar em dobro, com juros e correção monetária; que o salário fosse pago no último dia de trabalho do mês, da quinzena ou da semana, no horário de serviço ou logo depois do terminado; que o empregador que pagar depois do prazo passasse a receber uma multa; que constasse na CLT a obrigação de pagar todo o salário, mesmo nos dias que não tiver trabalho por causa das chuvas e de outros eventos que acontecessem contra a vontade do trabalhador; que as férias fossem concedidas com base no tempo que o trabalhador ficou à disposição do empregador e não como na lei atual, que diminui as férias com base no número de faltas; que todos os trabalhadores rurais tivessem o direito de ter uma área de 2 hectares para lavoura e criação, dentro das grandes propriedades; que as horas extras noturnas (das 6 horas da tarde até as 6 horas da manhã no dia seguinte) fossem pagas em dobro; que o trabalhador, desde os 14 anos, recebesse salário igual ao dos adultos; que o tempo que o trabalhador gasta indo para o trabalho e voltando para casa fosse contado como tempo de serviço; que o empregador garantisse ao trabalhador o transporte da casa para o trabalho e do trabalho para casa; que a lei proibisse o carregamento de ferramentas junto com os trabalhadores no transporte de casa para o trabalho e do trabalho para casa; que o trabalhador recebesse salário dobrado aos domingos e feriados trabalhados para o patrão,

além do pagamento do repouso remunerado a que tem direito; que a moradia fornecida pelo empregador ao trabalhador seja de graça. O patrão deve pagar mais de 20% (vinte por cento) do salário ao trabalhador quando não de moradia ou quando a casa não estiver em boas condições; que a lei seja mudada para que o trabalhador possa continuar na mesma casa até 60 (sessenta) dias depois de receber os direitos devidos pelo patrão; que a lei garantisse ao trabalhador com menos de um ano de serviço e que foi despedido injustamente uma indenização de acordo com o maior salário que ele ganhar; que as contas dos direitos do trabalhador com mais de noventa dias de serviço e que tivesse seu contrato rescindido fossem feitas obrigatoriamente com assistência do sindicato; que os trabalhadores rurais passassem a ter os mesmos direitos dos trabalhadores da cidade, inclusive um ganho a mais por trabalho insalubre.

O único ponto da revista *3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais* que não convergiu, porque não apareceu, com o que apresentou a revista *Trabalhador Rural* é sobre *Estabilidade e Fundo de Garantia*. Segundo a publicação do primeiro opúsculo, ficou decidido que que o Movimento Sindical deveria continuar a lutar contra o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para o trabalhador rural; e que o Movimento Sindical lutasse para que os Delegados Sindicais não pudessem ser tirados do emprego desde o dia da sua posse no Sindicato até um ano depois de terminar seu mandato; que o Movimento Sindical lutasse para conseguir que o empregado com mais de 90 (noventa) dias de serviço não pudesse ser mandado embora, a não ser por falta de greve.

O sentido de reportar aqui todas as reivindicações especificadas em relação à Legislação Trabalhista é buscar compreender a dimensão de entendimento e preparo dos trabalhadores e dirigentes sindicais sobre atuais, à época, condições dos trabalhadores rurais respaldados pela Justiça, assim como se torna evidente o preparo e organização no levantamento de pautas e apuração de queixas que cobrem toda a categoria.

Nessa perspectiva, isso é importante para dar continuidade e observar como se deu a primeira grande greve dos trabalhadores canavieiros em Pernambuco, analisando-a de acordo com os relatos orais de antigos dirigentes e/ou dos membros da Academia Sindical da FETAPE. Na ocasião da entrevista que fiz com várias lideranças sindicais, em novembro de 2017, Josefa Martins Reis, conhecida como Zefinha, que foi assessora sindical da FETAPE durante a década de 1970, narrou elementos do 3º Congresso junto com Beija-Flor. Ela reportou que no evento, em Brasília, alguns participantes prestaram solidariedade à greve dos metalúrgicos de 1979 do ABC paulista que estava ocorrendo

exatamente durante o período do conclave: “(...) na época do terceiro congresso, situando historicamente, Lula era presidente do sindicato e estava comandando a greve dos metalúrgicos e o congresso se solidarizou com uma nota pública, colocou na imprensa e tudo nosso lá da CONTAG e discutiu a importância do movimento sindical do campo também fazer as lutas coletivas”. Em seguida sua fala foi completada por Beija-Flor: “por isso que a gente seguiu à risca essa decisão e Paudalho e São Lourenço da Mata ainda voltou muito mais animado de fazer greve também. Por que tava dando certo lá em São Paulo e por que aqui não dava certo?”.

O final da década de 1970 foi marcado não somente pela realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O texto de encerramento sobre a fala de Zé Francisco apresentado na revista *3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais* mostra um breve panorama sobre o contexto nacional da lenta sensação de reabertura política, permeada pela intensa retomada de lutas dos trabalhadores urbanos por meio da categoria dos metalúrgicos no ano de 1978 em São Paulo (PEREIRA NETO, 2019, p. 81-123). Do mesmo modo, no plano regional do Nordeste tivemos a desapropriação das terras em Alagamar, na Paraíba, representando uma conquista importante para a população do campo no estado (PEREIRA, 2012, p.179).

2.2 A reorganização das lutas e a greve de 1979 em São Lourenço da Mata e em Paudalho – PE

A greve de 1979 foi o grande marco da retomada das lutas dos canavieiros para o estado de Pernambuco. A greve foi deflagrada em dois municípios, São Lourenço da Mata, que tinha como presidente do sindicato Francisco Agápito da Silva, e Paudalho, que tinha como presidente do sindicato Severino Domingues de Lima, conhecido popularmente até hoje na região como Beija-Flor. Este narrou, em entrevista concedida em 2017, que um grupo de sindicalistas de Pernambuco foi ao Rio de Janeiro acompanhar a reunião dos sindicatos daquela região para sondar como eles estavam se organizando. Após as diretrizes de luta definidas no 3º Congresso e a verificação de que lá os trabalhadores não estavam se mobilizando por meio de greve e que, por isso, os processos na Justiça do Trabalho estavam sendo mais morosos do que o normal, os dirigentes voltaram a Pernambuco com a proposta de greve mais firme do que estavam antes:

Aí os companheiros voltaram com a proposta mais forte ainda, tinha que ser greve porque não funcionava se não fosse greve, a

Justiça não funcionava. Resultado, a FETAPE acatou a nossa proposta. Os sindicatos também, todos da Mata Sul e da Mata Norte acataram a proposta de fazer greve. Mas quando foi na hora de botar o edital, alguns sindicatos saíram com o edital debaixo do braço e nunca mais voltaram, correram da parada, não tiveram coragem de enfrentar uma greve. E a gente, São Lourenço e Paudalho, botou o edital, cumpriu e a FETAPE também e aí, quando o delegado do trabalho, que era Romildo Leite, tomou conhecimento através do jornal dos editais e que a gente ia fazer greve e entendeu que Paudalho e São Lourenço da Mata eram os mentores, os puxadores, e declarou também no jornal que ia punir os dois sindicatos. E aí a gente correu para a FETAPE e lá tava a CONTAG, Zé Francisco da Silva. De lá nós marcamos uma audiência, ou foi uma audiência ou foi um chamado dele... parece que foi um chamado dele e a gente foi. Aí foi eu, Zé Francisco, Agápito, Zé Rodrigues, Romeuzinho, Romeuzinho da Fonte... (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

Na sequência, Beija-Flor passou a discorrer sobre a preparação da greve e dos impasses que existiam entre dirigentes sindicais sobre como operacionalizá-la e quais cidades a deflagrariam primeiro. Neste período, as movimentações já estavam intensas na região canavieira e os sindicatos da Zona da Mata vinham individualmente mobilizando os trabalhadores para a retomada das lutas. Por isso, segundo Beija-Flor, a imprensa estava muito interessada em noticiar os próximos passos dos canavieiros do estado de Pernambuco. Nesse sentido Beija-Flor nos conta com bom humor:

Bom, mas a gente entrou sem falar com ninguém, tudo em cima da gente e a gente foi se reunir numa sala, na sala da presidência. A gente foi pra lá e pedimos que eles aguardassem que a gente ia definir. A gente foi pra lá e aí Zé Francisco falou, mas Romeuzinho tomou a frente e falou logo primeiro. Romeuzinho era quente, metro e meio de homem mas era quente. Chegou, fez uma análise das coisas, o momento político, Zé Francisco endossou, que isso é bom pra fazer uma análise da conjuntura e Zé Rodrigues tava pra passar no teste, passou. Porque se Zé Rodrigues não aceitasse essa decisão ele não passava no teste que ele tava ingressando. Primeiro mandato na presidência. Eu, meu primeiro mandato também na presidência. Só Agápito que

era raposa velha. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

O trecho acima faz referência ao momento quando os dirigentes se reuniram para convencer uns aos outros de que a decisão certa a ser adotada era a deflagração da greve. “Romeuzinho”, a que Beija-Flor se refere, era o advogado da FETAPE Romeu da Fonte, conhecido por ser um homem de baixa estatura, mas que ia aonde os trabalhadores fossem sem temer. “Zé Rodrigues”, que também era presidente sindical na época, estava passando pela provação, isso quer dizer que estava sendo sondado, internamente entre seus parceiros, se era “pelego” ou não. E como aponta Beija-Flor, ele passou no teste aceitando a ideia de greve. Agápito nesse momento era presidente do sindicato rural de São Lourenço da Mata e já era conhecido na região por ser um sindicalista mobilizador:

E Zé Rodrigues tava na Federação faz muito tempo mas não era presidente e aí a pergunta foi dura pra cima da gente. Agápito ninguém perguntou nada a ele não. Ele disse: “Lá em São Lourenço da Mata vai ter greve, vai ter greve em São Lourenço da Mata”. Chega trincava os dentes. E eu, o meu grupozinho, meu exército miudinho, primeiro ano, eu olhava pra um, olhava pra outro, olhava pra porta, não podia sair, tudo fechado e eu digo “não tem jeito não eu vou ter que entrar nesse negócio”. “E tu, Beija-Flor?” não sei qual foi desses que perguntou. Zé era mais afoito, esse Zé aqui (aponta para Zé Francisco), era mais afoito do que o Zé Rodrigues. Mas não sei quem foi que me perguntou: “e tu, Beija-Flor?”. Eu disse: “olhe, eu vou pra onde São Lourenço for, se em São Lourenço tem greve Paudalho vai ter greve também!” (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE, parênteses meus).

Beija-Flor demonstra em suas palavras simpáticas a sua inexperiência em relação a toda aquela nova conjuntura que vinha se reorganizando na Zona da Mata. Sendo seu primeiro mandato na presidência do STR de Paudalho, acabou por seguir a orientação de quem considerava “raposa velha”, ou seja, Agápito Francisco. A mobilização então já começara a tomar corpo logo após aquele encontro:

E aí abriu o portão e a turma pega Zé e pega Zé Rodrigues e a imprensa em cima e no outro dia: Greve! E a gente foi e no outro dia teve greve mesmo. Não teve brincadeira, não, foi greve mesmo em São Lourenço e Paudalho. Os patrões não pensava,

eles duvidava que isso ia acontecer, eles não acreditava que a gente ia fazer greve, entendeu... devido à conjuntura, devido à rapidez que a gente teve e aí... greve. E foi greve forte, sabe quantos dias? Sete! Mas antes de sete dias, quando a gente foi pra São Lourenço, todo esse grupinho foi pra São Lourenço, primeiro São Lourenço pra poder ir pra Paudalho. Aí vamo pra São Lourenço da Mata... Assim, não tinha menos de cinco mil pessoas não, trabalhadores, não tinha salão, não, era... era um galpão com o espaço grande e aí muita gente fora. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

Segundo o relato da preparação de greve contado por Beija-Flor, primeiro os dirigentes seguiram para São Lourenço da Mata, onde o STR era comandado por Agápito e que, segundo ele, o povo estava mais preparado. Depois, seguindo para a cidade de Paudalho, a animação do povo não foi diferente, apesar de menos organizados para greve:

Foi tanto que quando foi declarado greve que todo mundo foi pra suas comunidades e os delegados também. No outro dia a gente saiu de madrugada uma equipe da Federação e do sindicato e da CONTAG. Da CONTAG quem acompanhou a gente nas greves foi Irinha. E ela tinha uma máquina pra fotografar, tinha um gravador pra gravar os padrões querendo matar a gente, mas tem até o tom das foices no corte de cana. A gente chegava anunciado a greve e os companheiros cortando cana aí não ligava pra gente, não. Porque os companheiros que vinha da rua não tava orientado. O facão quando passava na cana “TIN” “TIN” “TIN” (sons do facão passando na cana). Irinha gravou isso tudo. Olhe, foi difícil Paudalho, foi difícil e enquanto Agápito mostrava pra imprensa mostrava para o público que o sindicato dele era forte e que não temia nem a polícia. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE, parênteses meus).

O interessante da narrativa de Beija-Flor, além de ter vivenciado presencial e ativamente aquele processo, é que ele se recorda com muita sensibilidade de momentos que nos transportam para o período para o meio do canavial, junto com os dirigentes, para chamar os trabalhadores para greve. Como quando ele tenta reproduzir o som dos facões e cortes das canas e com alegria gritar que “é greve!”. Ao mesmo tempo, traz nuances que por vezes os documentos tradicionais que noticiam as greves não nos deixam ver com

facilidade. O que Beija-Flor chama de “companheiros que vinham da rua” os trabalhadores clandestinos, que eram comumente conhecidos por “trabalhadores de ponta de rua” e que estavam ali muito só para trabalhar e não residiam nos engenhos com suas famílias. Por sua condição instável e precária, os clandestinos eram trabalhadores que geralmente não estavam interessados em mobilizar-se para greves. Sobre os sete dias de greve Beija-Flor conta:

Aí pra concluir essa coisa da greve a gente passou sete dias parados tendo ajuda. Fizemos a FETAPE junto com a CONTAG fizemos um comitê aqui na federação e aí os urbanos e CPT, essas entidades organizaram e ajudaram a gente tanto em São Lourenço da Mata quanto em Paudalho. Os próprios sindicatos que não pararam, porque só houve na primeira greve, só houve paralização em Paudalho e São Lourenço da Mata. Os outros sindicatos ficaram se preparando pra entrar também em greve, mas não entraram. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE, parênteses meus).

Explica Beija-Flor um elemento bastante importante quando se trata de esforço de greve: a solidariedade de outros estados e organizações para ajudar os trabalhadores a conseguirem manter os dias de paralisação. Beija Flor conta que as pessoas se envolviam de livre e espontânea vontade e vinham para o estado de Pernambuco: “vinham pra cá ajudar nas greves de Pernambuco e ia para o campo do Rio de Janeiro de Minas Gerais de vários lugares e ia para o campo”. Zefinha complementa:

Eu me lembro que a FETAPE tinha dois carros. Será que o sindicato era forte? Tinha dois carros, a Fetape tinha dois carros e na greve tinha muita gente que vinha da Contag, que vinha na segunda greve. Nós conseguimos reunir quarenta carros de apoio. E olha, e outra coisa, em Recife a gana de muita gente contra os usineiros, a gente via assim uma solidariedade, por isso essa coisa da imprensa e tal, apesar de tá na ditadura, né, tinha uma sensibilidade que era todo mundo tinha um pavor, as injustiças do usineiro, né. E então da universidade sei que se conseguiu quarenta carros. Quarenta carros e nos municípios rodando, rodando, mobilizando ajudando a apoiar a mobilização dos trabalhadores. (Zefinha, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

Beija-Flor, ao narrar a greve no município de Paudalho, conta como se deu nesse momento o enfrentamento dos dirigentes sindicais e trabalhadores com a polícia, que sempre aparecia quando os trabalhadores começavam qualquer pequena mobilização. Com certo atrevimento e perspicácia, Beija-Flor convenceu os trabalhadores a virem se aglomerar para ouvir o discurso de greve, dizendo que os policiais de cacete estavam ali para protegê-los, pois estavam apenas cumprindo a lei:

Quando foi no dia da organização da assembleia de greve, foi um domingo de manhã bem cedinho, a gente tava na frente do sindicato com duas corneta em cima do carro e a gente chamando os trabalhadores para começar a assembleia. Nesse momento começou a aparecer polícia, cercaram a frente do sindicato todinha. Cercaram o sindicato, a frente do sindicato todinha e os trabalhadores, quando vinha, ele não via gente só via a polícia, um cara com um cacete desse tamanho e eu em cima de um birô, um microfone *me valendo da lei* e dizendo que a polícia não estava aqui para agredir a gente. Rapaz, a gente passava isso e eles não tinha coragem de dizer que não, eles não podia dizer que não e vim pra cima de mim. Eu dizia “tá aqui a polícia para garantir, companheiro! Venha companheiro para garantir a nossa assembleia que os patrões não tão querendo.” (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE, *italico meu*).

O que Beija-Flor chamou de “me valendo da lei” diz respeito ao uso da Lei 4.330 do ano de 1964, chamada Lei de Greve. Esse recurso legal foi utilizado com muita força durante toda as mobilizações do ciclo de greves canavieiras do estado de Pernambuco. A lei também era conhecida como Lei Antigreve, uma vez que previa que muitos passos tivessem que ser cumpridos até que uma greve pudesse ser deflagada de modo legal, sem que os grevistas sofressem punições. Portanto, o passo a passo da legislação era seguida criteriosamente. Para uma greve ser reconhecida pelo Estado, devia ser feita uma indicação prévia com as reivindicações descritas pelos trabalhadores e de acordo com as disposições da lei. Poderiam participar ativamente da greve somente os trabalhadores fixos que recebiam salários regularmente, ou seja, os trabalhadores sazonais, comuns na categoria dos canavieiros, não eram permitidos nas mobilizações. Uma assembleia geral devia ser realizada pelas entidades sindicais, com publicação dos editais nos jornais locais com antecedência mínima de 10 dias, indicando o local, dia e horário de sua realização. Com presença de 2/3 na primeira convocação, e, de 1/3 na segunda convocação, por meio

de votação secreta e definido por maioria de votos, as assembleias gerais deveriam funcionar nas sedes do sindicato locais ou na sede da Federação ou Confederação, podendo, entretanto reunir-se, simultaneamente, na sede das delegacias e seções dos Sindicatos. Entre a primeira e a segunda convocação deveria haver o interregno mínimo de 2 dias. Respeitadas essas regras, o quórum de votação de 1/8 dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que representassem mais de 5.000 profissionais da respectiva categoria. A apuração era feita por um membro do Ministério Público do Trabalho ou por algum representante considerado idôneo e escolhido pelo Procurador Geral do Trabalho ou Procuradores regionais.

Valorizando as possibilidades do cruzamento de fontes, analiso aqui o panfleto nomeado *O Vagalume*, publicado entre os meses de novembro e dezembro de 1979. Não pude encontrar um número muito grande de informações sobre o panfleto, mas tive acesso justamente os exemplares que correspondem ao antes e ao depois da greve, onde estão as reivindicações e as conquistas dos trabalhadores canavieiros. O panfleto era uma produção da FETAPE e buscava informar a população e, principalmente, os trabalhadores sobre os últimos acontecimentos referentes à Zona da Mata canavieira do estado de Pernambuco. Os panfletos são datilografados, mas possuem escrituras feitas à mão, charges e ilustrações que considero importantes enquanto fontes e como recurso visual para compreender a luta dos trabalhadores desse período.

Na capa reproduzida abaixo (Imagem 3), minha atenção na foi voltada para a ilustração do trabalhador rural de pés descalços, demonstrando pouco ou nenhum acesso aos equipamentos básicos de proteção para execução da atividade. Entendo que o título *O Vagalume* possa representar uma metáfora dos sindicatos e organizações rurais que iluminam a vida dos trabalhadores, mostrando os caminhos seguros a serem seguidos e conhecidos por todo o estado, já que o título também está representado dentro da forma territorial do estado de Pernambuco.

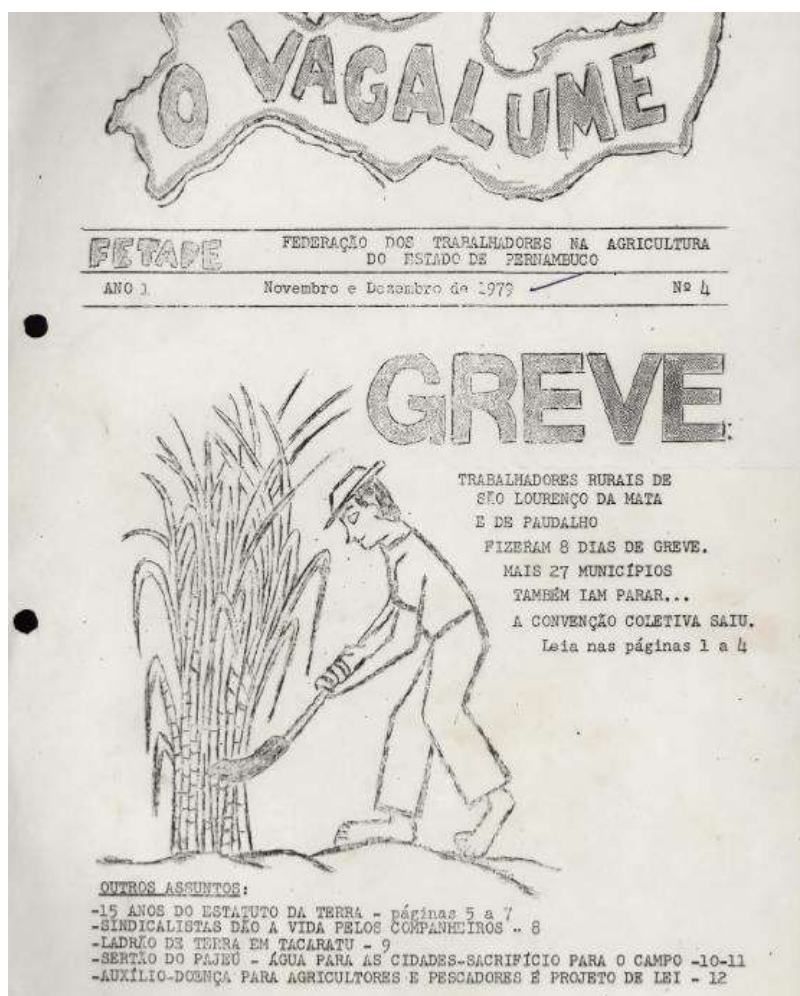


Imagem 3 – Capa, panfleto *O Vagalume*, novembro e dezembro de 1979, nº4.

Para além disso, a edição nº4 do panfleto descreve em linhas gerais e em forma narrativa simples e objetiva como se deu a preparação das greves de São Lourenço da Mata e Paudalho em 1979. O interessante do formato do panfleto é que ele sintetiza de maneira muito direcionada com nítidos objetivos de informar a categoria dos canavieiros sem muita formalidade. Sobre a deflagração da greve e o uso da Lei de Greve, relata:

Os sindicatos já tinham cumprido todo o traçado da Lei. A Lei também marca as obrigações dos patrões. Eles não obedecem. No dia 2 de outubro, os 2 sindicatos deram o grito de GREVE. Os trabalhadores só estavam esperando a ordem do Sindicato. O campo amanheceu parado. Ia ficar parado quantos dias? Quantos dias fossem precisos. Até que os patrões atendessem as reivindicações. (Panfleto *O Vagalume*, novembro e dezembro de 1979, nº4, p. 2).

Sobre a solidariedade para manter a paralisação, o panfleto também traz exemplos, assim como as falas de Beija-Flor e Zefinha, de ajuda que chegou de todas as partes para o esforço de greve nos canaviais da Zona da Mata de Pernambuco:

Era preciso sustentar a greve, sem o povo morrer de fome. Foi formada uma comissão só para tratar de conseguir ajuda. Veio ajuda de outros Sindicatos de Pernambuco, de outras Federações. Os agricultores da Paraíba também colaboraram. A Igreja também se movimentou. Veio ajuda de bispo, de padre, coleta de paróquia. A união dos trabalhadores e essas ajudas – dava muita greve... (Panfleto *O Vagalume*, novembro e dezembro de 1979, nº4, p. 3).

Além de trazer as informações sobre as greves, o panfleto também traz poesias e cantos escritos por trabalhadores narrando a retomada das lutas e a força dos trabalhadores, o que me leva a considerar que diversos trabalhadores, não apenas os dirigentes sindicais, tinham algum nível de envolvimento com a produção destes textos que seriam distribuídos. Um elemento interessante do cruzamento de fontes é que, ao confrontar a postura de indivíduos que participaram dos eventos relatados, é possível constatar que a memória pode se transformar ao longo do tempo, pode ser reafirmada, mas também pode pregar peças na construção das narrativas. Nesse caso, com a edição do panfleto pude ter acesso a uma poesia escrita por Beija-Flor que reafirma sua postura de enfrentamento em relação à polícia:

*Com a paralização
Os patrões inconformados
Partiram pra Capital
Ocupar os delegados
E espalhou por todo campo
Mais de 500 soldados.*

*Os policiais armados
De revólver e mosquetão
Metralhadora fuzil
E cacetete na mão
Não sei porque tanta arma
Sem haver revolução.*

*A serviço de patrão
Ficaram muitos soldados
Mas todos os trabalhadores
Estavam bem preparados
E dentro da lei de greve
Estavam organizados.*

*Ficaram todos parados
Quando ninguém esperava
Chegavam os policiais
Ali ninguém se espantava
Quanto mais policiais
Mais o povo se animava.*

*Trabalhador que falava
A gente está indefeso
E tanto soldado armado
Carregando tanta arma
Eu não estou fazendo nada
Também não posso ir ser preso.*

(Poesia de Beija-Flor, *O Vagalume*, novembro e dezembro de 1979, nº4, p. 3).

Por fim, o panfleto *O Vagalume* resume em curtas palavras o resultado da greve de 1979, um feito “como há 15 anos não se via”, em referência ao considerado êxito do movimento:

Os trabalhadores não conseguiram tudo que exigiram. Mas conquistaram direitos como há 15 anos não se via. Todos os direitos ficaram por escrito num documento assinado pelos Sindicatos dos Trabalhadores, Sindicatos dos patrões, tendo as autoridades do Ministério do Trabalho como testemunhas e como garantia. Esse derradeiro documento é a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. (Panfleto *O Vagalume*, novembro e dezembro de 1979, nº4, p. 4)

Sobre as reivindicações conquistadas, Beija-Flor aponta sobre a finalização da greve com a vitória para classe trabalhadora:

A gente que conseguiu em sete dias, a gente conseguiu ter um salário dobrado. E aí a gente passou a comer charque. Em vez de um kg de sardinha a gente comprava quase dois kg de charque e aí a nossa vitória. Além disso a tabela de campo, que foi muito importante pra gente, que até então o acordo do campo de Arraes, aquilo tava na gaveta, ninguém usava mais. Aí uma boa parte daquele acordo feito no tempo de Arraes foi colocado na tabela da gente na greve de 1979. Então a gente fez uma comemoração na vitória. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

A greve do ano de 1979 teve duração de 7 a 8 dias (essa variação encontra-se nas fontes) e foi concluída a partir de uma convenção coletiva pela qual a classe patronal,

pressionada pelos trabalhadores e dirigentes, aceitaram as reivindicações dos canavieiros. Uma das reivindicações mais importantes alcançadas com a greve foi o aumento de 52% do salário-mínimo. Contudo, a fim de obter uma compreensão mais aprofundada acerca da estratégia de mobilização inaugurada na greve de 1979, será necessário adentrar nos anos que compõem o ciclo de greves canavieiras e nas demais produções elaboradas e veiculadas no período.

2.3 O “ciclo de greves”: trabalhadores sindicalizados agindo por dentro da lei

Como foi explanado nos tópicos anteriores, a diretriz central da retomada de lutas organizadas após o 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais visava um processo de lutas coletivas em defesa dos trabalhadores, interrompidas pela repressão instituída pelo golpe de 1964 e pela ditadura que se seguiu. Assim, os trabalhadores tinham como saída, por vezes, recorrer a seus direitos na Justiça do Trabalho de forma individual. A partir de 1979, entre as formas de lutas coletivas que eram colocadas como tática central estavam o encaminhamento dos dissídios coletivos. Mais adiante, explicarei e cruzarei narrativas sobre como os trabalhadores se orientavam no sentido de compreender essa nova tática de luta por dentro da legalidade, dos ritos da Lei de Greve e da Justiça, ainda que com as leis da ditadura, feitas para desmobilizar e impedir a ação efetiva de reivindicações coletivas.

Por ora, basta mencionar que, para fortalecer os dissídios coletivos, preparavam-se mobilizações com vistas a greves, sempre organizadas durante o período da Campanha Salarial, iniciada no mês de setembro, que naquele momento correspondia ao período de safra da cana-de-açúcar, ou seja, da colheita, período decisivo para o capital e quando os trabalhadores eram mais exigidos pelas empresas e pelos patrões nos engenhos. Durante a greve de 1980, houve a paralisação durante dois dias e contou com a participação de 240 mil trabalhadores de toda região da zona canavieira de Pernambuco, resultando no julgamento de dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 6ª Região. O ano de 1981 seguiu sem greve, no entanto, o fato de não ter havido uma paralisação em massa durante a Campanha Salarial significa que ao longo de todo o ano até o mês de setembro os trabalhadores estiveram mobilizados, organizados e pressionando suficientemente a classe patronal para que não houvesse a necessidade urgente de utilizar a tática de greve, considerado, naquele momento, o instrumento de luta mais forte. Nesse

sentido, nesse ano, foi julgado dissídio coletivo pelo TRT. Já no ano seguinte, em 1982, 240 mil trabalhadores paralisaram suas atividades por dois dias durante a Campanha Salarial, que só foi interrompida por pronunciamento da Justiça e, novamente, pelo julgamento de dissídio coletivo pelo TRT. A greve do ano de 1983 ocorreu com as mesmas características das do ano de 1979, 1980 e 1982, com finalização de julgamento de dissídio coletivo. O ano de 1984 só se diferenciou das demais anteriores pela adesão de 30 mil trabalhadores que paralisaram suas atividades durante doze dias, chegando a alcançar nos últimos nove dias de greve o número de 210 mil trabalhadores de braços cruzados na zona canavieira, resultando em julgamento de dissídio coletivo pela Justiça. Por fim, o ano de 1985 teve características de mobilização semelhante a ocorridas no ano de 1981, quando não houve deflagração de greve pelos trabalhadores, mas muita organização, paradeiros localizados nos engenhos durante todo o ano, resultando em acordo entre as partes, sem chegar a julgamento no TRT (SIGAUD, 1986).

A fala do entrevistado Beija-Flor sobre uma das cláusulas importantes conquistadas durante o ciclo de greves, o direito de existir a atuação de um delegado sindical por engenho, nos mostra o impacto da luta organizada na prática:

Essa história aqui de delegado sindical (apontando para uma cartilha), esse é o mais antigo, o primeiro da CONTAG, isso é um instrumento muito forte. O sindicato tem seus diretores e os diretores muitas vezes não têm condição de percorrer todos os engenhos. Ele tendo lá no engenho delegado orientado, um delegado que saiba assumir o seu papel e os trabalhadores também. Porque a ideia de criar delegado não foi pra delegado receber dinheiro como os urbanos. Os urbanos são delegados mas são remunerados pelas fábricas, pelas indústrias. Eu conheci isso aqui em Pernambuco. A área da cana não, o delegado vai resolver o problema do trabalhador que tá injustiçado lá na palha da cana e ele corta cana, então quantos feixes são? 150 pela diária, tem 15 trabalhadores supondo, cada um corta 10 feixes, tá feita a diária do trabalhador e ele foi pro sindicato, chamou o sindicato e o sindicato veio pra cá pra palha da cana e resolveu o problema. Então o delegado é um instrumento forte e independente, não é dependente, não. (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

A luta dos trabalhadores em Pernambuco gerou um impacto sobre os trabalhadores rurais e respectivas federações de outros estados do Nordeste, assim como para outras questões referentes à posse de terra e expulsão dos trabalhadores. Nesse trecho Zé Francisco aponta um pouco desse aspecto:

é a influência do movimento dos assalariado teve nas outras regiões. Vocês citaram aqui a Zona da Mata norte e sul e tal, mas você veja, por exemplo, nessas campanhas salariais de Pernambuco e depois dos outros estados também, principalmente de Pernambuco, que o pessoal dos agreste do sertão também desciam pra participar com a gente nessas campanha salariais. E o papel que essa campanha teve nas luta do agreste nas luta do sertão questão das barragens de Sobradinho de Itaparica foi uma influência muito grande tanto pra zona da mata, do agreste, consequentemente pro sertão e aqui mesmo na região do agreste, né. Não podia deixar de destacar também a influência que essas greve tiveram, ne, mesmo na questão da posse da terra no combate nas consequências da seca e também a questão da posse da terra, os posseiros, o enfrentamento com os foreiros posseiros, o pessoal que era pra pagar uma renda, né, arrendatários. (Zé Francisco, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

Beija-Flor igualmente retrata a extensão das greves para outros estados e a adesão dos trabalhadores nos movimentos e mobilizações:

Uma coisa interessante também dessa greve que ela teve um elemento forte foi a extensão da ideia de greve para os outros estados. E aí a CONTAG abraçou essa luta e organizou a nível nacional, Alagoas, Sergipe, ainda pegou a Paraíba, sem Caboquinho, né, Rio Grande do Norte era forte, e a gente ia daqui para o Rio Grande do Norte, pra Bahia, eu não fui pra Bahia, mas fui pra Paraíba e pra Rio Grande do Norte. A gente saía daqui pra de madrugada ir pra aquelas fazenda ali e a gente num conhecia nada o pessoal. Terminava a reunião o pessoal dizia “de quatro hora da madrugada a gente tem que entrar na fazenda tal a missão é essa”. Aí sempre tinha um camarada que sabia do caminho, mas num sabia de nada de greve, desse negócio, a gente ia pra lá e um dia eu ia com esse camarada daqui e quando a gente tava no meio do caminho e chamando

os trabalhadores pra parar aí e lá vai e já tinha um monte de trabalhador perto da gente e ele usando lá um discurso, rapaz (...). (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

Assim como apontam Zé Francisco e Beija-Flor, Francisco Urbano, diretor da CONTAG, em sua exposição durante o encontro Campanhas Salariais e Sindicalismo, ocorrido na Paraíba em março de 1985, conta que no Rio Grande do Norte, no ano de 1982, em um primeiro momento, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT foi utilizada como instrumento principal de luta para gerar os chamados dissídios coletivos “frios” (pois eram restritos à negociação entre representantes de ambos os lados, sem a participação dos trabalhadores); em um segundo momento, após a convocação de uma assembleia, os trabalhadores partiram para a tática do uso da Lei de Greve, como referência ao movimento dos canavieiros de Pernambuco. No ano de 1983, no estado da Paraíba, foi utilizada a tática de Campanhas Trabalhistas, com os trabalhadores em coletivo em defesa do 13º salário e da carteira assinada. Essa tática foi utilizada como sedimentação para aflorar um cenário que fosse mais benéfico para o uso da Lei de Greve, que foi o que ocorreu nesse estado no ano seguinte. (Exposição de Francisco Urbano, *Caderno CEDI*, nº14, 1985, p. 18-20).

Nesse sentido, buscando articular uma teia de experiências e estratégias aplicadas durante o ciclo de greves, no trecho a seguir Beija-Flor se refere à criação do Congresso de Delegados Sindicais que passou a acontecer a partir do ano de 1982 e virou tradição junto com às greves durante as Campanhas Salariais:

daí pra frente, né, a gente ficou fazendo todo ano... todo ano a gente faz... e aí a FETAPE, Zé Rodrigues na presidência... ainda não tem uma luta dessa que a CONTAG não tivesse junto com a FETAPE, não teve!! Foi criado o primeiro congresso de trabalhador rural e delegado sindical da zona na mata. E foi uma valorização muito importante, porque até então os delegados de outros sindicatos ainda era muito tímido na participação de um congresso; num entendia bem o que era isso, mas houve um avanço muito grande nessa construção do primeiro congresso, e o primeiro congresso já vai com mais de trinta né! (Beija-Flor, entrevista concedida em novembro de 2017 na sede da FETAPE em Carpina – PE).

Frente a este cenário, fica a pergunta: o que define o ano de 1985 como o fim do ciclo de greves? Para responder essa questão trago como fonte o argumento do advogado da FETAPE Romeu da Fonte, em sua exposição do encontro ocorrido na Paraíba, em março daquele mesmo ano de 1985. A partir de uma análise conjuntural remetida ao ano de 1982, Romeu falou do alto nível de desemprego que assolava os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata. Nesse sentido, houve uma mudança perceptível na conjuntura regional, redirecionando os trabalhadores para organizarem novas formas de pressão e estratégias para o cumprimento das suas demandas. Em linhas gerais, foi percebida a necessidade de reorganização de luta e táticas, assim como ocorreu na década de 1970, culminando no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Reafirmando as conclusões de Sigaud (1986), o ciclo de greves canavieiras trouxe mais do que conquistas em formas de cláusulas nos dissídios coletivos da categoria ao possibilitar a afirmação da identidade em torno de objetivos comuns dos trabalhadores canavieiros. Nessa perspectiva, a formação de uma tradição de lutas na primeira metade da década de 1980, possibilitou uma mudança significativa na ordem estabelecida dado o enfático enfrentamento de classes, reverberado também na construção da memória e de uma cultura histórica presente ainda hoje ao redor da FETAPE.

2.4. Açúcar, suor e sangue: a escalada da violência nos interregnos

De acordo com Sigaud (1980 e 1986), as lutas do interregno, período entre as greves, quando deveriam se efetivar na prática os resultados dos acordos que levaram fim às mobilizações, são marcadas pelo estabelecimento de uma nova ordem contratual e por isso ocorre a intensificação dos conflitos entre trabalhadores e patrões. Pode existir a tendência de pensar que após a greve e o firmamento de um acordo entre representantes, ou mesmo dissídio via Tribunal Regional do Trabalho, que os conflitos se arrefecem e tornam-se menos cotidianos e mais espaçados. Contudo é justamente no período entre safras, que corresponde ao primeiro semestre do ano, que os conflitos no campo se tornam mais acentuados e complexos, pois o não cumprimento das cláusulas reivindicadas e conquistadas pelos trabalhadores passam a ser desrespeitadas no dia a dia do trabalho nos engenhos e das usinas, quando os trabalhadores estão menos mobilizados como um coletivo, como no período de greve, e quando os patrões passam a questionar a validade daqueles documentos tão caros para a vida dos canavieiros.

Veremos adiante nas notícias quais os instrumentos do Estado acionado pelos trabalhadores, via sindicato e via FETAPE, para pressionar os patrões a cumprirem as cláusulas dos acordos e dissídios coletivos. Para os trabalhadores, o período de interregno representa a demonstração de vitória ou derrota da “lei do engenho”, por isso a importância desse período para compreender a dinâmica de lutas do ciclo de greves, de relevância igual ao período de Campanha Salarial seguida de greve ou paradesiros. Dada a mobilização que resulta no documento que guia os trabalhadores durante o próximo ano até a mobilização seguinte, uma série de percepções sobre a relação trabalhador/patrão vem à tona (SIGAUD, 1986, p. 36), assim como quais posturas o Estado decidiu tomar para conciliar o enfrentamento de classes. Para além disso, o interregno é também marcado pelo reajuste das regras estabelecidas durante a greve à realidade específica de cada engenho, onde os patrões não são os mesmos, os hábitos e costumes de cada engenho são diferentes, onde existem trabalhadores de municípios que são mais mobilizados que outros e onde existem divergências quanto à atuação de milícias armadas particulares que atuam a mando dos patrões. Nesse sentido, a luta do interregno não possui uma organização homogênea e uniforme, os trabalhadores não são articulados em sua totalidade contra os patrões, como no momento de greve onde existe uma intensa mobilização por parte dos sindicatos e Federação. Nos interregnos a regra do jogo é trabalhador contra patrão.

Dito isso, por meio das notícias veiculadas no periódico *Diário de Pernambuco*, poderemos ter um vislumbre de como se desenrolou a luta pelo cumprimento do negociado e do legislado. Contudo vale enfatizar que não é porque não foram veiculadas na imprensa que as lutas cotidianas não existiam. Por isso, o que é possível de ser verificado por meio dos jornais é algo que eu denomino de apenas um vislumbre da luta diária sofrida pelos trabalhadores rurais.

Ainda, para além das notícias, busco produzir o cruzamento de fontes com exposições e análises feitas pelo advogado Romeu da Fonte e pelo sindicalista Francisco Agápito, ambos no evento descrito no *Caderno CEDI* nº 14, já mencionado neste texto. Ambas as exposições nos mostram uma análise de conjuntura consciente do ciclo de greves e estendem para o futuro a necessidade da organização de novas estratégias de luta para o cumprimento. Igualmente considero importante trazer a perspectiva de um observador do ciclo de greves, que trabalhava na região do Agreste, próximo à divisa com o estado de Alagoas e que não atuava dentro da FETAPE, José Orlando Falcão, que no

momento de sua exposição era técnico da Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional – FASE. Sua exposição está na revista *Proposta Experiências em Educação Popular* de título *Assalariados Rurais: novos desafios*, edição nº 26, de julho de 1985. A edição foi resultado do seminário “Experiências de Trabalho Educativo junto a Assalariados Rurais”, organizado pela FASE e que ocorreu no Rio de Janeiro entre 12 e 14 de setembro de 1984. O evento contou com a participação de sindicalistas que atuaram em movimentos de trabalhadores rurais no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba durante a primeira metade da década de 1980.

2.4.1 Os interregnos das greves através da imprensa: análise a partir do periódico *Diário de Pernambuco*

Para falar de lutas durante o interregno utilizei como fonte o periódico *Diário de Pernambuco* entre os anos de 1980 a 1986, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e desenvolvi um método de pesquisa organizado por eixos e pela busca de palavras-chave direcionadoras para as notícias que convergiam para o meu objetivo. Os eixos definidos para categorização foram: 1. Denúncias de violência e descumprimento dos acordos e dissídios coletivos; 2. Mobilizações gerais envolvendo trabalhadores canavieiros e FETAPE; 3. Campanha Salarial; 4. Pós Campanha Salarial e 5. Julgamento de dissídio coletivo.

Essa divisão surgiu no momento posterior da pesquisa inicial, quando eu já havia coletado as notícias e necessitava de uma organização setorizada para iniciar minha interpretação e análise, por isso considerei organizá-las pensando como o período de um ano se divide para os trabalhadores da palha da cana. O primeiro semestre do ano é totalmente voltado para a luta pelo cumprimento do acordo ou dissídio coletivo firmado no ano anterior, quando as reivindicações apareciam em forma de cláusulas e por onde os sindicatos, através dos seus dirigentes e delegados sindicais, se orientavam para organizar os trabalhadores. Essa organização se deu durante a maior parte do ciclo de greves por meio dos delegados sindicais agindo em conjunto com os trabalhadores em seus locais de trabalho nos engenhos. A partir do mês de agosto se iniciaram, a cada ano, as primeiras preparações para a Campanha Salarial e os sindicatos, junto com a Federação, passaram a divulgar os editais para chamamento da população do campo e para conhecimento dos demais sobre os acontecimentos da Zona da Mata canavieira do estado. Em seguida ocorre a Campanha Salarial, que dura o mês de setembro, observando os ritos e prazos da

Lei de Greve. O final de cada um desses anos era marcado pelas situações que se desenvolvem no pós-imediato à organização da greve.

No início da pesquisa no jornal digitalizado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, as palavras-chave pelas quais busquei filtrar as notícias eram: canavieiros e camponeses. No entanto, ao longo desse trabalho cheguei à conclusão de que nem sempre essas palavras-chaves se referiam à categoria dos trabalhadores rurais, mas poderiam se referir tanto aos fornecedores de cana quanto a empresários do ramo da agroindústria canavieira. Por isso, optei por recomençar as pesquisas a partir do ano de 1980 com a palavra-chave FETAPE. Os resultados foram mais direcionados em relação aos trabalhadores da palha da cana e as que não correspondiam eram mais fáceis de ser identificadas e filtradas. Quanto à escolha de iniciar a partir do ano de 1980 e não do ano de 1979 se dá pela razão de que o meu objetivo central na pesquisa neste periódico foi analisar a luta pelo cumprimento da categoria dos trabalhadores canavieiros quanto aos dissídios e acordos coletivos firmados durante suas Campanhas Salariais. Nesse sentido, sobre a greve organizada durante a Campanha Salarial no mês de setembro em 1979 só seriam identificadas notícias direcionadas para o meu objetivo neste tópico a partir do ano seguinte, correspondente ao ano de 1980, até a organização da sua Campanha Salarial, deflagração de greve ou não, o que sempre ocorria no mesmo mês, e assim sucessivamente até o ano de 1986.

A luta pelo cumprimento era pauta constante nas notícias, muitas vezes parecem repetitivas ao olhar do pesquisador, pois basicamente em todas as datas de cada período existem queixas, denúncias, pronunciamentos do lado dos trabalhadores, por meio dos sindicatos rurais e pela Federação e, por vezes, pelos representantes das classes patronais. Nesse sentido, busquei filtrar as notícias a fim de trazer um panorama geral do que era noticiado ao longo do ano, seguindo os eixos elaborados.

Uma notícia simples e corriqueira referente ao descumprimento dos acordos feitos durante em outubro do ano de 1979 foi publicada no mês de abril e nela apontou-se que foram acordados: o aumento de 57% do salário, a concessão a cada trabalhador uma área de terra próxima à sua casa, o fornecimento de instrumentos para o trabalho e maior segurança no transporte dos boias-frias⁸. Já no mês de julho foi publicada a notícia sobre o presidente do STR de São Lourenço da Mata, Agápito Francisco, que afirmava que

⁸ “Falta de acordo no campo piora vida do camponês”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 de abril de 1980, p. A10.

trabalhadores poderiam entrar em greve novamente em outubro do ano 1980 devido ao descumprimento dos acordos feitos com os usineiros desde a última greve. A afirmação foi feita após a demissão de mais de 300 trabalhadores da Usina Tiúma, que decorre do descaso dos empregadores quanto as leis trabalhistas conquistadas e firmadas em dissídio coletivo no ano da retomada das lutas⁹.

No mês outubro, já após a Campanha Salarial do ano de 1980, o presidente do SRT de Palmares, José Alves de Moura, denunciou que trabalhadores estavam comendo alimentos deteriorados e afirmou que os prefeitos da região não permitiam a mudança das feiras-livres para o domingo. José ainda questionou o descaso da Companhia Brasileira de Alimentos - Cobal, órgão criado em 1962 pelo Ministério da Agricultura, em relação a propostas de melhoria e facilitação do transporte e implantação de postos de revenda para trabalhadores camponeses e operários¹⁰. O Movimento de União Sindical - Musi distribuiu nota apoiando a reivindicação do líder sindical de Palmares e cobraram posicionamento da Cobal. O presidente se referiu à utilização do sistema de barracões, prática tradicional dos engenhos de manter a superexploração, onde os trabalhadores compravam alimentos de péssima qualidade, como sardinhas podres e com valores abusivos.

Já no mês outubro de 1981, foi denunciada à Delegacia Regional do Trabalho – DRT que nos municípios de Goiana e Ribeirão os plantadores de cana e usineiros se recusavam a pagar o novo salário estabelecido na Campanha Salarial pelo TRT no mês anterior. Os presidentes dos STRs dos municípios solicitaram providências para coibir a irregularidade. O dirigente sindical de Ribeirão, Narciso Lima, reclamou que a direção da usina Estreliana negou-se a pagar o novo salário do campo e “a decisão, segundo o denunciante, será seguida pelos plantadores de cana do Município, que afirmam não terem condições de cumprirem a decisão da Justiça em virtude dos preços irrisórios concedidos pelo IAA a cana-de-açúcar”¹¹.

Em 1982, cerca de 80 trabalhadores pararam suas atividades no Engenho Cumbi, em Carpina, após o não pagamento do salário relativos à semana anterior. Além disso, foram descumpridas sistematicamente as normas do dissídio coletivo firmado em 1981 no que diz respeito ao tamanho das tarefas. O engenho já havia sido denunciado à DRT

⁹ “Ameaça de greve com a demissão de rurícolas”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de julho de 1980, p. A16.

¹⁰ “Cardápio de camponeses inclui sardinha podre”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de outubro de 1980, A6.

¹¹ “Usineiro não quer pagar”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de outubro de 1981, A20.

pelo STR de Carpina por estar sendo exigido dos trabalhadores que cortem 100 cubos, que é o dobro do estabelecido no dissídio. O delegado Alexandre Kruse comprometeu-se a mandar um grupo de fiscalização averiguar a situação. Ao mesmo tempo o STR de Carpina organizou uma ação na Justiça do Trabalho com o objetivo de cobrar os salários retidos, o pagamento dos dias de paralisação e a multa prevista pelo dissídio coletivo para este tipo de irregularidade. Os trabalhadores permaneceram parados até que a situação se regularizasse de acordo com o previsto no dissídio coletivo¹². Essa notícia demonstra como os trabalhadores necessitavam promover paradesiros mesmo após o esforço coletivo de greve e conquistas de direitos. Os paradesiros foram identificados pela recusa coletiva de trabalhar em locais específicos, diferenciando-se das greves por não cobrirem uma região nem sequer um município completo.

Em setembro de 1982, José Rodrigues, presidente da FETAPE, comemorou a conquista da cláusula da Tabela de Tarefas, uma vez que, segundo ele, “o maior problema dos agricultores era, justamente, a falta de disciplinamento no corte da cana solta, pois milhares de patrões, aproveitando-se dessa falha, impunham suas próprias tabelas de modo a aumentar lucros”. Estabelecido o dissídio, o patrão não poderia ordenar as atividades de acordo com sua vontade, pois foi definido pelo dissídio um critério para os trabalhadores¹³. Será visto mais adiante que essa cláusula permaneceu sendo intensamente desrespeitada pelos patrões nos engenhos, visto que o tamanho das tarefas e quanto tempo os trabalhadores efetuavam a atividade refletiam diretamente no lucro final dos empregadores. Por isso a insistência da classe patronal em se manter descumprindo a Tabela de Tarefas, conquistada como direito em 1982, via julgamento pelo TRT.

Em 1983, foi noticiado na imprensa que diversas cláusulas são descumpridas em engenhos do município de Barreiros e centenas de famílias de trabalhadores passavam fome. O SRT de Barreiros organizou um documento, enviado também para FETAPE e para DRT, em manifesto à situação dos camponeses na zona canavieira do estado. O presidente do SRT de Barreiros, Amaro Francisco da Silva, explicou que “o atraso do pagamento varia de quatro a seis semanas e os senhores e proprietários alegam ‘crise’”. A notícia traz a lista dos engenhos, nomeando seus respectivos proprietários que estão em situação de irregularidade em relação aos direitos trabalhistas, assim como também

¹² “Salários atrasam e camponeses param”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de julho de 1982, A11.

¹³ “Fetape satisfeita com dissídio”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de setembro de 1982, A7.

aponta em lista os nomes dos engenhos que estão totalmente parados. A situação do trabalho das mulheres com um a cinco anos de trabalho foi apontada como as que mais sofriam com o desemprego na zona canavieira¹⁴. Identificados nesta notícia, além do sistemático descumprimento das cláusulas pelos patrões, a especificidade da precarização dos trabalhos das mulheres no campo, em uma categoria de trabalhadores que de modo geral já era superexplorada.

Em maio de 1983, foi noticiado que a FETAPE organizou documento que desmentia acusações do presidente da Associação dos Fornecedores de Cana - AFC, Antônio Celso, que acusou a deputada Sônia Wright, funcionária da Federação, de incitar os trabalhadores do campo, como agitadora profissional. O presidente da Federação, José Rodrigues, fez sua exposição afirmando ser um absurdo a classe patronal tentar associar a miséria da zona canavieira à funcionária da FETAPE, argumentando que “os problemas de ordem social como a expulsão dos moradores dos seus sítios, o não cumprimento da legislação trabalhista etc, vem de há muito tempo, como são comprovados através de milhares de reclamações trabalhistas ajuizadas na Justiça do Trabalho, desde 1963.” O documento afirmou ainda que os trabalhadores tinham o direito de receber quem quer que fosse em sua residência, a qualquer horário, sem ferir de nenhuma forma o direito de propriedade do senhor. Ao fim, José Rodrigues reiterou:

se a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco quer mesmo contribuir para o fim do desemprego, deve zelar pelo cumprimento do dissídio coletivo por seus associados, principalmente as cláusulas relativas às tabelas, sítio e casa, pois da forma que vem agindo, dando cobertura a senhores de engenho que agem com violência contra os trabalhadores desrespeitam os direitos dos trabalhadores amparados por lei, fica desacreditada a sua afirmativa, pois a expulsão dos trabalhadores dos seus sítios só contribuem para aumentar o desemprego, transformando o trabalhador estável em trabalhador safrista. (“Sindicato desmente ocorrências de atos violentos no campo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de maio de 1983, A15).

Dias após a Campanha Salarial do ano de 1983, foi veiculado que os 45 sindicatos dos trabalhadores rurais da zona canavieira se reuniram para deliberar sobre o

¹⁴ “Canavieiros atrasam salário e 640 famílias passam fome”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 de abril de 1983, A11.

posicionamento patronal em não cumprir com o julgamento do dissídio coletivo em relação à pauta de reajuste de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. José Rodrigues afirmou que assim como os empregadores argumentavam que não estavam cumprindo porque o dissídio ainda não saiu oficialmente, os trabalhadores também podem deflagrar greve novamente. A reunião tinha como objetivo formular modos de pressionar a classe patronal para o cumprimento do dissídio¹⁵.

Contudo no final do mesmo mês da notícia anterior, outubro de 1983, os trabalhadores se reuniram em Carpina para festejar a derrota do decreto 2045. O novo decreto 2064 estabelecia agora o reajuste de 100% do INPC para quem ganhava três salários-mínimos e assim os trabalhadores passariam a ter um aumento do salário, vindo a ganhar 65.400,00 cruzeiros¹⁶.

Sobre isso, é interessante acompanhar o relato do advogado Romeu da Fonte no seminário do CEDI, ocorrido no ano de 1985. Em sua exposição, Romeu da Fonte teve condições de elaborar um balanço sobre o ciclo de greves até aquele momento e construiu em seu argumento um panorama conjuntural sobre o que mudou do ano de 1982 para o ano de 1985, principalmente no plano do desemprego, fator que teve influência direta nas condições de vida dos trabalhadores. A partir disso, produziu uma análise de como as formas de pressão para o cumprimento das reivindicações e conquistas precisavam se reordenar a partir dali.

Para Romeu, a causa central das mudanças ocorridas era a falta de estabilidade no emprego, o que impactava diretamente na mobilização dos trabalhadores para pressionar a classe patronal, pois se os trabalhadores temiam o desemprego isso fazia com que não reclamassem o cumprimento das cláusulas firmadas nos dissídios coletivos e, conseqüentemente, não levariam as suas queixas à Justiça do Trabalho (CEDI, 1985, p. 38). Aliada à conjuntura nacional de alto desemprego, estava a conjuntura regional, na qual ao longo dos anos novas demandas apareceram com a chegada de grandes empresas ao campo, a mecanização da agroindústria canavieira cada vez mais emergente e, com grande impacto para a zona canavieira, a grande seca no sertão do estado de Pernambuco que gerou muita mão-de-obra disponível e barata (CEDI, 1985, p. 39).

¹⁵ “Trabalhador ameaça nova greve”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 de outubro de 1983, A5.

¹⁶ “Sindicatos rurais festejam a derrota do Decreto 2045”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 de outubro de 1983, A5.

A imagem a seguir é uma reprodução de um panfleto distribuído por lideranças entre trabalhadores e abordam as reivindicações mais urgentes dos grupos de trabalhadores que viviam no sertão do estado, onde a seca assolava fortemente:

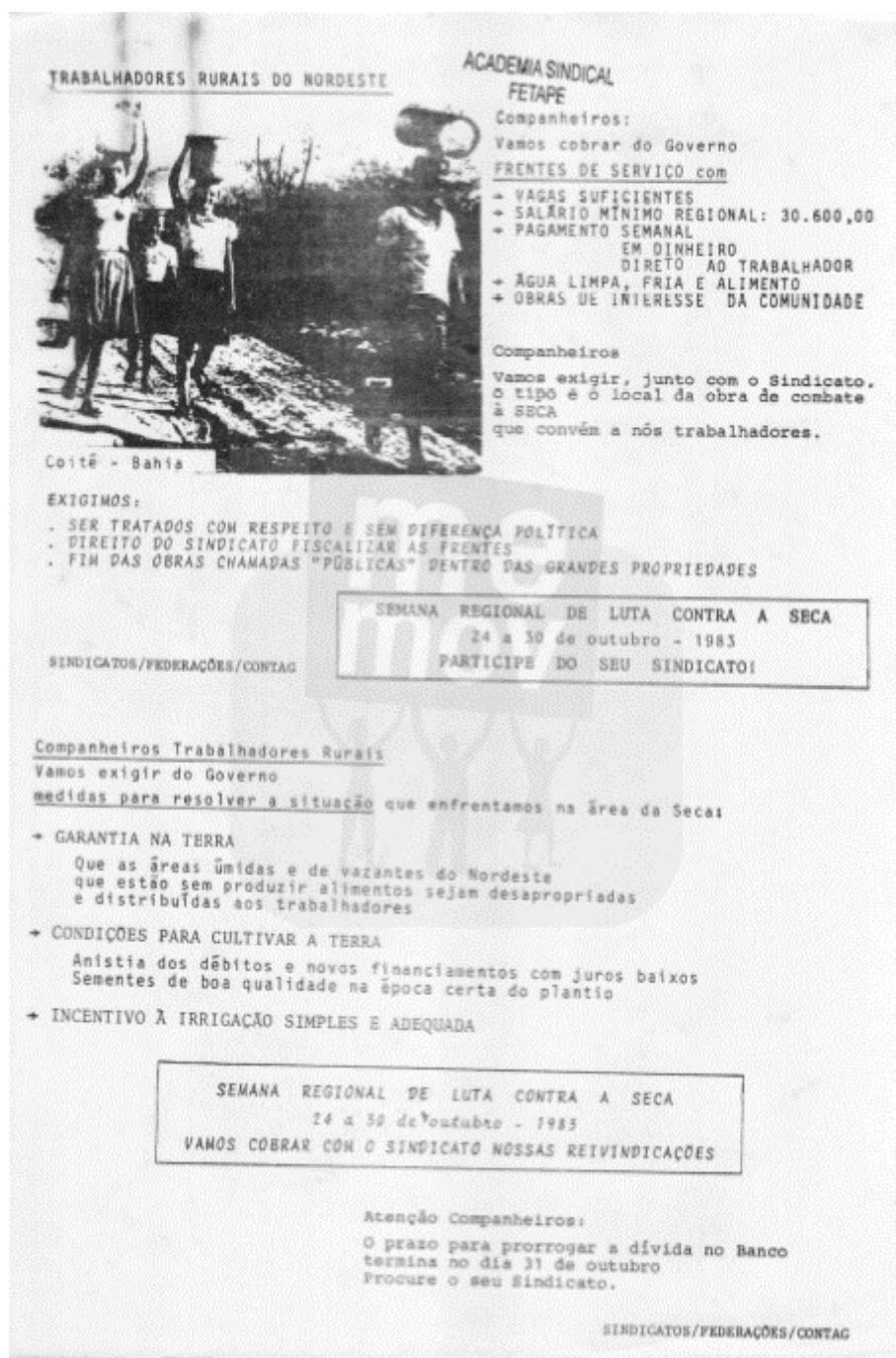


Imagem 4 – Panfleto *Trabalhadores Rurais do Nordeste*, 1983.

A fonte evidencia para nós as demandas específicas dos trabalhadores da região como a garantia à terra, condições apropriadas de cultivo e incentivo à irrigação simples

e adequada. Ainda, o panfleto chama atenção para a participação dos trabalhadores na Semana Regional de Luta Contra a Seca, que aconteceria entre os dias 24 e 30 de outubro do ano de 1983, visando utilizar o evento para reivindicar junto aos sindicatos medidas resolutivas para os problemas enfrentados nas áreas de seca. A fonte também apresenta uma fotografia de trabalhadoras, trabalhadores e crianças em Coité, no estado da Bahia, transportando em suas cabeças baldes de água para consumo.

Ao longo dos anos de 1982 e 1983, notícias foram veiculadas no periódico em referência ao discurso de Romeu da Fonte sobre as mudanças estruturais que a região passava, colaborando para o surgimento de novas questões e problemáticas no campo e na vida dos trabalhadores rurais. Em dezembro de 1982, foi noticiado que, na região do sertão do estado, tratores da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf passaram por cima das plantações de trabalhadores com auxílio da polícia na investida violenta contra os agricultores residentes da área, prendendo quatro deles. Além disso, a notícia elaborou um resumo da chegada da Chesf na região e sobre a área da barragem de Itaparica¹⁷.

Ao longo do ano de 1982, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou notas sobre o desenrolar da cooperativa de Tiriri no estado e no final do ano veiculou exposição do presidente da FETAPE, José Rodrigues, sobre os trabalhadores associados à cooperativa de Tiriri, que eram, segundo ele, muito mais explorados do que qualquer assalariado que trabalhasse para uma usina. O dirigente acusou a cooperativa de ser uma empresa disfarçada e defendeu o verdadeiro cooperativismo no qual os que encabeçam o empreendimento seriam os próprios trabalhadores¹⁸.

Outro elemento responsável pelo começo das mudanças estruturais no campo, a mecanização do trabalho, foi reportado na imprensa. Assim, em setembro de 1982, foi veiculada notícia se referindo aos benefícios trazidos para a economia dessa nova tecnologia, mas enfatizando os prejuízos para o trabalho dos cortadores de cana. Afirmava que a ausência de um dissídio coletivo ou acordo que estabelecesse a equivalência entre a produção e a remuneração no corte de cana solta poderia ser uma nova forma de exploração maior para os trabalhadores. A notícia se refere aos anos anteriores (1980 e 1981), quando os cortadores não recebiam a quantidade mínima de remuneração para o

¹⁷ “Chesf é acusada de praticar violência contra rurícolas”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 de dezembro de 1982, A15.

¹⁸ “Fetape: Tiriri só explora associado”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de dezembro de 1982, A6.

corte de cana conforme acordado no dissídio coletivo do ano de 1981, e afirmava que todos os direitos trabalhistas foram afetados pelo descumprimento da classe patronal¹⁹. Na mesma página, com uma manchete diferente, o texto continuava expondo a ausência de uma definição de equivalência no dissídio coletivo que se revelasse nas formas de amarração da cana feita pelo trabalhador na hora de receber o salário ou diária. Não conhecendo previamente o preço de suas tarefas, tendo o conhecimento do valor a ser recebido só ao longo do trabalho ou na sua conclusão, a incerteza dos trabalhadores sobre quanto ganharão no fim do dia demonstram o desconhecimento do preço de seu trabalho nesse método empregado pelos patrões. A existência de uma definição unilateral da parte do empregador imposta ao trabalhador resulta nessa situação. O implemento da carregadeira mecânica (carro) tornava ainda mais impreciso um acordo ou dissídio prévio, como ocorrido nas safras de 1980 e 1981, em relação à quantidade de cana a ser cortada, prejudicando ainda mais os direitos trabalhistas dos cortadores²⁰.

Ainda sobre o desemprego gerado pela mecanização no corte e no transporte da cana, segue na mesma página uma explicação sobre os cambiteiros (responsáveis pelo transporte da cana em animais) e enchedores (encarregados de encher carros para transporte) que passaram a ser substituídos por máquinas e não foram direcionados a nenhuma outra atividade remunerada. Esses trabalhadores então se apresentaram como cortadores de cana, gerando um aumento da oferta de mão de obra que repercutiu diretamente no preço da tabela de tarefas (quanto mais trabalhadores cortando cana, menos remunerados serão, pela lógica da oferta e da procura). Nesse sentido, a redução do nível de qualificação dos cortadores de cana com o aumento do número de cortadores gerou uma tensão maior na zona canavieira pernambucana em relação ao preço de tarefa por cana solta²¹.

Contextualizando o leitor, o jornal *Diário de Pernambuco* ainda elaborou um texto que indicava que a carregadeira mecânica só foi introduzida no processo produtivo de Pernambuco após 30 anos da sua invenção, implementação que pode ter sido ocasionada pela pressão dos trabalhadores do campo na luta através dos sindicatos e federações por melhores condições de trabalho e salário, através da convenção e dissídio coletivo desde o ano de 1979. Esses dados foram produtos das pesquisas empenhadas pela CONTAG e

¹⁹ “Cana: luta sindical apressou mecanização”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de setembro de 1982, A8.

²⁰ “Erro também na aferição”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de setembro de 1982, A8.

²¹ “Tecnologia reduziu mercado de trabalho”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de setembro de 1982, A8.

FETAPE e que orientaram as reivindicações feitas aos patrões na crise daquele ano de 1982:

O trabalho prova que com a mecanização do transporte, os camponeses estão sendo sacrificados em virtude da ausência de uma definição precisa a nível do acordo coletivo ou dissídio de uma equivalência entre volume de produção e remuneração no corte da cana solta, modalidade que se generalizou desde a última safra, conforme estudo feito nos municípios de Nazaré da Mata, Carpina, Paudalho, São Lourenço da Mata, Jaboatão, Cabo, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Água Preta, Palmares, Ribeirão e Cortês (onde foi esquecido o sistema de corte, seguido de amarração de feixes.). (“Cana: luta sindical apressou mecanização”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de setembro de 1982, A8).

Nas safras do ano de 1981 e 1982 os trabalhadores se viram sem condições de efetuar, em uma jornada de trabalho, a quantidade de cana solta exigida pelos empregadores. Dessa forma, não receberam conforme o acordado no dissídio de 1981. Em consequência disso, também tinham seus outros direitos trabalhistas prejudicados, como repouso remunerado, férias, décimo terceiro salário e outros.

Para situar o leitor quanto às tarefas dos trabalhadores do corte da cana, considero importante replicar a explicação elaborada pelo *Diário de Pernambuco*. Sobre as medidas das tarefas do corte: 1) *Cana solta por corte* – obrigado a cortar a cana de uma área de 100 cubos, que equivale à remuneração de 1/30 do salário mensal: “O trabalhador pode cortar quatro, seis ou até mesmo dez toneladas de cana e sua remuneração permanece inalterada porque o que está sendo computado para efeito de pagamento é a extensão da área coberta.” Ainda há uma explicação sobre a organização da cana solta e da cana amarrada e como o trabalho da cana solta ainda precisava ser despendido para a organização das canas na esteira a ser apanhada pela carregadeira. Nesse sentido, no corte de cana solta o trabalhador não apenas cortava a cana, mas gastava seu tempo de trabalho organizando-a, manipulando também um peso maior. 2) *Cana solta por braça corrida* – o que se define é o preço da braça: “Para alcançar a remuneração fixada pelo dissídio, o trabalhador deverá cortar um número suficiente de braças que, multiplicadas pelo preço de cada braça, resultasse numa quantia equivalente àquela remuneração.” Para ilustrar, o texto trouxe o exemplo de um trabalhador que tinha que cortar o equivalente a 241 braças para alcançar a remuneração estabelecida. Se o preço da cana diminuísse ou aumentasse,

esse número de braças variava, não havendo valores precisos de produção do trabalhador. A braça do trabalhador podia cortar de 10 a 70 quilos de cana, a depender de como a cana foi plantada e qual sua condição. Nessa modalidade, também cabia ao trabalhador arrumar as canas inteiras e organizá-las nas esteiras. 3) *Cana solta por tonelada*— o que a definia era o preço da tonelada de cana, que, por não ter uma definição estabelecida no dissídio, podia variar de acordo com as vontades do patrão. Aqui “há possibilidade de o trabalhador ganhar em uma jornada de trabalho a remuneração fixada pelo dissídio depende do preço atribuído à tonelada e da quantidade cortada. Na maioria dos engenhos a tonelada de cana solta não chega a 50% do preço da tonelada de cana amarrada”²². Nesse sentido, é possível compreender que:

Se um trabalhador corta pelo menos duas vezes mais cana solta do que amarrada, isso significa em primeiro lugar que o contingente de força de trabalho foi reduzido à metade e que o tempo de duração da safra foi encurtado (aliás ocorreu na safra de 81/82 em Pernambuco). Mas não apenas os cortadores de cana são liberados. (...) Cambiteiros, enchedores e parte dos cortadores de cana desempregados pela carregadeira, não sendo absorvidos em nenhuma outra atividade, permanecem disponíveis no interior dos engenhos, e a ânsia de encontrar uma atividade que lhes assegure o sustento, se apresentam como cortadores de cana, aumentando em muito a oferta de braços, o que inevitavelmente repercute sobre o preço a ser pago pela tarefa. (...) Essa situação é agravada com o aumento do número de pequenos produtores do Agreste e Sertão que também se dispõem a cortar cana solta.” Os trabalhadores que migram do sertão para trabalhar na Zona da Mata são chamados de “corumbas”. (“Tecnologia reduziu mercado de trabalho”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de setembro de 1982, A8).

Outro elemento de mudança de conjuntura possível de ser identificado através das notícias veiculadas diz respeito à posição política da FETAPE em relação à importância das eleições do ano de 1982 para o desenvolvimento do país em direção à democracia e ao fim do regime militar. A notícia publicada em outubro deste ano afirmava que documentos da Federação foram encaminhados a partidos políticos e aos seus candidatos, a fim de expor as reivindicações do movimento dos trabalhadores rurais que exigiam dos

²² “Difícil alcançar conta”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de setembro de 1982, A8.

políticos uma posição objetiva referente às problemáticas do campo. Outro elemento trazido no texto foi da lembrança do 3º Congresso dos Nacional dos Trabalhadores Rurais, no qual foi aprovada, dentre suas propostas, a defesa da redemocratização completa do país, com o estabelecimento do voto direto em todos os níveis e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita.²³

As questões referentes à posse de terras, como foi dito, volta e meia aparecem noticiadas, principalmente referentes à nova problemática da Cooperativa Tiriri. Dessa vez, no mês de dezembro de 1982 foi gestada a ideia de criação de uma Cooperativa Agrícola do Tiriri a partir do exemplo das Ligas Camponesas, e um grupo de 33 fundadores, incluindo os líderes Francisco Julião e Padre Melo, alimentaram a ideia de uma fundação que funcionasse com objetivo de gerar uma economia familiar. A notícia se refere à crise enfrentada na Zona da Mata canavieira do estado atingindo também a cooperativa que responsabiliza o IAA pela situação²⁴.

No ano seguinte, em julho de 1983, é noticiada a situação dos trabalhadores da Usina Mussurepe, pertencente à Cooperativa Tiriri. Na reportagem foi abordado o documento de reivindicações aprovado por trabalhadores para ser enviado ao governador Roberto Magalhães, ao ministro Mario Andreazza e ao presidente da República. O quadro era de desemprego em massa, fome e insegurança para mais de mil trabalhadores rurais, que ainda tinham seus direitos trabalhistas desrespeitados sistematicamente. A FETAPE realizou no dia 17 de julho, em frente à Usina Mussurepe, uma concentração pública, como mais uma das etapas da luta dos trabalhadores para alcançar suas reivindicações²⁵.

Aquele ano de 1983 foi marcado pelo acirramento profundo das lutas no campo no país, especialmente na região do Nordeste, e em agosto foi assassinada a líder camponesa Margarida Maria Alves na região do Brejo da Paraíba. O *Diário de Pernambuco* publicou nota da FETAPE, representando 150 sindicatos, 44 da zona canavieira, em solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, que teve sua dirigente assassinada. Clamavam uma resposta para o assassinato e esperavam que o trágico episódio servisse de estímulo para continuarem a luta, cada vez mais fortes e unidos. A nota afirmava:

²³ “Camponeses querem o país com maior espaço político”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 de outubro de 1982, A8.

²⁴ “Sonho de Tiriri agora é pesadelo para camponês”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de dezembro de 1982, A13.

²⁵ “Memorial denuncia fome na Mussupere”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de julho de 1983, A13.

A luta dos trabalhadores rurais, em todo o País, para aumentar o pão na boca de nossos filhos, tem sido sempre uma luta muito dura. Os latifundiários, senhores de engenho e usineiros, não querem a melhoria das condições de vida dos camponeses e as nossas conquistas são sempre na base do sacrifício. Usam da violência para nos intimidarem, visando, principalmente, as lideranças. (“Fetape solidariza-se com sindicatos da Paraíba”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 de agosto de 1983, A4).

Ao longo do ano, a FETAPE se mobilizou junto aos STRs e trabalhadores em diversas causas que abrangiam diversas outras categorias que não só os trabalhadores rurais. A exemplo disso, foi noticiada em março de 1983, a passeata organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT, Comissão Intersindical de Pernambuco e FETAPE, quando milhares de pessoas se mobilizaram na passeata em repúdio à nova Lei Salarial e demais medidas econômicas do Governo Federal. O texto apontava para uma assembleia geral que ocorreria na sede da FETAPE para organização do Dia Nacional de Luta Contra a Lei Salarial²⁶. Sobre a seca que assolava a região do Sertão, foi noticiado que o presidente da FETAPE alertou para a gravidade da situação econômica e social em Cabo de Santo Agostinho. Em grande medida, a crise se deu nesse município pela grande seca que atingia o Sertão e que obrigou trabalhadores a migrarem para as periferias das cidades. Além deste fator, outro agravante era a situação fundiária do município, extremamente concentrada²⁷.

As notícias trazidas e analisadas demonstram o panorama a qual Romeu da Fonte se referia quando apontou sua preocupação em relação às mudanças que impactavam diretamente a vida dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar. Nesse sentido, seguindo sua explanação, afirmou que entre os anos de 1979 a 1982 a luta dos trabalhadores pelo cumprimento foi eficaz utilizando um conjunto de estratégias que culminavam numa efetividade maior dos dissídios coletivos. A fiscalização da DRT nos locais de trabalho, com a presença dos delegados sindicais que já saíam do local com o laudo da perícia em mãos, encaminhavam os trabalhadores ao sindicato que já direcionavam à Justiça do Trabalho, foi uma estratégia que possuía um elemento de grande pressão. Ao longo do ano de 1982, a classe patronal foi buscando mecanismos de desestabilizar a fiscalização

²⁶ “Sindicatos promovem dia 22 passeatas contra Lei Salarial”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 de março de 1983, A5).

²⁷ “Fetape alerta sobre o Cabo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de setembro de 1983, A8.

da DRT, com objetivos direcionados a impossibilitar os fiscais de detectarem irregularidades no trabalho nos engenhos e principalmente o não cumprimento das cláusulas firmadas. Aliada a esse processo, a FETAPE atuava como organizadora de assembleias dos sindicatos rurais e trabalhadores a cada dois meses para a avaliação da situação nos engenhos, onde cada sindicato era responsável individualmente por realizar suas reuniões junto aos trabalhadores associados do município (CEDI, 1985, p. 38).

O enfraquecimento da atuação da DRT nas fiscalizações atingiu em cheio o mecanismo de pressão dos trabalhadores, pois até então os sindicatos e delegados apostavam todas as fichas nesse processo de detecção de irregularidades, seguida de multas. Nesse sentido, para Romeu, a luta deveria se reorganizar por um caminho objetivo:

E nós verificamos que com o argumento da conjuntura, as adversidades da conjuntura, representam um complô contra o cumprimento, assim como o crescimento da organização patronal. Porque eles estão inventando tudo quanto é forma para não cumprir. Última conclusão que se tirou da Zona da Mata foi a seguinte: é preciso *coletivizar a luta pelo cumprimento* como se a luta pelo cumprimento fosse uma campanha salarial reivindicatória de conquista. (Exposição de Romeu da Fonte, CEDI, 1985, p. 38).

Nesse sentido, Romeu da Fonte elaborou uma estratégia de luta pelo cumprimento que reordenasse as prioridades e organizasse os mecanismos de pressão dos trabalhadores e sindicatos, para que não se direcionassem a um tipo de tática isolada, como foi feito durante os anos a partir da DRT. Para isso, o primeiro passo seria reunificar os sindicatos na luta pelo cumprimento dos acordos e dissídios coletivos com objetivo de mobilizar e organizar os trabalhadores com a mesma pressão e empenho das Campanhas Salariais. A FETAPE deveria se centralizar como coordenadora de lutas de forma unificada, não só na realização das reuniões dos sindicatos ao longo do ano, para que a ação de fiscalização da DRT se desse com a participação direta dos trabalhadores pela direção sindical, acompanhando o fiscal nos engenhos para ir ao encontro ao delegado sindical com os trabalhadores locais para acompanhar as denúncias e ação do fiscal. Para isso, a organização dentro dos engenhos seria o ponto de partida para a efetivação de todo o resto da ação de luta. O ponto central do argumento de Romeu da Fonte era que os

trabalhadores não podiam desprezar nenhum mecanismo de luta nem superdimensionar outro.

A fim de gerar o cruzamento de fontes, considero importante o levantamento e análise de notícias que demonstram a forte atuação da DRT nos primeiros anos do ciclo de greves, passando por uma mudança na sua atuação a partir do ano de 1983. Como uma das táticas de pressão para o cumprimento das reivindicações conquistadas a ação da DRT se dava seguindo uma dinâmica que pode ser compreendida pelos textos noticiados pelo *Diário de Pernambuco*.

Em novembro de 1981 não houve deflagração de greve. Após a mobilização dos STRs da zona da mata, a ação de fiscalização da DRT foi acionada para verificar o pagamento do 13º salário, cuja primeira parcela estava prevista para o dia 20 do referido mês. De acordo com a notícia, a inspeção seria realizada na área rural e urbana contando com 120 agentes e a disponibilidade de todas as viaturas da DRT. A notícia, seguida pela manchete “Braços cruzados”, relata um caso de paradeiro onde:

Cortadores de cana do Engenho Penedo, no Cabo, de propriedade do sr. Carlos Fernando Falcão, estão há dois dias de braços cruzados por discordarem do sistema de pesagem da cana cortada em terreno acidentado. Ontem, eles estiveram na Delegacia do Trabalho e solicitaram fiscalização para apurar as irregularidades. O delegado substituto do Trabalho, Gentil Mendonça, disse que os trabalhadores paralisaram suas atividades na quarta-feira e até ontem não tinham reiniciado o corte e cana. O empregador quer que a cana cortada em terreno acidentado não seja amarrada, e os empregados discordaram desse sistema porque, na pesagem, eles são prejudicados. A minigreve do Engenho Penedo fez com que a Delegacia do Trabalho deslocasse duas inspetoras de Barreiros para o Cabo, hoje de manhã, com instruções para apurar a denúncia dos trabalhadores. Ainda hoje, eles virão ao Recife e apresentarão relatório ao delegado Alexandre Kruse, expondo quem está com a razão e propondo uma medida para superar o impasse. (...) Mas como na Convenção Coletiva de Trabalho não há nenhum item referente a esse problema, a DRT tentará solucionar o caso conciliatoriamente, de forma a não prejudicar o trabalhador. Enquanto isso, a fiscalização no campo, para verificar o cumprimento do acordo salarial, é realizada em toda a Zona

Canavieira do Estado, sendo até agora registrados apenas seis multas e 11 autos de infração. Simultaneamente, a DRT também intensifica o registro de trabalhadores para eliminar o número de “bóias-frias” e extinguir a figura do empreiteiro. (“Braços cruzados no campo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 de novembro de 1981, A11).

A notícia exemplifica a burocracia contida nas ações de fiscalização da DRT, que nos primeiros anos se mostrou efetiva quanto à aplicação de multas aos patrões que praticavam irregularidades, mas que ao longo do ciclo de greves se tornou um mecanismo bastante utilizado, que fez com que a classe empresarial buscasse também medidas de burlar as fiscalizações.

Quando a fiscalização da DRT não era efetiva, mesmo identificando irregularidades e registrando multas, os trabalhadores recorriam à tática dos paradesios para pressionar a classe patronal mais diretamente, como mostra a notícia de denúncia feita pelo STR de Ribeirão à DRT sobre o descumprimento do acordo salarial por plantadores de cana e usineiros. O município já havia sido fiscalizado e mais de 80 plantadores foram multados. No entanto, o STR solicitou mais fiscalizações e o cumprimento do acordo e tarefas relacionadas à Convenção Coletiva de Trabalho. Um novo movimento paredista na região da Zona da Mata Sul quase eclodiu, mas foi mediado pelo Ministério do Trabalho que fiscalizou rigorosamente e multou mais de 10 mil rurícolas²⁸.

As notícias mostram uma ação da DRT muito mais conciliadora e pacificadora do enfrentamento de classes do que de fato para a proteção dos trabalhadores e seus direitos. Como mostra a notícia de setembro de 1980, em que os Sindicatos de São Lourenço da Mata e Paudalho realizaram assembleia geral com a presença de 5 mil trabalhadores para a aprovação de 26 itens para a Convenção Coletiva de Trabalho a ser apresentada aos patrões. O delegado da DRT entrou em contato com a diretoria da FETAPE a fim de impedir a deflagração de uma greve mediante a assinatura de um acordo²⁹, marcando assim a mediação interesses dos trabalhadores rurais e patrões. A notícia abaixo demonstra de fato qual era o trabalho empregado pela DRT na Zona da Mata canavieira:

²⁸ “Camponês denuncia patrões”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de fevereiro de 1980, p. A8.

²⁹ “Luta salarial mobiliza os camponeses”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 de setembro de 1980, p. A10.

A Delegacia Regional do Trabalho recebeu, ontem, 20 mil carteiras profissionais para registrar trabalhadores rurais, o que será feito durante o mês de setembro, quando as usinas e destilarias do Estado iniciam a moagem. A informação é do delegado do Trabalho, Alexandre Kruse, adiantando que a fiscalização no campo já funciona em caráter permanente. A remessa das carteiras faz parte de cronograma estabelecido pelo secretário de Relações do Trabalho, Alencar Rossi, visando a legalização até 1982, dos assalariados na zona canavieira pernambucana. Paralelamente, a DRT desenvolve trabalho de *conscientização* entre patrões e empregador, mostrando as vantagens decorrentes da medida. (...) A fiscalização no campo é executada por cerca de 100 inspetores distribuídos nas zonas da Mata Norte e Sul, e orientada no sentido de conscientizar patrões e trabalhadores sobre a *importância de um bom relacionamento recíproco*. Apesar disso, se for verificada reincidência nas irregularidades, atua com rigor, notificando e multando os infratores em defesa dos empregados. (“DRT registra carteiras”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de agosto 1981, A11, grifos meus).

Apesar de se mostrar em defesa dos empregados, a DRT deixa evidente sua ação de apaziguadora quando afirma buscar a conscientização dos patrões e mostrar a importância de um bom relacionamento recíproco, em uma região onde trabalhadores eram cotidianamente violentados e tinham seus direitos burlados e desrespeitados. Por último, no que se refere a notícias sobre atuação da DRT, em agosto de 1982 o *Diário de Pernambuco* apresentou a nova tabela de multas estabelecida pela DRT, pela qual o delegado afirmou que as atividades de inspeção nos engenhos iriam continuar. O trabalho de fiscalização vinha ocorrendo com mais ênfase desde o ano de 1980 devido às denúncias feitas por trabalhadores através dos sindicatos e pela FETAPE. O delegado afirmou que desde o início do processo de inspeção permanente na Zona da Mata canavieira foi registrado em um ano de trabalho 38.551 trabalhadores sem queixa de nenhuma infração, e diz que “isso só foi possível devido à demonstração da sensibilidade patronal, agora mais voltados para o problema social”³⁰. Essa notícia deixa evidente de que lado a DRT atuava e não era do lado dos trabalhadores, ainda assim era um dos únicos mecanismos de fiscalização existentes para averiguar os descumprimentos das cláusulas

³⁰ “DRT divulga nova tabela de multas”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 de agosto de 1982, A14.

conquistadas nos dissídios coletivos, por isso os sindicatos não queriam a demissão dos agentes da DRT.

Após ter elaborado um panorama geral sobre a necessidade das novas estratégias de lutas pelo cumprimento em vistas das mudanças de conjuntura, o fim da exposição de Romeu da Fonte foi marcado pela opinião sobre uma nova questão que entraria ao longo dos próximos anos da década de 1980 na pauta dos trabalhadores, a proposta de extensão para o campo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Esse foi um projeto de lei que surgiu no final do governo do último ditador, o General Figueiredo, naquele ano de 1985. Para Romeu da Fonte, a efetividade dessa extensão teria impacto como uma nova ameaça para a rotatividade dos trabalhadores rurais, diminuindo ainda mais a estabilidade no emprego: “Aí a estabilidade de quem tem 10 anos em diante vai para o beleléu, a facilidade de jogar fora o trabalhador, desempregá-lo vai se tornar muito maior porque já fica com o dinheiro do FGTS ali prontinho para se fazer a rotatividade” (CEDI, 1985, p. 39).

O apontamento feito por Romeu da Fonte, ao final de sua exposição, de uma nova problemática que poderia impactar mais a vida dos trabalhadores associadas às mudanças, converge com textos noticiados ao longo dos anos de 1982 e 1983 sobre pautas visadas no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que estariam adormecidas mas que certamente voltariam a ser prioridade nas lutas, especialmente, a partir de 1985. Entre elas, já citada anteriormente, a questão da posse de terras.

Em maio de 1982, o *Diário de Pernambuco* noticiou que 49 trabalhadores rurais do engenho Mussurepe, de Paudalho, comparecem ao INCRA junto ao presidente da FETAPE, para exigir o cumprimento da reforma agrária anteriormente prometida. O texto do documento direcionado ao INCRA dizia que “a Fetape e os sindicatos acreditam no verdadeiro corporativismo, mas não aceitam uma usina travestida de cooperativa, em terras declaradas de interesse social, desapropriadas com dinheiro público com o objetivo de beneficiar os trabalhadores rurais”³¹.

No mês de outubro do mesmo ano, foi veiculado pelo jornal que a CONTAG assumiu posição equivalente à FETAPE e afirmou que no encontro ocorrido em abril já havia assumido a posição “de intensificar as lutas coletivas que já vem desenvolvendo,

³¹ “Trabalhadores vão ao INCRA e pedem a Reforma Agrária”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de maio de 1982, A5.

pois elas representam a melhor forma de pressão política que dispomos e a oportunidade de questionarmos a política econômica do Governo, responsável pelas péssimas condições de vida e de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores rurais³².” A nota ainda afirmava que os trabalhadores não viam solução dos problemas do campo sem a desapropriação das áreas de conflito, de acordo com os termos do Estatuto da Terra, pois estas áreas estavam sendo direcionadas de pequenos produtores de alimentos para a grande produção voltada para o mercado externo e pela implantação de canaviais para produção de álcool carburante.

As manchetes e notícias sobre conflitos envolvendo posses de terras continuam ao longo do ano. Em dezembro foi noticiado que 40 famílias poderiam ser expulsas do Engenho Fortaleza em São Benedito do Sul, onde viviam há mais de 20 anos. Os trabalhadores residiam na terra desde quando eram de posse de seus antigos proprietários e estabeleceram-se nas terras mediante pagamento de foro. A compra recente das terras fez com que o novo proprietário, Agenor de Albuquerque, quisesse desocupar as áreas ocupadas pelos trabalhadores. Tentou de formas arbitrárias e violentas expulsar as famílias das terras, mas, não conseguindo, buscou a Justiça com uma ação de reintegração de posse. A FETAPE levou o caso ao INCRA e o pedido de desapropriação da área havia sido feito há mais de cinco meses³³.

O *Diário de Pernambuco* dedicou uma de página inteira para tratar do Primeiro de Maio de 1983. Acompanhada de fotografias de um trabalhador canavieiro no corte de cana, avaliava em tópicos a crise, o crédito, os usineiros, a jornada de trabalho e a proposta de reforma agrária defendida pelas lideranças do campo. Nesta notícia, a princípio, não me interessa diretamente analisar o que nela foi escrito, mas a importância que a edição deu à notícia nesta data específica, de poder simbólico evidente, onde foi dedicada uma página inteira para falar sobre a pauta de Reforma Agrária e trazendo duas fotografias que tem como foco trabalhadores canavieiros em seu cotidiano de trabalho, conforme imagem abaixo³⁴.

³² “Contag dá apoio decisivo à luta dos agricultores”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 de outubro de 1982, A8.

³³ “Reintegração de posse deixa quarenta famílias sem terras”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 de dezembro de 1982, A11.

³⁴ “Líderes exigem reforma agrária ampla”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º de maio de 1983, A14.



Imagem 5 – “As usinas segundo a Fetape, moem a cana-de-açúcar com lucro acima do percentual concedido aos Estados do Centro Sul.” Fonte: *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º de maio de 1983, A14.



Imagem 6 – “O cortador de cana é sempre sacrificado”. Fonte: *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º de maio de 1983, A14.

Sobre a notícia acima e as fotografias dos trabalhadores, chamo atenção para as legendas das imagens, colocadas pelo próprio jornal. Considero um avanço que este periódico de grande circulação tenha colocado em evidência a pauta em questão com a perspectiva dos trabalhadores, representados pela FETAPE, em um período de reabertura democrática, no entanto, ainda sob a ditadura militar.

O ano de 1983 segue com notícias também sobre como a seca estaria assolando a região do sertão pernambucano. Em maio, a notícia veiculada foi sobre empresários dos municípios de Paudalho, Palmares e Água Preta, onde existiam três unidades industriais de açúcar praticamente desativadas, e os quais temiam a repercussão das notícias veiculadas sobre os saques pelos trabalhadores ocorridos na região de Serra Talhada, no sertão. Os empresários pediam providências urgentes das autoridades, pois temiam que a situação se agravasse provocando violência. O dirigente sindical Eronides Evangelista de Melo afirma que:

existem mais de mil trabalhadores rurais e operários da Usina Mussurepe sem dinheiro e sem as mínimas possibilidades de sobrevivência, caso o Governo não tome uma iniciativa urgente, para colocar o referido parque açucareiro em pleno funcionamento, pois a fome (...) não espera por medidas burocráticas e é aliada a saques, violências e outras intempéries desagradáveis.” (“Canavieiros temem saque em barracões”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de maio de 1983, A13).

Referente à mesma notícia citada acima, no tópico “Invasões”, o texto cita as feiras nas cidades de Água Preta e Palmares que estavam sendo invadidas por trabalhadores e seus filhos para esmolar pedaços de carne, gramas de feijão e farinha. Ainda sobre os impactos da seca, em junho os trabalhadores do município de Afogados da Ingazeira se reuniram em assembleia no Sindicato para reivindicar as autoridades estaduais e federais que analisassem o então vigente Programa de Emergência. O programa deixou de fora mulheres e os maiores de 14 anos da idade e “a mulher não é alistada de forma alguma, ainda que seja chefe ou arrimo de família. Quando a família é numerosa, a Sudene alista mais um ou dois homens, desde que o chefe de família seja também alistado.” Ainda reivindicavam um salário maior, pois os trabalhadores não estavam mais suportando a fome: “trata-se pois de uma remuneração tragicamente insuficiente que revela o propósito

governamental de super explorar os trabalhadores que estão construindo obras contra a seca”³⁵.

O contexto do campo em Pernambuco do ano de 1983 através do periódico mostra o avanço de representantes dos trabalhadores rurais quanto a pautas importantes e reivindicatórias. Em setembro, Armando Gonçalves, representante da FETAPE, em sua fala na Câmara Municipal de Recife, discorreu sobre a situação dos trabalhadores da cana e da miséria a que estavam destinados seus filhos e suas famílias: “O governador não quer nem receber os trabalhadores em Palácio, fazendo com que os secretários os recebam. Finalizando, assinalou que é necessária uma ampla reforma agrária, porque senão continuarão a ocorrer inclusive crimes como o que denunciou, que matou um lavrador em Ibimirim”³⁶.

No mês de novembro, por iniciativa da FETAPE e da CONTAG, foi lançada a campanha pela reforma agrária. A notícia lembrava ainda o 19º aniversário do Estatuto da Terra³⁷. Em seguida, no mês de dezembro foi veiculado o planejamento que guiava o projeto de reforma agrária, que tinha como grande objetivo dar acesso à terra ao trabalhador. Segundo o secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura de Recife eram necessários: planejamento, discussão de peculiaridades de cada área e a decisão política³⁸. A pauta da reforma agrária, inevitavelmente, estaria como uma das prioridades nos anos seguintes de luta dos trabalhadores rurais, como ainda será mencionado nesta análise.

Assim como Romeu da Fonte, a exposição de Agápito Francisco da Costa, então presidente do STR de São Lourenço da Mata, no mesmo seminário desenvolvido pelo CEDI, trouxe sua perspectiva de como a luta pelo cumprimento dos acordos e direitos deveria se reorganizar a partir de 1985 e teria de ser por meio de greve, legal ou ilegalmente. Referindo-se aos trabalhadores de São Lourenço da Mata, explicou:

Nós já fizemos de tal maneira que os trabalhadores tiraram da cabeça esse negócio. Esse negócio de legal ou ilegal, lá desapareceu. Na cabeça dos trabalhadores ficou apenas a palavra *greve*. Não queriam saber se era legal ou ilegal; não queriam saber se iam receber os dias parados ou não e isso foi bem feito

³⁵ “Camponeses criticam Emergência”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de junho de 1983, A10.

³⁶ “Líder da Fetape denuncia exploração de camponeses.” *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 de setembro de 1983, A5.

³⁷ “Lançada campanha de reforma agrária”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de novembro de 1983, A4.

³⁸ “Reforma agrária tem base”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 de dezembro de 1983, A4.

dependendo das conversas de boca de noite. (Exposição de Agápito Francisco da Costa, CEDI, 1985, p. 53).

Para isso, Agápito se referiu à greve de 1984 como aquela onde se utilizou uma estratégia diferenciada das anteriores. As reuniões de “boca de noite” foram realizadas para reunir o máximo possível de trabalhadores. Nesses encontros, feitos dentro dos engenhos, no início da noite, após o expediente de trabalho, se sondava com os trabalhadores locais quais seriam os possíveis posicionamentos da classe patronal e suas táticas para impedir a deflagração de greve dos canavieiros. Uma das táticas da classe patronal identificadas no ano de 1984 pelos trabalhadores foi o ato de tocar fogo nos canaviais, que fez com que a cana-de-açúcar apodrecesse e necessitasse do corte mais rápido, já que as Campanhas Salariais seguidas de greve eram feitas no mês de setembro, correspondente ao período de safra. O uso dessa tática fez com que os trabalhadores voltassem a trabalhar no corte e furassem a greve, desarticulando o movimento. Tendo o conhecimento disso, na greve de 1984, enquanto os canaviais ardiam em chamas, os trabalhadores continuaram de braços cruzados e não furaram a greve, o que gerou um prejuízo considerável de cana perdida para os empregados (CEDI, 1985, p. 53).

Presidente do STR, desde o início de ciclo de greves, Agápito era conhecido pelos seus companheiros de luta como um sindicalista combativo e até “atrevido”. E esse aspecto, que não se perde ao longo dos anos, apareceu em seu discurso direcionado aos trabalhadores: “a greve preparada não é só observando o artigo ou lei, muito pelo contrário, a greve preparada é consciente de força” (CEDI, 1985, p. 54). Esse trecho mostra que o sindicalista não só incentivava os trabalhadores como reconhecia seu poder de pressão e força quando unificados e organizados. Para ele, quem prepara e faz a greve acontecer são os trabalhadores, quando chegam assessores sindicais e advogados o trabalho já estava feito.

Para Agápito, o direito de greve é como um direito de vida, os trabalhadores organizados pressionando a classe empresarial são conscientes e capazes de alcançar conquistas. Na conclusão de sua exposição, quando se referia ao cumprimento das lutas, Agápito Francisco argumentou de forma bem direta:

Mas para resumir isso tudo eu só digo o seguinte: se a gente conseguir preparar o povo para a greve, se a gente conseguiu a greve ser vitoriosa, a gente só consegue o cumprimento do (jeito) que se conseguiu com a greve, com outra greve. (Exposição de

Agápito Francisco da Costa, CEDI, 1985, p. 53, parênteses meus).

A exposição feita pelo sindicalista do início ao fim se mostrou como um reflexo não só de uma nova dinâmica de luta dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco que necessitava de uma reorganização, principalmente a partir de 1985, mas igualmente do contexto nacional de reabertura política, dos últimos anos da ditadura militar que perdia forças à medida que se energizavam diversas categorias de trabalhadores Brasil a dentro. A prova disso para mim está no trecho que Agápito diz que os trabalhadores de São Lourenço da Mata não se preocupavam mais com a ilegalidade de algumas táticas dentro de seus mecanismos de luta para construção de greve.

É possível identificar, de modo evidente, a diferença das perspectivas entre os dois expositores da FETAPE. Romeu da Fonte, experiente advogado da Federação desde a década de 1970, e Agápito Francisco da Costa, um sindicalista conhecido como sendo um dos mais combativos da zona da mata canavieira. O advogado nos traz a perspectiva mais legalista dos ritos de greve, das etapas da sua preparação pela Lei de Greve, buscando elaborar estratégias que promovam uma articulação maior entre sindicatos rurais e Federação e mirando para o futuro com questões emergentes que poderiam vir a impactar os trabalhadores rurais. O discurso do sindicalista orientando e incentivando os trabalhadores a buscar táticas inteligentes de enfrentamento e a unificação da categoria visando novas conquistas de direitos e o cumprimento dos já conquistados nos anos do ciclo de greves. No fim, interpreto que ambas as reflexões se complementam de modo simétrico. É evidente que não cheguei a esta conclusão por acaso, já que os dois expositores faziam parte ativamente da FETAPE, compartilhavam de uma mesma base de formação, e por conseguinte, de narrativa.

Persistindo nos benefícios do cruzamento de fontes para a esta análise histórica, trago a perspectiva de José Orlando Falcão, técnico da FASE, expositor do seminário organizado por esta federação, ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1984. No trecho de seu discurso que toca no quesito das pressões pelo cumprimento dos acordos, José Orlando convergiu, em partes, no que afirmou Romeu da Fonte sobre as reuniões mensais dos trabalhadores. José Orlando afirmou que, por pressão dos próprios trabalhadores, tais reuniões passaram de bimestrais para mensais, fazendo com que a mobilização se mantivesse para além do período de Campanha Salarial. Os assessores da FETAPE orientavam os trabalhadores a cobrarem a atuação permanente dos dirigentes para manter

a vigilância nos locais de trabalho a fim de pressionar os patrões para o cumprimento dos acordos. Afirmo que a ação da FETAPE e de órgãos da Igreja que atuam na região convergem para manutenção da organização dos trabalhadores com objetivo de assegurar suas conquistas. Nesse sentido, conta que 1984 estão sendo criadas comissões de representantes nos engenhos, para que os trabalhadores direcionem o movimento. O objetivo era criar estratégias que se complementem, para além da greve, criando condições para forçar usineiros, fornecedores e patrões a cumprirem os acordos e dissídios coletivos firmados (PROPOSTA, 1985, p. 21).

Afirmo que o discurso de José Orlando e Romeu da Fonte convergem em partes, pois o discurso de Romeu da Fonte ocorreu no ano seguinte ao da exposição de José Orlando. E partes de sua estratégia de reorganização da luta pelo cumprimento já estava sendo posta em prática desde o ano anterior, como mostra José Orlando. Contudo a exposição de Agápito Francisco está em consonância com a de José Orlando, pois o sindicalista conta que desde 1984 novas táticas de luta passaram a ser utilizadas em São Lourenço da Mata. Lembre-se que José Orlando não atuava para FETAPE, era técnico de uma outra federação e não atuava propriamente na região da Zona da Mata canavieira, sendo seu trabalho feito no Agreste próximo à divisa com o estado de Alagoas. No entanto, considero válido e importante cruzar estes discursos para termos a possibilidade de compreender a partir de um panorama maior a atuação da FETAPE e a luta dos trabalhadores, a partir do discurso que vem de dentro e do discurso que vem de fora dela.

No que se refere às estratégias dos empresários e formas de violência, José Orlando conta que os trabalhadores fichados, que tinham ou exigiam carteira assinada, são mais combativos por estarem organizados pelos sindicatos rurais. Por isso os patrões evitavam sua contratação, pois se chegarem à Justiça do Trabalho terão que pagar aos trabalhadores um valor muito alto. Já os trabalhadores clandestinos ganhavam mais que os fichados, e por essa mesma razão, não procuram se filiar aos sindicatos nem garantirem os seus direitos, como ter a carteira assinada e os demais benefícios. Nesse sentido, as estratégias da classe patronal, segundo José Orlando, iam desde destinar as tarefas consideradas melhores para os clandestinos e as tarefas consideradas mais duras para os fichados, até a contratação de trabalhadores vindos de Alagoas para diminuir a dependência dos trabalhadores residentes em Pernambuco. Aliado a isso, a organização e atuação das milícias armadas privadas dentro das usinas e engenhos tinham como maiores alvos de violência os delegados sindicais, que eram trabalhadores locais que

trabalhavam organizando os demais trabalhadores para o sindicato e suas atividades. Outra tentativa de desarticulação dos trabalhadores pela classe patronal pontuada por José Orlando era a chantagem e tentativa de comprar as presidências dos sindicatos rurais nos períodos eleitorais. No entanto, afirma que não existiam mais dirigentes sindicais pelegos na Zona da Mata canavieira do estado de Pernambuco. Ainda pontuou que, a partir do ano de 1982, a Polícia Militar passou a perseguir menos os trabalhadores devido às pressões dos partidos PMDB e PSD que passaram a ocupar muitas prefeituras do estado (PROPOSTA, 1985, p. 24).

Para além das estratégias pontuadas por José Orlando, notícias foram identificadas no sentido de caracterizar em que sentido a classe patronal atuava impedindo a organização dos trabalhadores e a suas lutas pelo cumprimento das cláusulas. Em 1980, foi noticiado que o proprietário de Engenho de Campo Alegre, Carlos Alberto Nascimento, da região de Vitória de Santo Antão, foi considerado suspeito de prender ilegalmente o trabalhador rural Edson Fonseca do Nascimento, que movia uma ação de caráter trabalhista contra o proprietário. Ele estava ameaçando expulsar mais de 30 famílias que já haviam recorrido à Justiça para assegurar seus direitos³⁹. Como veremos, a perseguição aos trabalhadores e suas famílias era um mecanismo explorado de maneira sistemática.

No que se refere à estratégia de atear fogo nos canaviais como foi pontuado por Orlando, em 1980 o jornal veiculou a notícia sobre quatro engenhos afetados por incêndios que, de um total de 30 mil toneladas de cana, perderam a metade. Agricultores canavieiros não acreditaram que o incêndio tivesse sido provocado por trabalhadores. Os agricultores canavieiros estavam praticamente morando nos engenhos devidos aos incêndios em Itambé e as mobilizações dos sindicatos com a entrega de panfletos, chamadas para assembleias e reuniões relâmpagos para encontros nos órgãos da classe⁴⁰. Apesar da tentativa de culpabilizar os trabalhadores e sindicatos pelos incêndios, os agricultores da região não suspeitavam de sua ação.

Outra afirmação da classe patronal recorrente nas notícias era a de ação de “agitadores” que viriam de fora do estado para intensificar o clima de terror no campo. Como anunciou a notícia de setembro de 1980, teriam sido identificados ativistas

³⁹ “Denunciada prisão ilegal”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de abril de 1980, p. A6.

⁴⁰ “Incendiários destroem 12 mil t. de cana em quatro propriedades”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de setembro de 1980, capa.

estranhos ao meio sindical e aos trabalhadores do campo incitando a violência e desvirtuando o movimento reivindicatório dos camponeses. A denúncia foi formulada pelo presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, Gilson Machado. Os ativistas foram caracterizados como intelectuais com boa expressão oral, vindos de regiões como São Paulo, Paraíba, Rio de Janeiro e Pará. Segundo o presidente patronal, os ativistas incitavam os rurícolas à ação violenta e à luta de classes⁴¹.

Após a greve de 1980, durante a Campanha Salarial, quando o jornal passou a publicar notícias referentes à repercussão da greve, o periódico também reportou a reação truculenta da classe empresarial nos engenhos dos municípios de Vitória de Santo Antão e do Cabo de Santo Agostinho. Várias denúncias foram feitas à FETAPE de casos de ameaças e violência contra os grevistas⁴². Ou seja, estava mais do que evidente que os trabalhadores eram intensamente perseguidos e sofriam represálias após finalizada a greve e firmados os dissídios coletivos, apesar de a Lei de Greve garantir a segurança dos grevistas durante e depois da greve.

Além da violência e pânico praticados pelas milícias privadas contra os trabalhadores rurais nos engenhos, a classe patronal igualmente repudiava grupos que se organizavam em favor dos trabalhadores, incluindo grupos católicos. Em outubro de 1980 foi publicado um relatório organizado por bispos com o objetivo de denunciar a violência sofrida por religiosos no estado de Pernambuco. No documento era condenada a invasão da Matriz de Santana do Ribeirão por fornecedores de cana e usineiros, assim como a expulsão do padre italiano Vito Miracapillo e ameaças de morte que alguns padres sofreram na região⁴³.

No que se refere à Tabela de Tarefas, vimos que o descumprimento era cotidiano e constante nos engenhos. Em dezembro de 1981 foi noticiado que um comunicado do presidente da FETAPE foi entregue ao governador denunciando as manobras realizadas pela classe patronal para desrespeitar as conquistas obtidas com o dissídio coletivo; também destacou que a Federação e a Confederação convocaram os trabalhadores para uma assembleia geral na qual seria discutida a proposta de paralisação por um dia como

⁴¹ “Invasão de residência na Olho d’Água”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de setembro de 1980, A10.

⁴² “Grevistas recebidos sob a mira de rifles em Vitória”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 01 de outubro de 1980, A6.

⁴³ “Bispos vão denunciar violências”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de outubro de 1980, A3.

forma de advertência à classe empresarial. O texto do documento entregue ao governador é reproduzido na íntegra na notícia:

Obtidas as vantagens a favores dos cofres públicos – (vale salientar que o recente aumento da cana tem efeito retroativo a 8/10/81, data do nivelamento salarial), os senhores de engenho tomaram a iniciativa de pedir efeito suspensivo das conquistas mais importantes da classe trabalhadora, especialmente nivelamento salarial, auxílio doença e desconto sindical; No Diário de Pernambuco de hoje, (ontem), os senhores de engenho anunciaram a decisão da classe patronal de não respeitar o nivelamento salarial e auxílio doença, bem como de cortar o desconto sindical para sufocar os sindicatos. (“Fetape denuncia manobra contra os trabalhadores”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 de dezembro de 1981, A12).

O efeito suspensivo funcionava como um recurso utilizado pelas classes patronais para recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho – TST a fim de eliminar algumas cláusulas do dissídio coletivo firmado. Passada essa etapa, a classe patronal teria o aval do TST para não cumprir determinadas conquistas julgadas pelo TRT.

De 1981 para 1983 não mudou tanta coisa em relação ao cumprimento da Tabela da Tarefas, quando em março uma denúncia foi encaminhada à DRT pela Fetape sobre o pagamento de tarefas no corte de cana. Os trabalhadores reclamaram do uso da tática da fraude da balança, onde estava sendo burlado o peso real dos feixes de cana, diminuindo o pagamento da tarefa. As queixas partiram de trabalhadores do Engenho Sibiró, de propriedade da Usina Trapiche. A Federação solicitou à DRT, em caráter de urgência, que fosse efetuada fiscalização nos engenhos dessa propriedade⁴⁴.

Com objetivo de pressionar os representantes sindicais dos trabalhadores rurais ao longo da negociação no ano de 1981, os fornecedores de cana-de-açúcar ameaçam paralisação, organizada pelos cultivadores, das atividades de fornecimento da cana-de-açúcar para as usinas. Essa questão é constante nos desdobramentos do dissídio coletivo. O argumento da classe patronal é de que a crise no setor justifica sua impossibilidade de cumprir com as normas estabelecidas. É um expediente que parcela dos proprietários recorrem. Há poucas notícias sobre o posicionamento dos usineiros em relação a isso⁴⁵.

⁴⁴ “Fetape denuncia falta de pagamento no corte de cana”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de março de 1983, A10.

⁴⁵ “Dez usinas podem parar na 2ª feira”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de outubro de 1981, capa.

Na tentativa dos patrões e empregados de anular as reivindicações conquistadas pelos camponeses na Campanha Salarial de 1982, a FETAPE enviou à imprensa todas as reivindicações aprovadas no dissídio coletivo. Os representantes da classe empresarial afirmaram que a classe não podia arcar com os encargos e que estes deveriam ser assumidos pela Previdência Social e não pelos empresários. Nesse sentido, tentam recorrer ao TST para recorrer da decisão da Justiça sobre o dissídio coletivo. Na nota oficial, a FETAPE contestou os argumentos utilizados pelos empregadores que diziam ter o objetivo de justificar o descumprimento das decisões tomadas pelo TRT. Os patrões contestaram as cláusulas do salário família, do corte da cana solta, da estabilidade para gestante e do salário doença. José Rodrigues, presidente da FETAPE, afirmou em nota que “as greves de 1979, 1980 e deste ano foram utilizadas como o último e legítimo instrumento dos trabalhadores contra a intransigência e prepotência dos senhores de engenho e usineiros”⁴⁶.

Além de burlarem os dissídios coletivos por meio de diversas investidas contra os trabalhadores e sindicatos rurais, a presidência da AFC (Associação dos Fornecedores de Cana) do estado de Pernambuco contestou as declarações da FETAPE em relação ao clima de violência, perseguição e precária condição de vida e trabalho dos camponeses na Zona da Mata canavieira no ano de 1983. Afirmou que com todos os benefícios e assistência que lhes são garantidos, o homem do campo vive melhor que os trabalhadores urbanos e diz “nem sei porque, interessa manter uma imagem de mendigo do trabalhador rural”. Ainda, contesta afirmativa da presidência da Federação sobre a proposta de diminuição da jornada de trabalho dos canavieiros e diz que em relação a outras regiões o clima da Zona da Mata é de tranquilidade⁴⁷. Nesse sentido, nota-se a disputa de narrativas veiculadas pelo periódico, por vezes ocupando na mesma página, de um lado, de denúncias de descumprimento e violência contra os trabalhadores feitas pela FETAPE e pelos STRs, e, por outro lado, a classe patronal procurando desmentir as acusações.

No ano de 1983, os líderes da AFC continuam atacando a FETAPE em relação a uma possível agitação do campo para que o clima de terrorismo se instaurasse na região, promovendo reuniões na “calada da noite”, principalmente no município de Carpina, onde, segundo eles, existia um verdadeiro comboio de agitadores profissionais. Os fornecedores afirmaram que existiam agitadores na região que não tinham o que fazer na

⁴⁶ “Fetape contesta donos de usina”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 de outubro de 1982, A15.

⁴⁷ “Canavieiros contestam o memorial dos camponeses”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 de maio de 1983, A14.

Zona da Mata e que eram bem remunerados e motorizados⁴⁸. Nesse mesmo sentido, os representantes patronais utilizaram a imprensa para atacar as ações de organização da FETAPE e CONTAG, com objetivo de responsabilizá-los pelo clima de tensão no campo, como mostra a notícia de maio do mesmo ano sobre o posicionamento do Secretário do Sindicato dos Cultivadores de Cana em relação ao clima tenso na região da Zona da Mata do estado. Ele disse que o desemprego e a escassez de alimentos unidos à falta de recursos dos empregadores para saldar compromissos básicos com os trabalhadores estavam ocorrendo em função do corte de 50% no financiamento de fundação de safra. Ainda, apontou que a responsabilidade era da FETAPE e da CONTAG se houvesse confronto entre patrões e empregados, pois as duas entidades da classe estavam incitando os trabalhadores por meio de panfletagem e agitação, ao invés de buscarem conciliação e uma solução para o campo. Sobre os panfletos, afirmou que “trata-se de material comprovadamente anarquista, destinado a subverter a ordem pública e hierarquia, para criar clima propício a baderna”, e disse que enviaria à DRT exemplares dos mesmos apreendidos na Mata Sul⁴⁹. Em setembro de 1983, período de Campanha Salarial, durante o julgamento do dissídio coletivo, a classe patronal, representada por Sílvio Carneiro Leão, se posicionou contra a Tabela de Tarefas e afirmou: “não aceitaremos mais a tabela irreal que nos foi imposta e nos causa danos morais e materiais. Como todo mundo, o rural passará a trabalhar oito horas normais conforme determina a CLT. Não queremos nada mais que isto, do que a Lei estipula”⁵⁰. Após indicar que não aceitariam determinadas reivindicações dos trabalhadores, ao fim do julgamento do dissídio coletivo, a classe patronal recorreu ao TST para se opor à decisão do último julgamento. Novamente recorreram à justificativa da grave crise que acometia a agroindústria canavieira do estado de Pernambuco. Na notícia consta que os usineiros foram contra as seguintes reivindicações: manutenção do piso salarial e seu reajuste à base de 100% do INPC, tabela de tarefas para regime de produção; concessão compulsória de sítio; multa por atraso de pagamento das verbas rescisórias; dispensa do chefe da família e sua extensão aos dependentes; dispensa do chefe da família e garantia do sítio e moradia dos dependentes; restauração de casas da moradia; salário na doença; salário-família; pagamento em triplo dos domingos trabalhados; reparação de danos decorrentes de ato

⁴⁸ “FETAPE é denunciada”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de maio de 1983, A16.

⁴⁹ “Líder sindical chama atenção para o clima social na Mata Norte”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de maio de 1983, A13.

⁵⁰ “Sindicato quer fim de tabela”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de setembro de 1983, A11.

ilícito; garantia ao acidentado a serviços diferenciados; estabilidade provisória para o acidentado e contribuição social mensal⁵¹.

Analizadas as notícias, se pode constatar que o ano de 1980 e o ano de 1981 contaram com ação intensa da DRT durante os períodos de interregno, sempre com objetivos direcionados à harmonização de forças de classe, pendendo evidentemente para a classe empresarial. O ano de 1983, em seu conjunto de mudanças conjunturais e de insurgência de novas questões no campo, foi o ano em que pude identificar mais notícias sobre denúncias de perseguição, violência e assassinato de trabalhadores rurais. Então, além de munida de um conjunto de estratégias para impedir o cumprimento dos dissídios coletivos julgados e firmados, a classe patronal investia intensamente em um outro mecanismo mais intimidador, forte e violento: a truculência dos capangas.

Os casos de violência na Zona da Mata não eram isolados e foram muito noticiados ao longo dos anos do ciclo de greves, como conta uma notícia veiculada no *Diário de Pernambuco* em 1984⁵². Nela afirma-se que dirigentes sindicais da Zona da Mata canavieira e trabalhadores entregam ao governador Roberto Magalhães um documento intitulado de *Açúcar com gosto de sangue*. A superexploração dos agricultores e o desejo de lucro dos proprietários são apontadas como principais motivadores das diversas situações de violência física e assassinato sofrido pelos trabalhadores rurais. Roberto Magalhães se propôs a mediar a situação entre trabalhadores e patrões, e quanto ao descumprimento de cláusulas dos dissídios disse que iria recorrer ao Delegado do Trabalho a fim de que a fiscalização na região fosse intensificada. Porém José Francisco, presidente da CONTAG, afirmou à imprensa que os inquéritos policiais na Zona da Mata tinham se tornado mera formalidade e que o desejo de superexploração era o que se escondia por trás de cada arbitrariedade praticada pelos empregadores.

2.4.2 Superexploração e violência como imperativos para o capital

O documento organizado pela FETAPE de título *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco* foi publicado e referenciado ao longo do ano de 1984. O escrito tinha como objetivo anunciar e divulgar mundo afora a violência

⁵¹ “Usineiros recorrem ao TST”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de outubro de 1983, A10.

⁵² “Violência no campo apontada ao governador”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 de março de 1984, A9.

sofrida pelos trabalhadores da cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana. O documento iniciava com a seguinte explicação:

O açúcar produzido na zona canavieira de Pernambuco tem gosto de sangue. Sangue dos trabalhadores rurais espancados e assassinados pela truculência daqueles senhores de engenho e senhores que implantaram um verdadeiro clima de terror em suas propriedades com o objetivo de saciar a sua ganância de super-lucros através da superexploração dos trabalhadores da palha da cana. ("Açúcar tem sabor de sangue, diz Fetape". *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1984, A12).

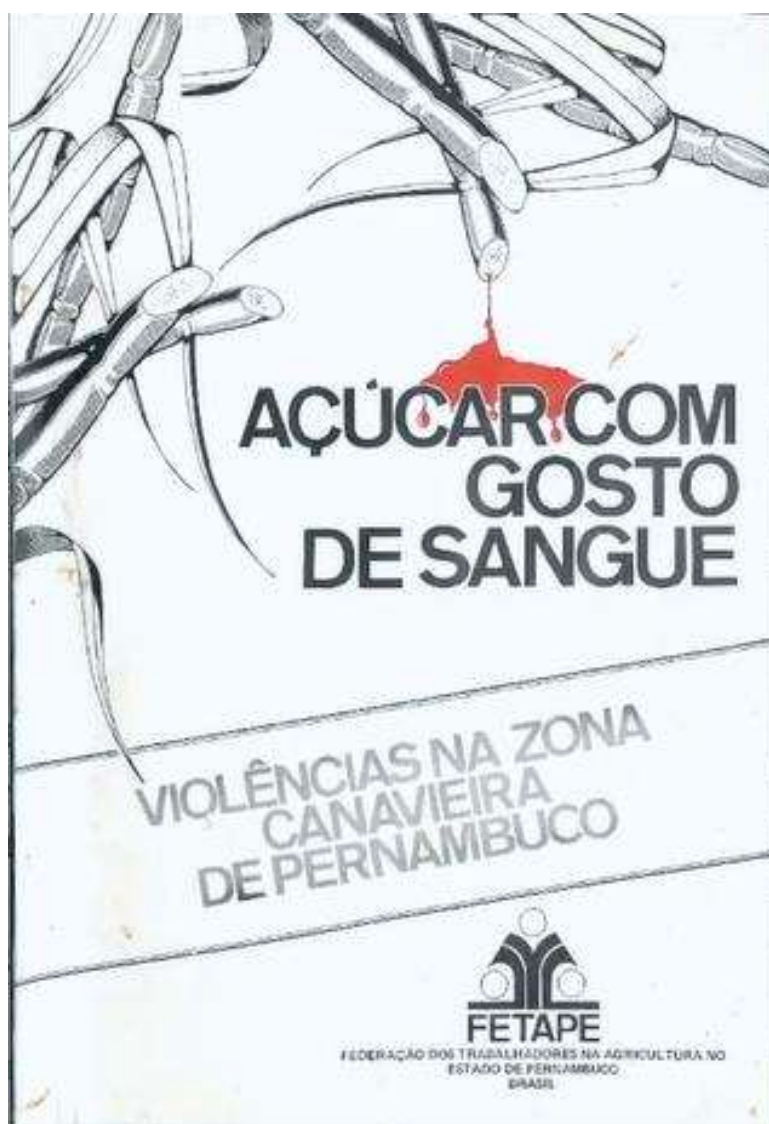


Imagem 7 - Capa do documento *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. Recife: FETAPE, 1984.

O tópico do documento nomeado de “objetivos” continuava elencando com que objetivos as práticas de violência eram empenhadas pelos patrões, administradores e suas milícias privadas, que iam desde a intenção de expulsão das famílias das moradas até impedir que os trabalhadores recorressem à Justiça do Trabalho para garantir e exigir seus direitos. O documento seguia com o tópico “escalada”, no qual foi colocado como elemento central da luta dos trabalhadores rurais desde o ano de 1979, a luta pelo cumprimento dos acordos e dissídios coletivos:

As conquistas alcançadas em 1979 foram mantidas e ampliadas nos anos subsequentes, através da organização coletiva dos trabalhadores, sob a coordenação dos seus sindicatos, Fetape e Contag, consubstanciadas nas sentenças normativas do Tribunal Regional do Trabalho. Esses contratos coletivos são instrumentos capazes de reduzir a exploração a níveis menos insuportáveis e de melhorar gradativamente a qualidade da vida dos trabalhadores da palha da cana. Daí que a grande questão que se vem colocando para a organização sindical é o cumprimento efetivo dos Dissídios Coletivos. (“Açúcar tem sabor de sangue, diz Fetape”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1984, A12).

Contudo, de modo contraditório, o tópico seguiu afirmando a efetividade da Justiça do Trabalho e a crescente busca dos trabalhadores pela garantia dos direitos conquistados nas greves anteriores, assim como a ação da DRT em fiscalizar os locais de trabalho, embora tenha disso destacado que isso se dava de forma não punitiva. Segundo o documento, o descumprimento da classe patronal em relação às cláusulas dos dissídios coletivos vinha crescendo desde 1982, dado o grande número de trabalhadores do Agreste e do Sertão atingidos pela grande seca, que já durava cinco anos, que iam buscar trabalho na Zona da Mata canavieira. Em seguida, o tópico “razões” explica:

E por que isso? É que os trabalhadores agrestinos e sertanejos seriam, como vê sendo, fácil e impunemente super explorados, pois sem tradição de assalariamento e sem ligações com os sindicatos da zona canavieira, seriam, como estão sendo remunerados por menos da metade do salário legal, com a sonegação adicional dos demais direitos. Além do mais, essa superexploração sobre a mão-de-obra agrestina e sertaneja, na avaliação patronal, se daria, como vem se dando, impunemente, pois aqueles trabalhadores, terminada a safra, voltam para os

seus municípios de origem e não têm como buscar seus direitos na Justiça do Trabalho. (“Açúcar tem sabor de sangue, diz Fetape”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1984, A12).

Outro tipo de mecanismo patronal indicado no texto refere-se ao de colocar o próprio trabalhador da zona canavieira para trabalhar em um município que não era o de sua morada, o que impedia a atuação mais efetiva do sindicato e tornava mais fácil o descumprimento do dissídio coletivo, aliado à desativação da Delegacia Regional do Trabalho em fins de 1982, complicando a situação dos trabalhadores. Sobre as táticas dos empregadores em atingir os trabalhadores, o documento explicita no tópico “mecanismos” a investida mais comum:

O primeiro passo para a expulsão massiva dos trabalhadores registrados vem sendo a duplicação e até triplicação das tarefas diárias previstas no Dissídio Coletivo. Repentinamente, os trabalhadores são compelidos a uma carga de trabalho impossível e no final de seis dias de trabalho intenso terminam por receber apenas dois ou três dias do salário, com perda adicional do repouso remunerado e com prejuízo do 13º salário e férias. (“Açúcar tem sabor de sangue, diz Fetape”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1984, A12).

Além a superexploração, segundo o texto, o agravante evidente vinha sendo a utilização das milícias armadas privadas no campo, que ameaçavam diariamente os trabalhadores com armas, revólveres, espingardas de calibre 12 e cipó de boi, transitando nos locais de trabalho, intimidando os trabalhadores em suas moradas e marcando presença nos dias de pagamento. A milícia privada tinha intenção de anular a possibilidade de ação sindical e da resistência organizada dos trabalhadores dentro dos engenhos, principalmente minando a coragem dos trabalhadores em buscar a Justiça do Trabalho. Segundo o documento, a escalada de violência na região canavieira vinha crescendo principalmente nos municípios de Paudalho, Lagoa de Itaenga e Carpina. O último tópico abordado na notícia foi “Impunidade”, no qual a FETAPE solicita com urgência a ação do Governo do Estado:

Essa escalada de violência visa o lucro ilícito através do descumprimento dos direitos assegurados nas leis e nos Dissídios Coletivos. (...). Hoje, mais do que nunca, se faz necessária a intervenção enérgica do Governo do Estado para:

1) Desarmar as milícias privadas; 2) Confiar a presidência dos inquéritos policiais a delegados capazes de apurar os fatos de forma ampla e vertical, de modo a comprovar a co-autoria dos beneficiários da violência; 3) Como contrapartida social indispensável às gestões governamentais para obter aumentos os preços, subsídios, crédito e garantia de extra-cota, que o governador do Estado, através do posicionamento público e contundente, exija dos senhores de engenho e usineiros o compromisso efetivo do cumprimento dos direitos dos trabalhadores da Zona Canavieira de Pernambuco. (“Açúcar tem sabor de sangue, diz Fetape”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1984, A12).

A publicação do dossiê ocorreu em 1984, e a partir desse ano houve muita repercussão em relação ao conteúdo de emergência que consta nele. No entanto, para compreender com profundidade o terror instaurado na Zona da Mata canavieira vale a pena ressaltar, por meio das notícias do periódico analisado, o que tenho chamado de “apenas um vislumbre” da violência no campo entre os anos de 1980 e 1983.

No ano de 1980, no mês de março, foi noticiado que o trabalhador rural do Engenho de Fortaleza, em Lagoa de Itaenga, José Amadeu Joaquim, que reivindicava o pagamento do 13º salário, foi morto a tiros quando voltava do serviço e a suspeita do crime é de que tenha sido o arrendatário do engenho João Dornelas Veloso. A FETAPE reivindicava investigação rigorosa, a partir de um delegado especial, para apurar o crime a critério da Secretaria de Segurança.⁵³ Em junho do mesmo ano, Pedro Francisco Ferreira, trabalhador rural da usina Pumaty, foi ameaçado de morte pelo gerente e administrador do engenho Alegrete, por exigir o pagamento de férias e de hora extra para si e seus filhos. Segundo a Fetape, casos como esse são frequentes na região⁵⁴.

Já no mês de outubro, após a Campanha Salarial, foi noticiado que o líder do sindicato rural de Petrolândia, Vicente Costa Coelho foi sequestrado por agentes da Polícia Federal e na notícia há rumores de que ele tenha sido assassinado. Pouco tempo antes deste caso, o líder do STR de Correntes foi morto a tiros por fazendeiros da região⁵⁵. No mesmo mês, José Rodrigues da Silva, presidente da FETAPE, explica em documento

⁵³ “Fetape solicita delegado especial para apurar crime”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1980, p. A19.

⁵⁴ “Camponês ameaçado de morte por cobrar salário na Justiça”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 de junho de 1980, p. A17.

⁵⁵ “Desaparece líder sindicalista”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 de outubro de 1980, A11.

de denúncia direcionado à Secretaria de Segurança Pública, que o delegado de polícia de Vitória de Santo Antão não poderia continuar à frente do inquérito movido contra o fornecedor de cana Vital Bezerra de Melo Filho, que vitimou o trabalhador rural Sebastião Jorge da Silva. Nesse sentido, José Rodrigues pediu a nomeação de um delegado especial para acompanhar o caso, a fim de evitar os abusos cometidos por José de Souza Neto⁵⁶.

Em dezembro do mesmo ano, o trabalhador rural Cosme Gadelha da Silva, que havia sido demitido do Engenho Passagem, pertencente à Usina Aliança, devido à sua participação no movimento grevista, foi sequestrado por agentes da Secretaria de Segurança Pública, sendo acusado de ter posto fogo no canavial. José Rodrigues falou sobre a prisão do trabalhador e acusou policiais de estarem cometendo perseguição aos trabalhadores rurais⁵⁷.

Em setembro de 1981, durante o processo de negociação do acordo coletivo, o jornal noticiou um ocorrido dando ênfase para a ação do trabalhador rural ao se opor a realizar uma tarefa. O relato apresenta que o trabalhador provocou o confronto e investiu agressivamente contra o empregador:

O administrador do engenho “Jacobina”, no Cabo, Aguielo Pinheiro da Silva, depois de uma discussão por motivo de trabalho abateu a tiro de revólver o trabalhador rural José Nascimento da Silva Filho, mais conhecido como Duda, que investiu contra ele com uma faca-peixeira. Segundo o depoimento de testemunhas, na Delegacia do Cabo, o administrador pediu a Duda que fosse “carrear” (pegar os bois para o trabalho), serviço que desempenhava normalmente na propriedade. O trabalhador recusou-se a desempenhar a tarefa, gerando uma discussão e agressão entre os dois. (“Trabalhador assassinado”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de setembro de 1981, A22)

No mês seguinte, a FETAPE e a Comissão de Justiça e Paz entregaram dois documentos ao governador Roberto Magalhães Mello, nos quais denunciavam a morte de um trabalhador rural no Engenho Palma, em Bom Jardim, e a existência de cárcere privado na usina São José do Rio Uma. Os documentos foram encaminhados pelo governador ao secretário de Segurança Pública. No Engenho Palma, o trabalhador rural e

⁵⁶ “Federação afirma que delegado não tem moral”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de outubro de 1980, A11.

⁵⁷ “Polícia acusada de sequestrar agricultor”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de dezembro de 1980, A13.

um de seus filhos com idade de 5 anos foram assassinados. Sobre o caso, comentou José Rodrigues:

Há poucos dias, tomamos conhecimento das irregularidades praticadas por funcionários do engenho Água Fria, em Paudalho, cujas vítimas tiveram suas plantações destruídas. Em Nazaré da Mata, o secretário do sindicato foi agredido pelo filho de um fornecedor de cana quando recolhia documentos com notificações salariais; semana passada houve o problema do trabalhador João Duda, no engenho Palma; e, hoje (ontem), recebi um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Formoso, denunciando violência praticadas contra o tesoureiro do órgão, que foi agredido pelo gerente de campo da usina Santo André e mantido por várias horas em cárcere, pois comentam que no local existia até uma cadeia. (“Trabalhador assassinado”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de outubro de 1981, A19).

Em novembro do mesmo ano⁵⁸, o deputado João Ferreira Lima, do Partido Popular, solicitou, na tribuna da Assembleia Legislativa, ao governador Marco Maciel, a designação de um delegado especial para o município de Aliança, a fim de apurar violências que ali, segundo ele, estavam sendo praticadas contra trabalhadores rurais, sem que o delegado local procurasse pôr termo a esse desrespeito aos injustiçados rurícolas. No Engenho Maré, o administrador ameaçou de morte ao delegado sindical José Ferreira da Silva, que prestou queixa à Polícia, que, por sua vez, não achou necessário sequer abrir o inquérito. Segundo o deputado, a Polícia resolveu ainda processar o trabalhador. No Engenho Siriji, o vigia espancou um rurícola, que igualmente nada conseguiu ao pedir a intermediação da autoridade policial. No Engenho Santo Antônio, o trabalhador João Caetano de Albuquerque, por haver dado entrada a uma reclamação trabalhista, requerendo o terreno do sítio e a restauração da casa onde reside, foi agredido, teve sua casa invadida e está impedido de retornar ao convívio de sua família. Temendo ser morto, o trabalhador deixou o Engenho.

Assim como os anos anteriores, o ano de 1982 também foi marcado por diversas denúncias da FETAPE veiculadas no periódico. No mês de março, lia-se: “Enéias Cabral de Melo, proprietário do engenho Firmeza em Vicência, contratou um pistoleiro profissional a fim de assassinar o trabalhador rural Júlio Ferreira, por ter reclamado seus

⁵⁸ “Deputado denuncia violência contra trabalhador rural”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de novembro de 1981, A19.

direitos trabalhistas”⁵⁹. A denúncia foi feita pela FETAPE por seu presidente, José Rodrigues, que chamou a atenção das autoridades para a violência no campo exigindo a apuração dos fatos assim como a punição devida. A violência foi articulada após o proprietário não conseguir punir o trabalhador pelas vias legais, pois o trabalhador havia sido preso a mando do patrão e solto pelo delegado no dia seguinte. Nessa situação, o proprietário contratou o pistoleiro Biu do Bode, residente de Itaquitinga para a ação. O fato chegou ao sindicato por meio de denúncia, logo reportada à Polícia, sendo presos Biu do Bode e Severino Benvindo de Freitas, o homem que intermediou a conversa entre o pistoleiro e o patrão. No mesmo mês, a FETAPE encaminhou à Secretaria de Segurança Pública (SSP) uma denúncia contra o engenho Águas Compridas, do município de Vitória de Santo Antão, por ameaças de morte e agressões físicas contra o trabalhador Antônio Manoel dos Santos. O homicídio foi impedido pelo guarda fiscal do posto na BR-232 após o trabalhador ser levado ao local pelo proprietário Vita Tavares Bezerra para assassiná-lo. O trabalhador voltou a ser violentado na sede do Sindicato pelo irmão do proprietário Magno Tavares Bezerra na presença de vários associados, que precisaram intervir. A FETAPE exigiu da SSP que providências fossem tomadas⁶⁰. Ainda em março, na notícia sobre assassinatos cometidos por motivações políticas nos últimos 5 anos no estado de Pernambuco⁶¹, estavam entre eles o assassinato em 1979 do líder sindical Raimundo Félix da Silva do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Serra Talhada, que, segundo a FETAPE, havia sido tramado para eliminar a ação forte de um líder sindical determinado a enfrentar o poder político e econômico do município, assim como a de outro sindicalista do município de Correntes, José Francisco dos Santos, conhecido como Zé Vaqueiro.

No mês de julho, a notícia foi referente à nota de solidariedade e denúncia da FETAPE em relação ao assassinato do advogado dos trabalhadores rurais no estado do Pará Gabriel Pimenta⁶². No mesmo mês, em Pernambuco⁶³, o trabalhador João Albino dos Santos, também morador do engenho, foi ameaçado de morte como estratégia de forçá-lo a renunciar a seu sítio mediante indenização de 10 mil cruzeiros. Sua esposa grávida de 7 meses encontrava-se em estado grave de saúde e corria risco de perder sua

⁵⁹ “Dono de engenho tenta assassinar trabalhador”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de março de 1982, A19.

⁶⁰ “Federação denuncia engenho”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de março de 1982, A15.

⁶¹ “Nos últimos 5 anos muitos assassinatos”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de março de 1982, A19.

⁶² “Assasínio de advogado é denunciado pela Fetape”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de julho de 1982, A15.

⁶³ “Fetape denuncia clima de violência em engenho”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de julho de 1982, A15.

gravidez devido aos momentos de horror com tiros e ameaças. O caso ocorreu no engenho Rodízio, no município de Paudalho, e o proprietário, conhecido como Tenente, foi suspeito também de mandar demolir a casa do morador que saiu para buscar socorros médicos para sua esposa. O ocorrido havia sido informado a SSP pela FETAPE que pretendia recorrer à Justiça para exigir indenização dos prejuízos materiais sofridos pelo trabalhador.

O fim do mês de julho de 1982 ainda contou com a notícia sobre a tentativa de assassinato do líder sindical do Sertão do estado de Pernambuco, Manoel Jerônimo Neto⁶⁴, atingido por 3 tiros nas costas por Helvídio Lopes de Siqueira. A FETAPE reuniu todos os sindicatos para organizar encaminhamentos diante do quadro de violência e perseguição dos líderes sindicais. Segundo a notícia, o delegado de polícia estranhamente vinha protegendo o atirador, além de manter comportamento intimidador com os trabalhadores para que não se mobilizassem pela causa. A FETAPE pediu com urgência a nomeação de um delegado especial para cuidar do caso. Em seguida, no mês de agosto, sobre o mesmo caso⁶⁵, o periódico *Diário de Pernambuco* trouxe notícias sobre Manoel Jerônimo, que se recuperou dos ferimentos da situação em que foi vítima. A FETAPE reconheceu que o líder sindical correu perigo e explicou que no mesmo dia em que Manoel foi à SSP requerer garantia de vida, através de um documento, ao retornar à cidade foi ferido pelos tiros que atravessaram, inclusive, o documento emitido pela SSP. A FETAPE ainda apontou para certa parcialidade da Polícia que, ao invés de perseguir ou obter depoimentos da família do acusado, buscou prender associados do sindicato.

Em outubro, o camponês Martins Luiz dos Prazeres foi assassinado a tiros pelo administrador do Engenho Novo do Muro, Epitácio de Amorim. A motivação do crime teria sido um desentendimento em torno de questões do trabalho. A vítima teria se alterado durante a discussão e tentado agredir o criminoso com uma peixeira, em resposta, o administrador disparou tiros contra o trabalhador. A investigação do crime ocorreu na Delegacia de Carpina e os policiais encarregados de averiguar a situação no engenho e acompanhar a remoção do corpo afirmaram que o crime não teve qualquer conotação política, mas sim foi consequência da insubordinação do camponês para com seu superior. A notícia conta que “comentou-se ontem em na delegacia de Carpina que o administrador Epitácio de Amorim foragido desde a hora do crime, é elemento de péssimos

⁶⁴ “Fetape pede à Polícia para apurar agressão”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de julho de 1982, A19.

⁶⁵ “Manoel Jerônimo só volta com garantia”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 de agosto de 1982, A14.

anteriores. Já se envolveu em outros delitos, razão pela qual é temido nos locais onde trabalha”⁶⁶. Na mesma página do jornal, consta manchete e notícia sobre a denúncia que a FETAPE fez sobre o assassinato do camponês Martins Luiz dos Prazeres, que teria sido cometido pelo administrador Eptácio de Amorim, segundo a entidade, “conhecido na região como um dos capatazes mais truculentos e prepotentes das redondezas”. A Federação reclamou da impunidade em relação aos criminosos, em que 20 anos de sua existência e ação não houve uma só punição efetiva contra os assassinatos de trabalhadores na palha da cana. O presidente José Rodrigues ainda afirmou em ofício encaminhando ao secretário Sérgio Higino:

A impunidade institucionalizada nos engenhos e usinas, onde os senhores de engenho e usineiros são donos até da vida dos trabalhadores, prolatando sentenças de morte quando e onde bem querem e entendem, sob as vistas ineficientes dos poderes constituídos, está levando a uma situação limite insuportável.” (“Fetape denuncia homicídio à Secretaria de Segurança”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 de outubro de 1982, A15).

Assustadoramente, na mesma página, a FETAPE denunciou, em nota oficial à imprensa, a violência sofrida pelo agricultor Sebastião José de Santana e sua esposa Maria José de Santana por parte do proprietário do engenho Brilhante, do município de Tracunhaém, André Didier de Oliveira, que ameaçou o trabalhador e destruiu toda sua roça. Na nota oficial da Federação mais detalhes do crime são revelados, como a ação de dois capangas junto ao proprietário contra os trabalhadores e que estes trabalhavam há sete anos neste engenho e teriam aberto reclamação na Justiça do Trabalho, o que seria o motivador da ação violenta. Em nota a FETAPE afirmou que “vale a pena lembrar, que André Didier de Oliveira já cometeu a mesma arbitrariedade em 1981, quando destruiu a lavoura do trabalhador Manoel Regis da Silva”⁶⁷. O STR de Nazaré da Mata estaria tomando as medidas legais possíveis para apurar o caso, como tirando fotografias do local, registro de queixa na Delegacia e bem como viriam a auxiliar os trabalhadores na reclamação trabalhista.

No mesmo mês de outubro, a FETAPE denunciou à Secretaria de Segurança Pública mais um caso de violência contra trabalhador. O agricultor Manoel Marcelino da

⁶⁶ “Camponês assassinado em Carpina”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 de outubro de 1982, A15.

⁶⁷ “Dono de engenho é acusado de ameaçar trabalhador”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 de outubro de 1982, A15.

Silva e seu filho foram espancados no engenho Lagoa do Ramos de Baixo, no município de Nazaré da Mata. A agressão foi presenciada pelo proprietário do engenho Antônio Nunes Pereira, sem que nenhuma providência fosse tomada. Após a agressão o caso foi denunciado ao STR de Nazaré da Mata que prestou queixa no local e encaminhou as vítimas para Recife, onde foram periciados no Instituto Médico Legal. Segundo a notícia, o trabalhador Manoel Marcelino apresentava ferimentos nas costas e uma das mãos completamente inchada, enquanto seu filho trazia escoriações generalizadas, principalmente nos braços e mãos⁶⁸.

Ainda, em outubro, o presidente do STR de Carpina Benedito Ferreira Lima denunciou o atentado sofrido pelo trabalhador Luís Afonso da Silva⁶⁹, residente da Fazenda Santa Helena, do município de Lagoa de Itaenga, que teve sua casa alvejada por oito tiros de revólver durante a madrugada. O trabalhador relaciona o crime ao fato de recentemente ter ganho causa na Justiça do Trabalho no valor de 3,5 milhões de cruzeiros, relativos ao pagamento de atraso de salário, férias e 13º, contra o proprietário da fazenda Pedro Maurício Alves de Almeida. A denúncia foi levada à FETAPE e o presidente José Rodrigues encaminharia o depoimento do agricultor à Secretaria de Segurança Pública para que fossem tomadas as devidas providências.

Em dezembro daquele ano, duas notícias foram publicadas sobre ameaças de morte sofridas pelo advogado da FETAPE, Romeu da Fonte. As ameaças teriam sido feitas por parte de um grupo de fornecedores e o presidente da Federação, José Rodrigues, se reuniria em assembleia com 60 sindicalistas rurais para esclarecer o acontecido. O presidente afirmou que a morte foi evitada, porque uma prima do advogado foi avisada do que aconteceria pela esposa de um dos participantes. Apesar das ameaças, Romeu afirmou que continuaria normalmente suas atividades na FETAPE. A notícia expôs uma fala de José Rodrigues sobre as ameaças que já sofridas ao longo dos anos pelo advogado da entidade:

Romeu da Fonte vem exercendo a função de advogado da Fetape há 18 anos, ao longo dos quais já sofreu quatro ameaças de morte. A primeira foi em 1975, quando foi vítima de um atentado a bala em Floresta. No ano seguinte, tomou

⁶⁸ “Federação denuncia o espancamento de camponês em engenho”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 de outubro de 1982, A15.

⁶⁹ “Fetape denuncia atentado contra camponês em Carpina”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de outubro de 1982, A15.

conhecimento de uma articulação que estaria se desenvolvendo em Limoeiro a fim de eliminá-lo. Em 1981, durante a campanha salarial dos trabalhadores da cana, quando deixava a federação para se dirigir ao Tribunal Regional do Trabalho, recebeu um telefonema anônimo avisando que não chegaria vivo ao TRT. (“Denunciado complô para matar advogado”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 de dezembro de 1982, A15).

A outra notícia do mês de dezembro de 1982 sobre o mesmo ocorrido reitera os fatos relatados anteriormente e fala com pesar sobre os últimos casos de violência noticiados:

É doloroso para o movimento sindical dos trabalhadores rurais lembrar que só nos anos de 1980 e 1981, nada menos do que sete dirigentes, dois advogados e 18 trabalhadores foram assassinados em decorrência do trabalho sindical e da defesa dos legítimos interesses da classe. Em março deste ano, foi assassinado Gabriel Pimenta, advogado do STR de Marabá, Estado do Pará. Na Bahia, o advogado Eugênio Lira foi assassinado por grileiros. Em Pernambuco, diversos casos de violência- espancamento, ameaças de morte, prisões em cárcere privado em terra de usinas, pressões diversas sobre dirigentes e até a morte de trabalhadores tem ocorrido durante as campanhas salariais da zona canavieira e durante as lutas pelo cumprimento do dissídio coletivo dessa região. (“Ameaça de morte a advogado é denunciada”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de dezembro de 1982, A15).

O ano de 1983 se iniciou com três notícias no mês de janeiro referente a denúncias feitas pela FETAPE. Sobre a região de Itaparica⁷⁰, a Federação denunciou o desaparecimento de seis trabalhadores, dois deles eram Fulgêncio Manoel da Silva e Manoel José de Souza. Os trabalhadores foram presos em Caruaru, no município de Glória, na Bahia por integrantes da Polícia Militar. O presidente do Sindicato local tentou localizar os companheiros, mas não obteve respostas.

Em seguida, foi veiculado um balanço sobre os últimos casos de violência⁷¹ contra trabalhadores rurais no estado de Pernambuco, desde o mês de março do ano anterior com o caso, em que o proprietário do engenho Firmeza Enéias Cabral de Melo foi acusado de

⁷⁰ “Fetape pede por camponês”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 de janeiro de 1983, A5.

⁷¹ “Trabalhadores foram as vítimas da violência em PE”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 de janeiro de 1983, D7.

contratar pistoleiros para matar o agricultor Júlio Ferreira por ter reclamado seus direitos na Justiça trabalhista. As denúncias foram feitas pelo presidente da FETAPE. No Sertão do Pajeú, dois trabalhadores, Manoel Jerônimo Neto e José Bartolomeu Campos Genésio, pediram ao secretário Sérgio Higino seguros de vida, pois estavam sendo ameaçados de morte pelo soldado de deslocamento conhecido como Edson e pelos políticos Helvídio Lopes Siqueira e Edmilson Lopes Siqueira. Os políticos afirmaram várias vezes publicamente que não gostavam de agitadores comunistas e que matariam um por um. No engenho Ribeiro Grande em Aliança, a DRT instaurou um inquérito para apurar as agressões sofridas pelos trabalhadores José Gomes de Oliveira, José Joaquim de Oliveira, Severino Augusto da Silva e Severino Ferreira da Silva. As ameaças foram proferidas pelo senhor de engenho conhecido como Nozinho e pelo jagunço conhecido como “Capitão”. Em Paudalho, no engenho Rodízio, o trabalhador João Albino dos Santos sofreu ameaça de morte e teve sua casa destruída pelo proprietário do engenho. No mês de outubro, no engenho Brilhante, o proprietário André Didier ameaçou o casal de trabalhadores moradores do engenho e destruiu o seu roçado. No mesmo mês, em Nazaré da Mata, o trabalhador Manoel Marcelino da Silva e seu filho João sofreram espancamentos no engenho Lagoa do Ramos de Baixo. Na mesma página, também foi veiculado o edital de convocação para assembleia⁷² voltada para discutir providências a serem tomadas sobre a ameaça de assassinato do advogado Romeu da Fonte, entre outras pautas.

No mês seguinte, o trabalhador rural Ananias Oliveira da Silva foi assassinado em Barreiros, de acordo com denúncia da FETAPE. O trabalhador era empregado do Engenho Una e foi morto a tiros pelas costas disparados pelo administrador conhecido como Baeté, chamado Maurício. A motivação do crime teria se dado na situação em que o trabalhador cobrava o seu salário, que ameaçava ser cortado pelo fiscal da Usina Central Barreiros. José Rodrigues afirmou que “o açúcar de Pernambuco tem sido feito com o suor, fome e também o sangue de inúmeros trabalhadores assassinados”⁷³. Segundo a notícia, no exterior os casos de violência na zona canavieira de Pernambuco estavam sendo divulgados com títulos como “Há sangue em vosso açúcar”. No mesmo mês, o rurícola Manoel Joaquim Ferreira, 41 anos, residente no Engenho Bulhões, município de Moreno, foi assassinado, a tiros de espingarda, pelo indivíduo Elias Gomes da Silva. O

⁷² “Sindicato dos trabalhadores rurais de São Lourenço da Mata”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 de janeiro de 1983, A16.

⁷³ “Camponês morto em Barreiros”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de março de 1983, A19.

crime ocorreu nas imediações da residência da vítima, segundo a notícia, por motivo de rixa antiga⁷⁴.

O trabalhador Antônio Pedro da Silva, residente do Engenho Taquarinha, em Maraial, foi encaminhado ao delegado do município pela FETAPE para prestar queixa contra Renato de Tal, que seria genro de José Ribeiro da Silva, suposto proprietário de Taquarinha. Segundo a notícia⁷⁵, o trabalhador foi abordado por Renato enquanto se dirigia à Usina Taquara, em sua atividade diária, que portava uma arma e uma faca peixeira e tentou assassiná-lo. A Federação procurou a Delegacia para denunciar tais ameaças em face de novas situações semelhantes à ocorrida com o trabalhador Antônio Pedro da Silva.

No mês de abril daquele ano, novo documento foi preparado pela FETAPE e encaminhado ao ministro do Trabalho para denunciar o descumprimento sistemático do dissídio coletivo dos trabalhadores canavieiros firmado no ano anterior. O documento afirmava que o auxílio da DRT quanto à fiscalização nos locais de trabalho tem efeito eficaz quanto à diminuição de descumprimentos relativos ao dissídio. No entanto, o delegado suspendeu as fiscalizações e agora os trabalhadores estavam desassistidos em seus postos de trabalho. No documento veiculado afirmava-se:

Os dirigentes sindicais da zona canavieira, ao reconhecerem a importância da fiscalização por parte da Delegacia Regional do Trabalho, esperam que o Ministro adote providências imediatas no sentido de restabelecê-la de forma abrangente e punitiva na zona da Mata de Pernambuco, como única forma de evitar profundo golpe na credibilidade do instituto de Fiscalização perante a classe trabalhadora rural e suas lideranças e o agravamento das condições de vida e trabalho na Zona canavieira de Pernambuco, com consequente aguçamento das tensões sociais na área. (“Dissídio coletivo não cumprimento no campo, denuncia federação”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 de abril de 1983, A7).

No mesmo mês, o trabalhador rural José Francelino Gomes, que há nove anos administrava o Engenho Giocunti, no município de Ferreiros, foi ameaçado pelo seu patrão José Barbosa Pereira Filho, que disparou quatro tiros em direção ao camponês e

⁷⁴ “Rurícola é assassinado”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de março de 1983, A19.

⁷⁵ “Gerente de engenho é acusado”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de março de 1983, A15.

sua esposa. O trabalhador acreditava que o patrão queria afastá-lo “voluntariamente” do seu posto de trabalho para que assim não precisasse pagar seus direitos trabalhistas. José Francelino ainda foi ameaçado por capangas e impedido de colher sua lavoura. Diante da situação de risco, pediu garantias de vida. Ao prestar queixa, após o ocorrido, o trabalhador descobriu que o patrão já havia estado na Delegacia afirmando que havia sofrido um atentado contra sua vida por parte do trabalhador que portava um rifle, enquanto este afirmou não possuir a arma. José Francelino Gomes mudou-se com sua esposa para o município de Itambé, divisa com a Paraíba, devido ao clima perigoso de ameaça contra sua vida: “Perdeu o emprego e não recebeu seus direitos, estando também ameaçado de morte, caso procure colher o milho que ele mesmo plantou, o que vale um bom dinheiro”⁷⁶.

O mês de abril seguiu com a notícia sobre o agricultor Francisco Alexandrino Gomes, pai de nove filhos baleado por José Horesto devido a rivalidades políticas⁷⁷. A FETAPE disse que o agricultor vinha se destacando na região pela defesa dos trabalhadores desempregados e subempregados nas frentes de emergência. O ataque ao agricultor ocorreu em Ouricuri, e deixou-o ferido no nariz e no braço direito. Após o ataque ele foi enviado ao hospital da cidade, onde não teve o atendimento adequado, sendo encaminhado para casa apenas com curativos. Diante de seu estado grave, precisou retornar ao hospital onde foi orientado a procurar um hospital na região de Petrolina para ser mais bem atendido.

O prefeito de Barreiros, Inaldo Ferreira, contestou a acusação da FETAPE sobre a violência praticada contra trabalhador no engenho Barra Velha. Ainda, a federação foi acusada de inventar situações e clima de violência na Zona da Mata. O prefeito afirmou que pediria apuração para comprovar tais articulações: “O administrador o engenho Barra Velha disse que jamais usou de violência contra qualquer trabalhador seu, pois é crente evangélico e sempre tratou todos bem, como mandam as Escrituras Sagradas e conforme determinações do proprietário”⁷⁸.

Maio de 1983 foi o mês com mais notícias referentes a denúncias de violência contra trabalhadores rurais dentre os três anos pesquisados. Foi noticiado que o

⁷⁶ “Camponês é agredido por patrão porque cobrou indenização”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 de abril de 1983, A7.

⁷⁷ “Fetape denuncia que agricultor sofreu atentado em Ouricuri”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de abril de 1983, A19.

⁷⁸ “Acusação da Fetape é contestada”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08 de maio de 1983, A27.

trabalhador José Correia Santana⁷⁹ procurou a Secretaria de Segurança Pública para solicitar garantias de vida diante das ameaças que vinha sofrendo no Engenho Fortaleza, onde residia com sua família. Antes mesmo de qualquer posicionamento da FETAPE, providências já foram tomadas para a proteção da vida do trabalhador e seus familiares, como o envio do delegado Magno Nunes Costa e vários policiais para o engenho em questão. Na mesma página, foi veiculada notícia sobre o caso de outro trabalhador e sua família⁸⁰, do engenho Petribú, onde estariam sofrendo intimidações e ameaças constantes, de acordo com denúncia feita pela FETAPE. O trabalhador José Correia Santana estava aguardando a decisão da Justiça do Trabalho quanto a seus direitos. Aproximada a data da decisão, capangas ostensivamente armados apareciam cotidianamente na casa do trabalhador, ameaçando sua esposa e filho, e estes recorreram à Delegacia de Polícia de Itaenga para prestar queixa. No mesmo período, capangas do Engenho Fortaleza também começaram a rondar a sede do STR em Carpina. Pouco dias depois, a FETAPE denunciou a violência contra outros dois trabalhadores do Engenho Fortaleza⁸¹, também pertencentes à Usina Petribú. Os acusados eram o arrendado Rui Meira e Marcos Albuquerque de Oliveira. A denúncia afirmava que os trabalhadores José Costa da Silva e Severino Ribeiro da Silva foram espancados com cipó de boi e foram mantidos em cárcere privado no engenho em questão. A FETAPE e a DRT denunciaram a ocorrência à SSP, que providenciou a libertação dos trabalhadores. Ambos ainda foram ameaçados de morte se denunciassem ao Sindicato a violência que sofreram. Sobre o mesmo caso, outra notícia foi publicada na mesma página⁸², na qual conta-se que os acusados de espancarem dois trabalhadores e manterem em cárcere privado no Engenho Fortaleza negam a existência de qualquer situação semelhante à denunciada e afirmam que ao longo de sua jornada nunca presenciaram nem cometeram nenhum ato de violência contra trabalhadores. Também disseram que consideram os trabalhadores “peças” importantes no engenho, tratando-os da melhor maneira e pagando seus direitos trabalhistas. Ainda, Rui Meira Freira afirmou que sua propriedade vinha sendo invadida na calada da noite por agitadores profissionais com o objetivo de realizar reuniões para insuflar os trabalhadores contra seus patrões. Diante disso, solicitou à Polícia que providências

⁷⁹ “Ameaça de morte à rurícola é apurada pela Secretaria”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de maio de 1983, A15.

⁸⁰ “Fetape denuncia “atos” violentos”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de maio de 1983, A15.

⁸¹ “Camponeses são presos e espancados”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de maio de 1983, A15.

⁸² “Agricultor denuncia Fetape”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de maio de 1983, A15.

fossem tomadas contra o dirigente sindical José Rodrigues e a deputada sulista Sônia Wright, funcionária da FETAPE.

Seguindo para o final do mês, o periódico veiculou nova denúncia feita pela FETAPE⁸³ encaminhada à DRT e à SSP sobre o caso de violência contra trabalhadores residentes do engenho Rodízio, do município de Paudalho. As vítimas foram José Marcelino de Moura, Tiago Severino de Oliveira, José Henrique da Silva, Samuel Luís Monteiro e José da Luz de Lima, sendo o agressor identificado como proprietário do engenho, Luizélio Barreto da Silva Nen. Após assumir parte da propriedade, o acusado passou a intimidar os trabalhadores impedindo-os de cultivar sua agricultura de subsistência. Ele era conhecido no local por ter atitudes violentas contra trabalhadores. No ano anterior, mandou derrubar a casa do trabalhador João Albino dos Santos, fato confirmado pela Dops, mas nenhuma providência ou punição foi tomada. Nesse sentido, a Federação solicitou à SSP que medidas fossem tomadas para fiscalizar a região do Engenho Rodízio para evitar arbitrariedades, ameaças e violências pelo proprietário Luizélio Nen. Dias depois, o periódico veiculou notícia que ocupava maior parte da página e incluiu foto de assembleia dos trabalhadores rurais. A notícia falava sobre o documento elaborado pela FETAPE encaminhado ao governador Roberto Magalhães. Este documento detalhava, por meio dos laudos enviados à Delegacia Regional do Trabalho, os casos de violência que vinham crescendo em escalada e descumprimento dos acordos trabalhistas na região na Zona da Mata canavieira do estado. A decisão foi tomada a partir do Conselho de Representantes, composta por 152 Sindicatos, dos quais 42 eram da região canavieira. O documento foi inserido na íntegra e nele foram explicados ponto a ponto da estratégia que a FETAPE denominou de “Violência Organizada”. Analisando as etapas de violência a que eram submetidos os trabalhadores, desde a adoção de milícias armadas dentro dos engenhos, passando pelas situações de agressões físicas de todos os tipos, até a destruição dos sítios e o não pagamento dos direitos, afirmou-se:

os patrões, de forma visível, jogam na probabilidade de que o trabalhador rural super explorado, se mantido sob opressão e se espancado, o seu sangue desça pelos pés e ele corra. Os patrões, irresponsavelmente, subestimam a possibilidade indesejável do sangue subir à cabeça dos trabalhadores, ou então, superestimam

⁸³ “Dono de engenho é acusado de agredir trabalhador rural”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de maio de 1983, A15.

sua força de poder clandestinamente armado, impulsionados pela impunidade histórica de que sempre desfrutaram.” (“Documento denuncia violência no campo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio de 1983, A12).

O texto veiculado ainda trouxe à memória de que, durante as campanhas salariais de 1979 a 1982, os trabalhadores rurais do estado foram exemplares no quesito de firmeza na luta, as conquistas sociais e o respeito à ordem jurídico-legal. Continuava o documento: “Aonde chegaremos, se até mesmo o sagrado direito de reclamar e de testemunhar na justiça do trabalho é ‘exemplado’ por patrões com espancamentos de cipó de boi?”. Por fim, o mês de maio foi fechado com notícia sobre o caso anterior⁸⁴, assim como o objetivo deste documento enviado pela FETAPE ao Palácio das Princesas, sede do governo do estado de Pernambuco. Nele se detalha e elenca em oito tópicos enumerando os últimos casos de violência, tentativas de assassinatos e mortes contra trabalhadores e suas famílias praticados por proprietários e seus capangas contratados na Zona da Mata canavieira do estado, ainda inserindo os nomes dos trabalhadores, nomes dos acusados, os crimes e as suas motivações, em sua maioria com objetivo de expulsar os trabalhadores dos sítios e em retaliação a algum processo movido na Justiça do Trabalho.

No mês seguinte, foi veiculada acusação encaminhada pela FETAPE à DRT na qual apontou-se o caso de violência no engenho Pitangueira, pertencente à usina Tiúma, no município de Paudalho. A vítima foi a agricultora Maria José Xavier, assalariada e fichada há 15 anos no engenho, que teve seu sítio destruído, onde plantava sua roça de subsistência. Os responsáveis foram um grupo de 33 homens armados, acompanhados de cabos e administradores, que destruíram o sítio da vítima e ainda se apropriaram da mandioca produzida. A federação afirmou que, “do ponto de vista criminal, está tipificado o ilícito penal de roubo. Do ponto de vista trabalhista, violação do contrato de trabalho, da legislação do Sítio e do Dissídio Coletivo. Do ponto de vista civil, turbção da posse e ato ilícito”.⁸⁵ Outra agressão denunciada ocorreu no município de Escada, no Engenho Massauassu Grande, da Usina de mesmo nome, onde 44 bananeiras pertencentes ao trabalhador rural Domingos Cosmo da Silva, empregado da usina há 21 anos, foram destruídas pelo administrador do engenho. O trabalhador havia recebido a orientação do

⁸⁴ “Federação explica casos de morte ao governador”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio de 1983, A12.

⁸⁵ “Fetape denuncia três casos de violência à DRT contra camponeses”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 de junho de 1983, A27.

Sindicato de que poderia plantar sua lavoura de subsistência nas terras desocupadas por direito garantido por lei. Diante dos ocorridos, o trabalhador encaminhou à Justiça do Trabalho uma ação que pedia a rescisão do contrato de trabalho indireto que mantinha com a empresa. Por último, a Federação denunciou que em Carpina, a Granja Santa Maria, propriedade do fornecedor de cana Ernany Wandeley do Rego, todas as fruteiras existentes do trabalhador rural Pedro João da Silva foram destruídas em retaliação pelo ajuizamento da reclamação trabalhista perante a Justiça. A granja vinha descumprindo as cláusulas do Dissídio Coletivo então entregando comprovantes de pagamento aos trabalhadores fichados, e se utilizando de trabalhadores clandestinos, como era o caso do trabalhador Pedro João da Silva.

Mais uma denúncia veiculada de violência⁸⁶, destruição de plantações, ameaça e espancamento de trabalhadores, desta vez na cidade de Orobó. O acusado foi o proprietário da fazenda Caiçara Dorgival Roberto, que investiu com capangas contra trabalhadores que ocupavam pequenas glebas de terra. A denúncia apontou que os trabalhadores haviam ingressado na Justiça do Trabalho e obtiveram ganho de causa. Em retaliação, o proprietário acompanhado de capangas invadiu a propriedade do trabalhador, destruiu sua plantação e derrubou os marcos colocados pela Justiça na terra. O proprietário também ordenou a derrubada da casa de um dos trabalhadores, além de ordenar que os capangas atirassem nos agricultores, caso continuassem suas atividades rotineiras. Paulo Roberto, seu filho, também foi acusado de agredir um morador do engenho, que foi pisoteado pelo burro que montava. Ao notar que seria atingido por arma de fogo, a vítima fugiu para a casa de outra moradora, Josefa da Paz da Silva. O homicídio foi evitado por interferência de terceiros, no entanto o trabalhador ainda foi agredido com coronhadas na cabeça. A FETAPE clamou por providências urgentes antes que ocorresse uma verdadeira chacina na área.

Ainda em julho, mais um caso de espancamento de trabalhador rural denunciado à SSP pela FETAPE. A vítima desse caso foi o trabalhador José Fidélis da Silva, que se encontrava internado no Hospital de Restauração, apresentando fraturas em uma das pernas e múltiplos ferimentos generalizados, consequência do espancamento. A vítima era assalariada do engenho Petribú desde o ano de 1955 e sempre apresentou comportamento exemplar. Segundo a FETAPE, o “sr. Mário Siqueira, novo arrendatário,

⁸⁶ “Fetape denuncia violência contra trabalhadores rurais”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 de julho de 1983, A10.

implantou no engenho um regime de trabalho de semiescravidão, que já foi, inclusive, constatado pela DRT, mandando espancar, há cerca de dois meses, o trabalhador Reginaldo da Silva, caso que foi comunicado ao delegado regional de Limoeiro”⁸⁷. A motivação para o espancamento de José Fidélis teria sido o seu comparecimento para testemunhar em uma ação trabalhista. A FETAPE solicitou que o andamento do inquérito fosse feito por um delegado especial, já que o delegado de Limoeiro “não merece confiança da Fetape e do STR de Carpina e Lagoa de Itaenga, mesmo porque contribuiu recentemente para um flagrante contra o trabalhador rural João Severino de Santana, no engenho Fortaleza, palco de vários espancamentos recentes e objeto de ação da Secretaria de Segurança Pública”. No mês seguinte, a FETAPE denunciou o assassinato do trabalhador rural Josias Paulino⁸⁸, e assim como no caso anterior, solicitou delegado especial ao secretário de Segurança Pública do estado, Sérgio Higino. Em setembro, mês da Campanha Salarial, as denúncias continuam sem cessar. Em Petrolândia⁸⁹, o delegado sindical do STR do Polo Sindical de São Francisco, Josias Paulino de Almeida foi assassinato a tiros, na presença de menores, que após o ocorrido foram amarrados e ameaçados de morte caso denunciassem o crime. A vítima já vinha sendo ameaçada nos últimos meses pelo ex-prefeito de Ibimirim.

Iniciada a Campanha Salarial de 1983, o jornal veiculou notícia em que apresentava vários casos de violência ocorridos desde o primeiro dia de greve dos trabalhadores rurais. As denúncias foram feitas pela FETAPE e a maioria das vítimas eram dirigentes sindicais, impedidos de entrar nos engenhos para organizar o movimento paredista. O primeiro dia de greve foi marcado pelo assassinato de Amaro Vicente da Silva, no município de Palmares, no engenho Poço, que tinha como proprietário Romildo Brandão e como autor do crime o administrador Amaro Marcolino. José Francisco, presidente da CONTAG, chama atenção das autoridades para as arbitrariedades e violência contra os trabalhadores paredistas, dada a completa legalidade do movimento. No entanto, ainda afirmou que a Lei de Greve estava sendo descumprida pela classe patronal, que tinha contratado trabalhadores clandestinos para realização das tarefas. O presidente da CONTAG explica:

⁸⁷ (“Fetape denuncia novo caso de espancamento de rurícola”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de julho de 1983, A15).

⁸⁸ (“Pedido delegado especial”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de agosto de 1983, A27).

⁸⁹ “Morte de sindicalista é denunciada”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º de setembro de 1983, A15.

Em Paudalho, no engenho Caraúbas, de propriedade de Geraldo Guerra, elementos desconhecidos atiraram contra a casa do secretário do Sindicato, João Eurico. No engenho Cachoeira Tapada, também em Paudalho, a líder sindical Socorro dos Santos encontra-se ameaçada de morte, enquanto os trabalhadores foram obrigados a trabalhar sob a mira de armas. Em Vicência, no engenho Rivira, o proprietário Napoleão Xavier de Moraes espancou o tesoureiro do Sindicato, José Valério do Nascimento, ferindo-o com a coronha do revólver na cabeça e lançando contra ele o cavalo. No Cabo, no engenho Bom Jardim, o secretário do sindicato, José Américo Firmino da Silva, também foi espancado pelo proprietário José Geraldo Carneiro, e em Barreiros, o presidente da entidade classista, Amaro Francisco da Silva, encontra-se ameaçado de morte e a Polícia local está impedido a paralisação, utilizando-se da força. (“Morte de trabalhador aumenta tensão no campo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de setembro de 1983, A7).

A notícia ainda reuniu os principais direitos de acordo com a Lei de Greve e que foram distribuídos em panfletos para os trabalhadores na região: 1) Os grevistas podem chamar os companheiros para aderir ao movimento; 2) Os grevistas podem fazer propaganda da greve com cartazes e folhetos; 3) A Lei proíbe os patrões de substituírem os trabalhadores em greve; 4) O grevista não pode ser cortado do emprego; 5) O grevista não pode ser perseguido ou ameaçado; 6) A diretoria do Sindicato não pode ser presa por convocar a greve.

A notícia seguinte elencou diversos casos de violência que foram notificados pela FETAPE durante o período de greve⁹⁰. Segundo o texto, foi enviado um grupo de advogados para o campo a fim de verificar a situação de tensão, enquanto todas as denúncias foram anotadas e encaminhadas para SSP. Em Jaboatão, seis homens armados espancaram dois trabalhadores. No Engenho São Joaquim, o fiscal conhecido como Rui, acompanhado de quatro capangas e armados com espingardas, ameaçou trabalhadores e em especial o delegado sindical Luiz Amaro dos Santos. No Engenho Calixto, da Usina Jaboatão, o administrador Armando tentou espancar o trabalhador Antônio José Barbosa. No Engenho Santana, o administrador ameaçou de morte o delegado sindical Galdino.

⁹⁰ “Denunciadas violências”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de setembro de 1983, A11.

Em Tracunhaém, o gerente da usina Matary e proprietário do engenho Joá, Barroso, percorreu o engenho acompanhado da Polícia, tomando as facas dos trabalhadores e obrigando-os a trabalhar. Em Barreiros, o prefeito da cidade, Linaldo Ferreira, recrutou a polícia e colocou-a de plantão no Engenho Caracu, de sua propriedade, para forçar os grevistas ao trabalho, sem, entretanto, alcançar os seus objetivos. Levou 20 pessoas para substituir os grevistas, o que era contra a Lei. No Engenho Santo Antônio, de propriedade de Antônio Albuquerque, também descumprindo a Lei de Greve, levou um caminhão de trabalhadores trazidos de fora para substituição dos que estavam parados. Em Moreno, o gerente da fábrica Pitu, Paulo, tentou impedir o aliciamento pacífico que estava ocorrendo pelo Sindicato na entrada do Engenho Pinto. Armado com uma espingarda 12, o proprietário ameaçou o presidente do STR Severino José Cândido Filho, os sindicalistas que o acompanhavam e mais 30 trabalhadores que atenderam ao pedido das lideranças para descerem do caminhão que os transportavam. Em Aliança, o proprietário do Engenho Gameleira, Marcelo de Melo Cavalcanti, compareceu armado à Rua do Rosário onde residiam trabalhadores clandestinos, ameaçando e forçando-os a trabalhar. Em Timbaúba, foi denunciado o policiamento ostensivo nas pontas de ruas, onde existia grande concentrações de trabalhadores clandestinos. No município de Igarassu, o vigia da Agrovila Botafogo, da Usina São José, ameaçou de morte o presidente do SRT, Pedro de Assunção, proibindo-o de entrar na agrovila. Trabalhadores foram testemunhas da ameaça. Em Limoeiro, o proprietário do Engenho São José, Cloves Coutinho Pereira, recrutou o genro do Coronel Chico Heráclito, Joca, para rondar sua propriedade, a fim de intimidar os trabalhadores a voltarem ao trabalho, sob a mira de armas. Em Amaraji, o presidente do STR, Manoel Moisés de Moura, denunciou incêndio no canavial do Engenho Garra, pertencente à Usina União e Indústria, provocado por pessoas estranhas ao município.

No mês seguinte, passada a Campanha Salarial e julgado o dissídio coletivo, a FETAPE denunciou⁹¹ violência contra trabalhador José Dias de Souza, que prestava serviços no Engenho Bombarda. A vítima sofreu tentativa de homicídio pelo administrador do engenho, José Eraldo da Silva, que disparou contra ele, de arma de fogo, no seu local de trabalho. A presidência da Federação solicitou à SSP que um inquérito fosse aberto para apurar os casos de violência ocorridos também nos Engenhos Fortaleza

⁹¹ “Trabalhador rural é vítima de violência no Engenho Bombarda”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de outubro de 1983, A27.

e Petribú. Em resposta⁹², o jornal veiculou mais uma notícia sobre essa tentativa de homicídio, que, dessa vez, foi desmentida pelo acusado que disse nunca ter apontado arma de fogo para nenhum trabalhador. Representantes dos engenhos Petribú e Fortaleza disseram que essa era uma estratégia conhecida da FETAPE para atacar os usineiros.

A última notícia correspondente ao ano de 1983⁹³ no que se refere aos casos de violência cometidos contra trabalhadores reportou que, após 30 dias de conclusão do inquérito policial que apurou o crime cometido contra o trabalhador rural e dirigente sindical Josias Paulino de Almeida, na Serra da Inveja, os criminosos permaneciam soltos. Ainda, a sobrinha da vítima foi sequestrada, a menor Mônica Paulino da Silva, certamente para impedir o prosseguimento da apuração do assassinato. O segundo crime ocorreu no dia 11 de setembro, quando a família de Josias efetuava as primeiras denúncias do crime. Um documento feito pela FETAPE e assinado por 7 sindicatos da região foi encaminhado para o governador, Roberto Magalhães.

As notícias do *Diário de Pernambuco* tratadas neste capítulo foram selecionadas com o objetivo de demonstrar a luta pelo cumprimento das cláusulas dos dissídios coletivos, pois remetem aos aspectos da luta cotidiana para manutenção dos direitos ao longo do primeiro semestre dos anos. A recusa da classe patronal em cumprir os acordos julgados pelo TRT dias após a Campanha Salarial seguida de greve nos permite afirmar que a luta dos canavieiros não se dava apenas no período de safras, quando se organizava por dentro da Lei de Greve, mas sob uma forte perseguição e violência durante todos os períodos do ano, fazendo o enfrentamento de classes para que o mínimo de suas conquistas fosse cumprido. No capítulo seguinte, procuraremos analisar como a FETAPE, no século XXI, aborda este passado de luta dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, especialmente o período do ciclo de greves, em materiais produzidos por sua Academia Sindical e destinado às novas gerações.

⁹² “Denúncia da Fetape é contestada”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de outubro de 1983, A13.

⁹³ “Fetape quer crime esclarecido”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 de dezembro de 1983, A8.

– Capítulo 3 –

Narrativas da FETAPE: análise da elaboração sobre o passado a partir das fontes do tempo presente

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225)

Além do debate teórico tecido no primeiro capítulo, o segundo capítulo foi embasado em fontes constituídas por materiais impressos e digitais, entrevistas concedidas pelos líderes sindicais da região presentes nos livretos e revistas, e que foram, no geral, desenvolvidas ao longo do século XX, especialmente durante o ciclo de greves canavieiras (1979-1984), e, majoritariamente, pela própria FETAPE, sendo catalogadas, organizadas e divulgadas por sua Academia Sindical. Parte dessa análise foi feita também a partir de notícias publicadas naqueles anos no jornal *Diário de Pernambuco*, uma empresa de comunicação de forte poder de veiculação de notícias no estado. Nesse sentido, por meio do cruzamento das narrativas presentes nessas fontes no segundo capítulo, foi possível construir interpretações acerca de aspectos do ciclo de greves na temporalidade de sua ocorrência, ou seja, entre os anos de 1979 a 1985, assim como, espera-se, estimular a produção de outros questionamentos para aprofundamento em novas pesquisas.

Nessa direção, este último capítulo da Dissertação é dedicado a identificar os elementos estruturantes que compõem a construção narrativa da FETAPE sobre o ciclo de greves desenvolvida em outra temporalidade, a das duas primeiras décadas do século

XXI, a partir de textos onde são rememoradas as lutas, as conquistas e as estratégias utilizadas pela classe trabalhadora rural naquele momento histórico anterior. As fontes foram produzidas no século XXI em comemorações anuais de aniversário da Federação, ou em marcos importantes para o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) de Pernambuco. Além da produção e arquivamento pela Academia Sindical FETAPE, estas fontes foram distribuídas em sindicatos da Zona da Mata Norte e Sul, direcionados especialmente aos trabalhadores sindicalizados e organizados. Sendo assim, identificados os elementos estruturantes da narrativa presente nesses textos da Academia Sindical da FETAPE em meio ao processo de construção de sua cultura histórica, a pesquisa caminhará para a análise final, buscando fechar o ciclo iniciado no primeiro capítulo e trazer possíveis respostas a perguntas feitas no início desta Dissertação, a fim de instigar pesquisadores do tema a darem continuidade às análises desse período importantíssimo para a história e complexificação da classe trabalhadora do Nordeste.

Entre as fontes analisadas a seguir, apenas uma delas não foi uma produção direta da FETAPE, o livro autobiográfico de Romeu da Fonte, publicado no ano de 2009. Embora sua publicação não tenha se dado através da Federação, como visto no capítulo anterior o autor foi um agente relevante no histórico não só do ciclo de greves canavieiras, como em toda a história da Federação no estado de Pernambuco, visto que trabalhou a maior parte de sua vida como advogado da entidade. As demais fontes foram produzidas pela própria FETAPE, publicadas e divulgadas entre os anos de 2002 e 2018. Estão classificadas como jornais e revistas da própria Federação e têm como temáticas gerais o olhar histórico da FETAPE sobre si ao longo dos anos desde sua fundação no ano de 1962. O conjunto de fontes tem identificado como responsável editorial o presidente da Federação correspondente ao seu ano de publicação, sendo assim, três presidentes são citados como parte dos editoriais: em *4 décadas de luta*, publicada no ano de 2002, o presidente da Federação era Aristides Santos; no ano de 2012, quando o presidente era Doriel Saturnino de Barros, foram realizadas três publicações nomeadas, respectivamente, de *Uma história de luta e conquistas*, *Ao olhar nossa história, encontramos forças para lutas do presente* e *50 anos: a força que vem do campo*; nas publicações feitas em 2013, 2014 e em 2016, intituladas respectivamente *Delegacia sindical: o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais fortalecendo a relação com a base*, *O campo o meu lugar de viver, ver e transformar* e *Academia*

Sindical FETAPE: é preciso conhecer para poder dar valor, o presidente seguia sendo o mesmo desde o ano de 2012. Por fim, a publicação de 2018, *A história do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começa aqui em Pernambuco*, contou com a redação feita por Severino Francisco da Luz Filho, atual Assessor da Academia Sindical FETAPE.

Considerando as fontes citadas, foi possível construir uma das interpretações possíveis acerca da Academia Sindical FETAPE no século XXI, demonstrando a cronologia dos fatos como elemento central da elaboração da FETAPE sobre sua própria história. A perspectiva que foi elaborada até esse momento da Dissertação, de compreensão do processo histórico do ciclo de greves de 1979 a 1985 a partir da análise das fontes produzidas no período, se une com a análise acerca das fontes produzidas no tempo presente. Portanto, ao final deste capítulo estarão delineadas as compreensões de cultura histórica, cultura historiográfica e consciência de classe da FETAPE, por meio de sua Academia Sindical, e, ainda, a interrelação com os demais elementos que caracterizam a elaboração da história do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, cronologicamente elaboradas pela FETAPE.

3.1. O perfil e os propósitos da Academia Sindical da FETAPE: um instrumento de consciência histórica e de classe

Diante da análise construída até esse momento, podemos concluir, a partir das reflexões sobre o *fazer-se* da classe trabalhadora elaboradas por E. P. Thompson, que o processo de construção da categoria dos canavieiros de Pernambuco, enquanto classe trabalhadora, foi se desenvolvendo ao longo do século XX, atingindo o seu ápice no início da década de 1960. Compreendendo, assim, que o processo histórico de formação da classe trabalhadora é intrinsecamente complexo e dinâmico, não se assemelhando a uma estrutura social, mas sim a um fenômeno histórico, os trabalhadores da cana, no recorte temporal em que tratamos, ao mesmo tempo em que compartilhavam suas experiências, dando significado a sua percepção de identidade de grupo, também elaboravam a sua consciência de classe. Sabendo que não há fórmulas ou roteiros, a consciência de classe é um processo de como as experiências são interpretadas e tratadas nos meandros interiores das classes trabalhadoras, entre pessoas reais e contextos palpáveis. Nesse ponto, a elaboração teórica de Thompson na importante obra *A formação da classe operária inglesa* sintetiza esse pensamento:

A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (THOMPSON, 2011, p. 10)

Nesse sentido, o historiador inglês nos apresenta a consciência de classe como uma instância da práxis, cuja existência é determinada (condicionada) por relações sociais de produção, mas sempre em dinâmicas históricas próprias, ou seja, não de forma automática e estanque, mas sob formas históricas diferentes em cada tempo e espaço. Assim, consciência de classe é construída por meio da história, o que envolve também formas de consciência histórica. Por isso, o fazer-se da classe dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, ao longo da segunda metade do século XX, em especial durante o ciclo de greves, é tão caro para a compreensão da análise que desenvolvemos nesse capítulo. O recorte histórico que privilegiamos nesse trabalho nos dá elementos relevantes para compreensão de processo histórico dos trabalhadores canavieiros, mas principalmente dos agentes da Academia Sindical FETAPE nas primeiras décadas do século XXI, ao se voltarem para seu passado, a fim de tecer coletivamente sua narrativa sobre a própria história da Federação. Portanto, no movimento de olhar para o passado e revisitar os eventos históricos vividos pela categoria, os narradores da história compreendem que a classe se fazia enquanto viviam sua própria história. Nesse sentido, não só têm a tarefa de recontar o que foi enfrentado e conquistado, mas de costurar experiências individuais, dores compartilhadas, minimizar contradições e conflitos internos, e, a partir desses esforços conscientes, construir uma história coletiva com manifestas intenções.

Para compreender o processo de consciência histórica e cultura histórica que perpassam os sentidos da Academia Sindical FETAPE, considero a publicação *Academia Sindical FETAPE* (2016) o material que embasa a análise das demais fontes, pois se apresenta como um guia para conhecer os pilares dessa organização interna à Federação. O subtítulo do panfleto de autoria de Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz), *É preciso conhecer para poder dar valor*, publicado pela FETAPE no ano de 2016, apresenta de modo didático, simples e ao mesmo tempo rebuscada, já que foi escrito todo em poesia, a história da Academia Sindical FETAPE, descrevendo seu propósito de existência e sua criação. A escrita em forma de cordel demonstra a relevância da cultura popular para esses agentes, sendo um estilo narrativo que une arte e história, e não uma escrita prioritariamente típica do fazer historiográfico acadêmico. Ainda, a forma denota

diretamente o público ao qual ele é destinado, os trabalhadores rurais afiliados aos sindicatos, e que possuem um contato mais próximo com os sindicatos rurais de seus municípios, ou aqueles que comparecem aos eventos organizados pela FETAPE, podendo assim receber em mãos os materiais que analisamos. É justamente essa característica da escrita dessa fonte que evidencia o propósito da Academia Sindical em criar um elo de comunicação real e possível com os trabalhadores. Assim, elegeu-se a forma mais viável de narrativa que possibilita o diálogo e entendimento entre sujeitos que partilham entre si o sentido de identidade, que, por sua vez, transcorre elementos culturais, de tradições orais, musicais e repentistas, as quais são valorizadas e reconhecidas pela FETAPE em seus eventos e vivências comuns.



Imagem 06 – Capa do Folheto Academia Sindical FETAPE
É preciso conhecer para poder dar valor
Na qual se vê as entidades promotoras da publicação.
DA LUZ FILHO, Severino Francisco (2016).

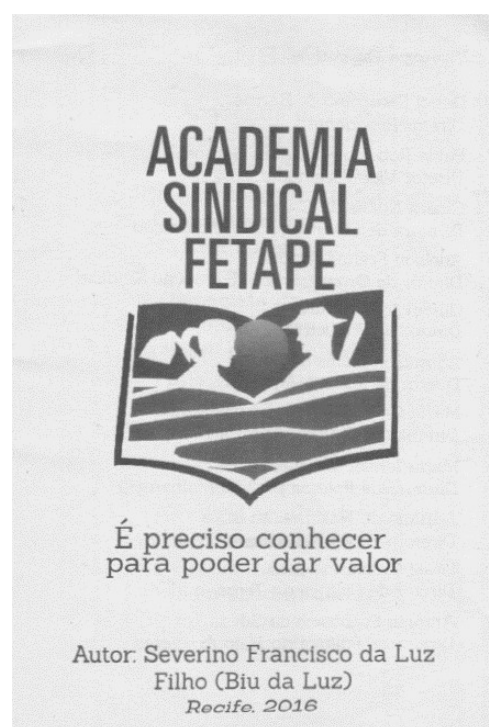


Imagem 07 – Segunda página do Folheto onde se lê o nome do autor, local e data.
DA LUZ FILHO, Severino Francisco (2016).

Em versos, Biu da Luz, assessor sindical já apresentado nos capítulos anteriores, explica o que é a Academia Sindical:

*É um lugar de estudo
De resgate da história
De busca de informação
Que existe na memória
Informa como se deu
E como foi a trajetória*

*A Academia Sindical
Vai ajudar a resgatar
A nossa história de luta
Na fonte vamos buscar
E vai servir para todos
Que possam interessar*

*O local da Academia
Por enquanto é Carpina
Pelo tempo de criada
Ela é muito menina
E para crescer precisa
Tomar muita vitamina*

*Vitamina é o trabalho
Que cada um vai fazer
É a história de luta
Que o irmão vai dizer
É a luta do Sindicato
Que a gente quer saber*

*Quem conhece a história
Sabe a ela respeitar
Sabe o quanto foi difícil
Essa luta implementar
É isso que a Academia
Tem vontade de contar*

*A Academia não pretende
Fazer endeusamento
E sim fazer gratidão
A quem luta no Movimento
Resgatar a história*

De lutas e sofrimento

A história do Sindicato

A Academia quer saber

Os/as atores/as da história

Precisamos conhecer

E os objetivos da luta

Você precisa escrever

O [ilegível] saber da Academia

A gente vai responder

Pergunte a si mesmo

O que precisa fazer

Tome a iniciativa

Para lutar e vencer

Vamos resgatar a luta

Da mulher trabalhadora

Daquela que sempre foi

Grande batalhadora

E juntar a juventude

Que é força inovadora

(DA LUZ FILHO, 2016, p. 2-5, grifos meus.)

A leitura dos versos possibilita compreender, a princípio, que Academia Sindical é mais que um lugar, é um instrumento da FETAPE enquanto Federação Sindical. A partir dessa prévia conclusão, e das demais informações que veremos sobre a concepção da Academia Sindical, entendemos que essa ideia emergiu das antigas lideranças sindicais do movimento por reconhecerem o poder que tem o resgate do histórico das lutas, possibilitando a solidificação da noção de consciência histórica e classe junto à categoria, servindo como um meio para chegar a este propósito. Nesse sentido, a elaboração de pensamento de Schaff (1995), segundo o qual a teoria precede os fatos históricos, conforme trazido no primeiro capítulo, e os objetivos da Academia Sindical, apontados aqui, se convergem, pois são esses agentes narradores dessa história que definem a linha cronológica de acontecimentos importantes para o fazer-se da narrativa da história do MSTTR de Pernambuco. Dentro desse aspecto também há a inflexão de gênero na escrita de Biu da Luz quando fala que precisamos conhecer “os/as atores/as da história”. É significativo identificá-la dentro desta análise, pois veremos adiante que a presença das

questões de gênero é mencionada nas fontes do tempo presente como um elemento que sempre existiu na práxis das décadas de luta, contudo não integrava as motivações e pautas durante um período considerável, especificamente nas fontes produzidas ao longo do século XX. Sendo assim, são motivações e questionamentos do tempo presente que movem os sentidos da história, pois a identificação da ausência da construção da história feita pelos próprios agentes dela é que moveram os idealizadores e organizadores da Academia Sindical FETAPE a se voltarem para o passado, organizar as memórias, e compartilhá-las, como guardiões.

Essa primeira poesia evidencia também o que se busca conhecer e organizar é a história do Sindicato, ou seja, a luta dos trabalhadores sindicalizados. Por essa narrativa da FETAPE, passa-se a estabelecer uma simbiose entre a história dos sindicatos rurais e a história dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, ainda que, na realidade, haja também outros aspectos que fazem ser mais complexa essa referida unidade. Por outro lado, o poema afirma que essa história dos/das trabalhadores/as canavieiros/as e da FETAPE é a uma história que não deve ser “endeusada”, mas que precisa ser valorizada e conhecida, com o propósito também de “fazer gratidão” por dado todo sangue derramado durante as lutas do século passado, incluindo as lutas do ciclo de greves, portador de um relevante significado para a história do MSTTR. Desse modo, ao apresentar ao leitor a Academia Sindical, são deixados intencionalmente à mostra nos versos seus objetivos, pois tais agentes têm consciência de que fazem parte do processo histórico sobre o qual se propõem a contar, tanto no passado quanto no presente, convidando seu público-alvo prioritário, os próprios trabalhadores rurais, a se integrarem nessa história, para a qual, para tomar parte de forma consciente, é preciso também conhecer seu passado, conforme indicam os versos já reproduzidos acima: *“O [ilegível] saber da Academia / A gente vai responder/ Pergunte a si mesmo / O que precisa fazer / Tome a iniciativa / Para lutar e vencer”*.

Assim como Schaff (1995) aponta, o processo cumulativo de conhecimento traz a ideia de estar mais próximo da realidade, e esse aspecto é valorizado pelos agentes da Academia Sindical, pois, como veremos a diante, foram eleitas lideranças importantes da Zona da Mata Norte e Sul para compartilharem suas experiências, as quais se convergem para moldar um arcabouço sólido para a escrita da história da Federação. Nessa dinâmica, os proponentes dessa ideia, além de terem sido agentes envolvidos nos eventos da virada

da década de 1970 a 1980, mostram serem os agentes que idealizaram a Academia e que produzem esse conhecimento em torno dela, ao definirem seu propósito e o seu alvo.

Ao final do panfleto, o texto indica que os idealizadores da Academia Sindical enxergam e consideram a necessidade de inclusão das mulheres em todos os quesitos da luta, inclusive, nas memórias. Trata-se do último trecho da poesia, que remete especificamente às mulheres enquanto força reconhecida e valorizada dentro da luta, unindo-as com a força da juventude (ou seja, o futuro, também público-alvo almejado dos esforços da Academia Sindical para a continuidade das lutas do passado): “*Vamos resgatar a luta / Da mulher trabalhadora / Daquela que sempre foi / Grande batalhadora / E juntar a juventude / Que é força inovadora*”. O mesmo se viu e se verá em diversas passagens onde se observam inflexões de gênero, ao estilo “trabalhadores/as”, entre outros “os/as”.

Esse elemento retoma outra concepção presente em Schaff (1995), para quem que as questões trazidas como demandas do tempo presente conferem sentido para interpretações do passado, quando notamos que, ao longo do capítulo 2 desta Dissertação, quando analisamos as fontes produzidas durante o ciclo de greves, não foram identificadas pautas das trabalhadoras rurais da cana-de-açúcar de modo específico. Ainda que pautas específicas não estivessem presentes nas fontes que analisamos anteriormente, Biu da Luz faz referência elogiosa às mulheres, “sempre foi grande batalhadora(s)”. É importante destacar essas diferenças acerca da ausência e presença da mulher como agente no processo histórico: o fato de não ter emergido uma pauta própria das mulheres na documentação do ciclo de greves não significa que elas não estivessem participando de forma ativa nos movimentos. Apesar dessa participação, não houve força para que essas pautas surgissem, ou, caso tenham surgido, é provável que tenham sido silenciadas e invisibilizadas, como pautas que não eram consideradas urgentes e unificadoras, segundo a correlação interna de forças. Na Paraíba, ao contrário, as mulheres conseguiram impor essas pautas e criaram até mesmo movimentos específicos, conforme demonstra, entre outros estudos, a Dissertação de Janaína Vicente da Silva⁹⁴. De todo o modo, se a presença e pautas femininas foram invisibilizadas no passado das lutas canavieiras de Pernambuco, elas não podem mais ser esquecidas no presente, o que força a busca por referências suas nas atuais reflexões sobre o passado. Veremos adiante

⁹⁴ DA SILVA, Janaína Vicente. *As mulheres vão à luta: experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991)*. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação da UFPB, 2022.

que esse não é o único material a pontuar essa questão: a indicação das mulheres na história de lutas da FETAPE está presente em todas as demais fontes produzidas no tempo presente (século XXI), reforçando a ideia de Schaff de que as problemáticas do tempo presente guiam nosso olhar para o passado e, aqui, acrescento, também para o presente e o futuro que se quer construir: entre o ciclo de greves e os escritos da Academia Sindical, as lutas das mulheres fizeram reconhecer a necessidade mais latente do protagonismo feminino e de suas pautas específicas às lutas sindicais dos trabalhadores canavieiros.

Como já apontado, a Academia Sindical FETAPE foi criada no ano de 2012, ano em que a Federação completou 50 anos desde sua fundação. No trecho a seguir, os propósitos da Academia Sindical foram colocados de modo objetivo por ocasião da efeméride de meio século de existência da entidade, com vistas ao futuro e os desafios da “nova realidade”:

Nos 50 anos da FETAPE

Surgiu a necessidade

De resgatar a nossa história

Com responsabilidade

Envolvendo o Movimento

Na nova realidade

(FETAPE, 2016, p. 6)

Como já foi mostrado em outras palavras anteriormente, a “nova realidade” citada no trecho pode ser compreendida como as novas pautas do tempo presente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, entre elas a pauta das mulheres na luta, da juventude e terceira idade, tendo em vista também as análises das outras fontes trabalhadas mais à frente.

A afirmação de que não existem donos da Academia Sindical é presente na narrativa. Ela pertence a quem quiser colaborar com seus objetivos, como consta a frase “se quer prestar serviço será bem-vindo”. Nesse trecho é possível interpretar a expressão “prestar serviço” como oferecer mão de obra para trabalhar na parte prática da organização e criação da Academia Sindical, assim como no oferecimento de documentos, doação de fontes e relatos pessoais.

Nessa direção, resgatar a história por meio da memória também significou para a FETAPE entrevistar as antigas lideranças das lutas no estado de Pernambuco, conhecidas como as *Memórias Vivas*. Através de uma votação feita entre todos os polos, foram eleitas

lideranças das regiões para que representassem a história através de suas experiências, mais diretamente por meio de seus relatos de vida e trajetórias dentro da Federação. Vale ressaltar que entre 8 homens, apenas 2 mulheres foram eleitas como *Memórias Vivas*, Arlinda do Sertão Central e Agustinha do Araripe. A interpretação dessa informação me remete diretamente ao pensamento de Ricoeur (2007), quando fala de ideologização da memória, como aquela que é incorporada a uma determinada identidade coletiva e sua narrativa passa a ser configurada para fins específicos desse grupo. Nessa perspectiva, a escolha das lideranças para prestarem seus testemunhos são determinantes para o fio narrativo que foi construído em decorrência disso. Do mesmo modo que, ao selecionar agentes em meio a um grande coletivo, consequentemente vivências são também selecionadas e uma narrativa é construída a partir desse pequeno conjunto de experiências, deixando inevitavelmente “de fora” um leque de outras perspectivas da história dos trabalhadores rurais na Federação e do ciclo de greves canavieiras. Afirmar que tudo começa pelo testemunho, como faz Ricoeur (2007), a atividade prévia à catalogação e arquivamento, é de grande importância e deve ser colocada em evidência, pois é nesse momento que a dimensão social do trabalho de recordação se apresenta. O acesso às memórias desses agentes históricos selecionados transita por um pensamento coletivo, que por sua vez nasce da identidade da categoria de trabalhadores canavieiros, que partilham de histórias de vida semelhantes, assim como a participação na luta sindicalizada e institucionalizada pela FETAPE. Ainda, a escolha final das lideranças demonstra a valorização e confiabilidade que o grupo dá ao testemunho dessas pessoas, mostrando o vínculo social delas dentro um imenso coletivo de trabalhadores. Entretanto, partindo dessa mesma perspectiva de Ricoeur, a escolha de apenas 2 mulheres, em um grupo de 10 pessoas, para integrar as *Memórias Vivas* também é um indicativo de um elemento relevante ao qual já mencionamos, que são as ausências das pautas das mulheres trabalhadoras rurais em um tempo passado e a presença dessas demandas no tempo presente, inclusive no próprio resgate das memórias. Nesse sentido, os testemunhos das *Memórias Vivas* são a representação de um passado dada pela ação de compartilhar, assim como moldaram interpretações possíveis e validadas pela classe que os escolheu.

Seguindo a análise da fonte, foi oferecido um curso de bibliotecários para os colaboradores da Academia Sindical, a fim de que esse conhecimento pudesse ser utilizado de modo a orientá-los e auxiliá-los no processo de catalogação dos documentos, organização e arquivamento. Esse é um dado relevante, pois, como veremos, a FETAPE

manteve ao longo dos anos a tradição de oferecer cursos de formação aos trabalhadores e membros de sua organização interna para fins diversos, mas sempre com o objetivo central de profissionalizar e formalizar atividades que envolvem a Federação. Dentro da interpretação em desenvolvimento, esse elemento de organização de fontes e “provas documentais” pode ser entendido como a busca de legitimação da Federação, em especial, em sua perspectiva histórica. Desse modo, evidenciam-se as intenções que movem as formações, a preocupação com o conhecimento histórico, e a noção de cultura histórica do próprio MSTTR.

Na construção da narrativa sobre sua própria história, são destacados os congressos já realizados pela FETAPE desde a década de 1980, no sentido de reforçar o propósito da Academia Sindical em resgatar esses homens e mulheres que protagonizaram, de alguma forma, o passado de lutas dos canavieiros articulados entorno da própria entidade, como demonstra os trechos que se seguem:

*O primeiro oitenta e sete
O segundo em noventa
O terceiro em noventa e três
Data que não se inventa
O quarto em noventa e seis
Tem cara que nem comenta*

*O quinto em noventa e nove
Novo tempo chegando
O sexto dois mil e dois
Muitos atos renovados
O sétimo dois mil e seis
Você está lembrado*

*Dois mil e dez o oitavo
É hora de relembrar
Dois mil e quatorze o nono
Teve muito a renovar
A luta dos congressos
É preciso resgatar*

*A Academia resgata
Atores/as do passado
E os que vieram depois*

***Que estão engajados
Dessa forma lá um dia
Todos serão lembrados***

*Resgate até 1963
E durante a ditadura
A retomada das lutas
Com outra conjuntura
Muito padecimento
Na vida das criaturas*

***Alguns novatos na luta
Podem sofrer tentação
De pensar que foi agora
Que começou toda ação
Negando o passado
Sem fazer reflexão***

***A Academia quer unir
O presente e o passado
É a soma da história
Que dará o resultado
É o velho e o novo
No trabalho integrado***

(FETAPE, 2016, p. 18-20, grifos meus.)

A compreensão de que “não foi agora que começou toda a ação” traz a perspectiva de uma trajetória que foi vivida e construída coletivamente, com muita luta, e que “não foi fácil” para que fosse trilhado o caminho até o tempo presente. “Todos serão lembrados” é, literalmente, o lembrete de que a Academia Sindical deve existir para não deixar morrer ou se apagar na história os sujeitos que lutaram e deram suas vidas ao MSTTR. Nessa perspectiva, negar o passado não é uma opção, pois entende-se que apenas olhando para trás e conhecendo a história das lutas que se constrói no presente, como nos remetem as concepções de Koselleck (2006), sendo o passado e o presente os *espaços de experiência*, digno para os trabalhadores em um horizonte de expectativa, que são as possibilidades do futuro da classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos visualizar a Academia Sindical FETAPE como uma ponte forte que une o presente com o passado, em uma relação pela qual um não existe sem o outro, o que demonstra uma faceta da

compreensão de consciência histórica dos agentes da Academia Sindical, quando unem experiências de lideranças, que são trabalhadores comuns, ainda que eleitas dentro de um grande grupo, mas que têm nas mãos o poder de passar a diante os aprendizados colhidos através da luta e dos conflitos de classe, das conquistas e das perdas de direitos e de vidas. Nesse sentido, ainda que a história não seja, nem de longe, um jogo de cartas marcadas, pelo qual as experiências determinam matematicamente o futuro, o ato de rememorar, organizar e compartilhar a história dos canavieiros sindicalizados pela FETAPE pretende direcionar luz à consciência histórica e à consciência de classe desses trabalhadores para mirarem em um futuro possível.

Diante dessas reflexões, o plano efetivado de desenvolver um livro de memórias como “primeiro passo para entrar na história” reforça a ideia de exposição da trajetória da FETAPE por meio da trajetória individual das lideranças eleitas para contar suas histórias. Nesse sentido, apresenta-se uma combinação entre trajetórias individuais e trajetórias coletivas que se unem para a construção histórica e solidificação da cultura histórica da FETAPE. Sendo assim, a noção de cultura histórica presente nas elaborações da Academia Sindical perpassa a interrelação entre as experiências compartilhadas e a sociedade em que as vivenciam. Nessa perspectiva, a definição de cultura histórica que Rüsen (2016) elabora traz consigo a noção da relação subjetiva entre os sujeitos e a consciência histórica, na qual se faz e se vivencia na prática. Sobre isso, Biu da Luz explicou:

*Foi pensado um livro
Com as nossas memórias
Esse primeiro passo
Para entrar na história
Todos entrevistados
Nessa grande trajetória*

*Leia a sua história
E faça meditação
Veja como foi difícil
Fazer organização
Isso tudo aconteceu
Porque houve união*

*Depois do nono congresso
Será outro momento*

*Ouvir os sindicatos
Que formam o movimento
Cada um tem sua história
De luta e padecimento*

***A Academia incorpora
A luta dos militantes
De todos que faleceram
E os ativos praticantes
É lição para os novatos
Que são ainda estreantes***

***Novatos do Movimento
Serão também registrados
Depende de sua ação
Do seu trabalho integrado
E da solidariedade
No grupo representado***

***Se você é estreante
Das lutas sindicais
Precisa compreender
As histórias iniciais
O sofrimento da classe
Do Sertão aos canaviais***

***Os direitos de hoje
Ontem se foi buscar
Com a cabeça erguida
Sem se acomodar
Essa história é preciso
A gente saber contar***

(DA LUZ FILHO, 2016, p. 21-23, grifos meus).

O trecho acima me direciona inteiramente à compreensão da história e da memória como ideia-força de Walter Benjamin (1940), que aqui fica demonstrado em como as lideranças e participantes integrantes da Academia Sindical buscam rememorar suas experiências para agirem sobre a história, criando-a, construindo e compartilhando com velhas e novas gerações de trabalhadores rurais. Diante dessa perspectiva, a ideia de passar “aos novatos” a experiência por meio das memórias, possibilita-os conhecer a luta

não apenas através do sofrimento dos antigos, que não foi vivido em vão, mas por meio do despertar da consciência de classe no presente, o que remete intrinsecamente à consciência histórica ligada à ideia de processo histórico. Aos novatos é prometido que se trabalharem levando os ensinamentos dos antigos líderes também serão lembrados, fortalecendo o entendimento de cultura histórica valorizada como algo instrumental para o presente, como reportado, por exemplo, pelo trecho: “os direitos de hoje, ontem se foi buscar”.

A esta altura do desenvolvimento da análise dos livros e jornais produzidos pela FETAPE, posso previamente concluir que toda a construção narrativa da história do MSTTR passa, sobretudo, pela noção de consciência de classe como elemento fundamental. A memória construída pela FETAPE é estruturada não só pelos três elementos identificados ao longo da análise, mas por perspectivas teóricas firmes: consciência de classe, cultura histórica e consciência histórica.

A fim de solidificar a interpretação em construção acima sintetizada, outra fonte importantíssima analisada é a edição da revista FETAPE publicada no ano de 2014, nomeada *O campo meu lugar de viver, ver e transformar: uma homenagem às memórias vivas da Academia Sindical FETAPE*. É importante destacar que os textos apresentados nessa publicação são entrevistas de lideranças, as já mencionadas 10 memórias vivas da Academia Sindical FETAPE, entre elas, algumas também foram entrevistadas para esta pesquisa. O apoio à edição foi de Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz), o documento foi elaborado pela Equipe FETAPE de Apoio à Academia Sindical, composta por ele (Biu da Luz), Geogina Delmondes R. e Silva, Maria do Carmo Souza Ramos. A fonte contém entrevistas de Amaro Francisco da Silva Biá, Severino Domingos de Lima (Beija-Flor), José Francisco da Silva, Luiz de Rosa de Lima, Aluízo Bernardo da Silva, Antônio Marques dos Santos, José Soares Novais, Arlinda Antônia de Lima, Sebastião José Barbosa da Silva e Augustinha Viana da Silva.

A apresentação do texto em si já é bastante significativa, pois é posto em evidência o objetivo da publicação dessa edição especial. Escrita por Doriel Saturnino de Barros, diretor da Federação em 2014, e pelo Presidente Adelson Freitas Araújo, então Diretor de Organização e Formação Sindical, foi feita uma breve síntese a fim de introduzir as entrevistas e nela é ressaltado o esforço de luta dos trabalhadores no passado:

Suor, lágrimas e até sangue foram derramados. Hoje, o MSTTR colhe os frutos dessa caminhada e, por isso, não pode esquecer as pessoas que fizeram acontecer o “sindicalismo orgânico e científico, único meio para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais consigam a libertação plena”, como pregava e exercia Euclides Nascimento, o inesquecível Chiquinho. Seria difícil relacionar os nomes e a história de cada um desses importantes “personagens” que fizeram e, muitos, ainda fazem, parte da vida do Movimento. **Mas é preciso que o simbolismo dessa luta não se apague com o tempo e que as atuais e futuras gerações saibam que dignidade não se conquista da noite para o dia.** (FETAPE, 2013, apresentação - grifos meus).

Elaborando a necessidade de criação da Academia Sindical FETAPE fundada em 2012, aponta os seus objetivos e com a publicação da edição:

Mais do que organizar o seu acervo, a Direção da instituição tomou essa decisão para reconhecer e visibilizar quem calejou as mãos com a enxada, mas também erguendo as bandeiras do MSTTR sem, em nenhum momento, fugir à luta. Assim, foram eleitas, em 2013, por seus Polos Sindicais, as 10 primeiras memórias vivas dessa Academia. E, objetivando contribuir para que todos e todas possam beber, mesmo que apenas alguns goles, da fonte da nossa história, foi pensada esta publicação: um espaço para que cada um desses membros possa dizer, de forma objetiva, o que viveu e viu no campo, e de que forma colaborou com as transformações positivas que temos vivenciado. “O campo – o meu lugar de viver, ver e transformar” **é mais do que palavras escritas, é experiência que respalda nossas conquistas e nos alimenta o desejo de continuar lutando.** (FETAPE, 2013, apresentação - grifos meus).

Os trechos grifados são demonstrações diretas das noções de consciência de classe e consciência histórica que toma corpo por meio também da ação de incentivo dos agentes da Academia Sindical. À medida em que na apresentação chamam atenção para os aspectos de respeito à luta, às experiências e memórias, se pode ver delineado um fenômeno ideológico, como indica Ricoeur (2007), mas também de compreensão histórica. A ideologização dessa concepção de história se dá pelas intenções que perpassam a criação e divulgação desses materiais, que possibilita a formação de um núcleo de difusão de seu processo histórico que se consolida a cada vez que os

trabalhadores canavieiros passam a ter acesso a essa narrativa, seja pelos eventos em que participam promovidos pela Federação ou pelo acesso aos materiais de divulgação produzidos.

Em função disso, a FETAPE tem a tradição, e reforça essa concepção sobre si, de ser uma Federação que se preocupou em promover debates, congressos, encontros e formações diversas para os trabalhadores associados aos sindicatos rurais a fim de sofisticar a luta e a consciência de classe e reforçar a identidade da categoria. Nesse quesito, o reforço da política de formação sindical vem a ser um elemento bastante forte de caracterização da FETAPE enquanto estrutura organizativa, pois dentro da formação constante dos trabalhadores que se pôde reelaborar e transmitir boa parte da narrativa do histórico de lutas da Federação, consolidando assim as noções de consciência história e cultura histórica que apontamos, embasadas em uma concreta noção consciência de classe.

Esse é um ponto importante para a presente elaboração, pois os eventos citados acima pelo então presidente retratam a frequente intenção da FETAPE em promover formações políticas para a classe trabalhadora, no sentido de levar ao conhecimento as informações históricas sobre o movimento sindical, instigando os trabalhadores a se organizarem nos sindicatos de suas cidades e, em suas palavras, promover a construção da identidade social dos canavieiros, que, como vimos, vinha sendo fortalecida, pelo menos, desde a década de 1960.

3.2. Cronologia e marcos históricos na elaboração da narrativa histórica da Academia Sindical da FETAPE

No que compete à compreensão de linha do tempo e cronologia que pretendo apresentar nesse tópico do Capítulo 3, nota-se que há, de fundo, uma preocupação com a intersecção de três tempos históricos presentes nos textos da Academia Sindical FETAPE: o passado, o presente e (as expectativas sobre) o futuro. Com essa afirmação, pretendo dizer que esta organização, ao revisitar o seu passado de lutas, mirando para o contexto que esteve envolta no ciclo de greves canavieiras entre os anos de 1979 e 1985, através do exame das fontes produzidas no calor da hora, mas, principalmente, dos relatos das lideranças chamadas de *Memórias Vivas*, elaborou de modo sofisticado uma interpretação baseada em uma linha do tempo em que foram eleitos marcos de

transformação para a história da luta dos trabalhadores rurais junto à Federação. A interconexão dos três tempos históricos se dá pela linha narrativa que os atravessa, que foi costurada com o propósito de que os trabalhadores e líderes sindicais pudessem contar sua própria história, tendo em vista o compartilhamento, com a juventude do presente, um conhecimento acerca do passado que venha a ajudá-los a compreender o presente, com vistas a traçar as estratégias e táticas para a construção de um futuro pela ação voluntária da classe trabalhadora. A perspicácia do projeto da Academia Sindical, a meu ver, se dá do ponto de vista de que, embora estudiosos renomados da Zona da Mata canavieira, intelectuais e pesquisadores tenham mantido relações e trocado informações ao longo dos anos com os integrantes da FETAPE, foi a partir de suas próprias experiências coletivas que os agentes da Academia Sindical construíram a narrativa de sua história.

A narrativa construída e contada em torno da história da luta dos trabalhadores rurais nasce do conflito social, tendo como ponto de partida a expulsão dos moradores dos engenhos e da consciência do regime de exploração. Sabemos, de acordo com os estudos de Christine Rufino Dabat, mencionados nos capítulos anteriores, que essas afirmações têm um teor de verdade histórica, ainda que narrativamente sintetizada. Aristides, diretor da Federação no ano de 2002, escreveu na publicação *4 décadas de luta* (2002), que a medida em que se construíram as primeiras noções dos direitos básicos, as primeiras organizações de trabalhadores foram fundadas em torno da luta pelo direito à terra e por direitos trabalhistas. Ainda que das fontes analisadas nesta Dissertação seja a mais antiga das produzidas no século XXI pela FETAPE, compreendemos que essa não foi a primeira vez em que essa história foi contada dessa maneira e seguindo determinados marcos históricos. Por isso chamamos atenção para a ordem cronológica em que os fatos são narrados, de modo resumido, dado o caráter da publicação, mas que montam uma narrativa que possui um começo, um meio e não um fim, mas um presente que olha para o futuro.

Ao optar por evidenciar relatos e trechos dos documentos que parecem afirmar e dizer a mesma coisa, tenho o objetivo de tornar evidente para o/a leitor/a a noção de fortalecimento da narrativa construída pela FETAPE. Portanto considero forte a percepção de uma cultura histórica dos próprios trabalhadores rurais do estado, que teve sua construção mediada pela Federação. Essa observação se tornou um pouco mais evidente ao longo da minha pesquisa, sobretudo a cada vez que a organização das

mulheres no movimento foi citada. Ainda, a superexploração e violência enquanto elementos estruturantes da narrativa desempenham a função de solidificação, enquanto elementos-chave, da própria história do movimento da categoria, incluindo homens e mulheres como alvos de um tipo de exploração geral.

O ano de 2012 ainda contou com mais uma publicação de comemoração de aniversário da Federação, *Uma história de lutas e conquistas: a força que vem do campo*. A edição começa com o tópico *Traços importantes da história*. Nessa revista, que é a que contém o maior número de páginas (58), a narrativa mais uma vez remonta a 1979, evidenciando novamente a greve desse ano como a primeira grande greve de trabalhadores assalariados rurais do Brasil, sendo um marco histórico da retomada de lutas para melhoria da vida do homem do campo e de enfrentamento ao governo militar, assim como aos usineiros que mantinham os trabalhadores nos engenhos como escravos, termo utilizado na própria publicação, escolhido para demonstrar o alto grau de exploração, submissão e violência as quais estavam atrelados. Já nesta publicação há uma nova divergência em relação ao ano em que as mulheres passam a integrar o MSTTR. Desta vez é afirmada que sua participação se dá a partir de 1980, contando com a Comissão Estadual de Trabalhadoras Rurais, tendo como foco o debate e o combate à violência, a luta pelos direitos iguais, acesso à terra, saúde “diferenciada” (acredito que quer se dizer “saúde da mulher” como área específica). De acordo com o que foi exposto, foi feita a menção à greve de 1979 como marco temporal importante da história de lutas, além de todas as informações sobre quais municípios deflagraram o movimento primeiro e da vitória de aumento de 60% do salário-mínimo da época. É dito que “desde então” a Diretoria de Política Salarial da FETAPE buscou mobilizar mais avanços para a categoria a partir da Comissão Paritária da Zona da Mata e Vale do São Francisco. O ciclo de greves dos anos seguintes não foi mencionado diretamente, no entanto a forma como a narrativa se constrói ao longo das publicações coloca em evidência a primeira greve do ciclo, ocorrida logo após o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, como aquela que abre portas para mais um recomeço para os trabalhadores rurais do estado.

A noção de que havia uma crescente, porém lenta, abertura política no período, evidenciou a organização sindical mobilizada para aproveitar esse momento oportuno para retomada das greves. A menção à publicação do dossiê sobre os inúmeros casos de violência contra trabalhadores da palha da cana também é um fator demonstrativo do constante reforço da cultura histórica construída pela FETAPE, visto que a divulgação da

existência desse documento foi feita por diversas vezes em todos os materiais analisados e em muitas entrevistas citadas.

A fim de apontar a complexificação dos elementos estruturantes na narrativa da linha do tempo da FETAPE, é justamente a adição de elementos, pois, se bem observarmos, as narrativas seguem os mesmos pilares centrais, embora cada publicação, de acordo com seu ano e tema, tenha objetivos diferentes. Nesse sentido, o exemplo que evidencio é o depoimento de Beija-Flor sobre a greve de 1979 prestado à autobiografia de Romeu da Fonte publicada no ano de 2009. Ali, como nas outras entrevistas de Beija-Flor, ele fala sobre a organização da greve de 1979 em Paudalho e São Lourenço da Mata, e a determinação dos trabalhadores mobilizados pela Federação e STRs. Tendo em vista que essa publicação era uma autobiografia na qual ele prestava seu testemunho sobre o advogado Romeu da Fonte, mostra a importância do seu trabalho também como assessor, sendo esse o elemento adicionado em questão:

Um fato interessante que não posso esquecer foi que os trabalhadores dos dois municípios cruzaram os braços e fecharam as portei­ras. Ninguém tinha direito de dar banho em cavalo, ir buscar qualquer material, passar pelos trabalhadores, porque foram formados piquetes, ninguém trabalhou. Por isso que a greve durou sete dias, foi forte e a gente teve uma vitória muito grande. O doutor Romeu era assessor da FETAPE, também, e como tal ele tinha uma responsabilidade muito grande de coordenar o processo de greve para uma inclinação que os trabalhadores não sofressem perseguição, apanhassem ou morressem. (DA FONTE, 2009, p. 146)

Mas na construção da narrativa da FETAPE sobre a história das lutas dos/as trabalhadores/as rurais de Pernambuco, o marco fundamental não inicia propriamente em 1979. Quando não há referências às estruturas coloniais e à escravidão, a principal referência são os anos 1950, época da constituição das Ligas Camponesas, seguidas da greve dos 200 mil e do Acordo do Campo de 1963 e a interrupção da crescente de mobilizações com o golpe de 1964. No tópico *Violência* (p. 18), da publicação da FETAPE de 2002, por exemplo, foi narrado que, após o golpe de 1964, apesar dos direitos conquistados não serem extintos, “os patrões voltaram a fazer todo tipo de exploração que existia no passado, burlando o Acordo do Campo, e medindo tarefas exageradas, não pagando horas-extras, atrasando férias e 13º, entre outras violações” (p. 19).

Na análise das diversas fontes que constituem essa pesquisa, como vimos, foi possível identificar que um dos elementos estruturais da narrativa do ciclo de greves e da própria história do MSTTR é a educação e formação dos trabalhadores pela FETAPE ao longo de sua existência. Apontam que a ditadura tentou cooptar a FETAPE em diversas frentes. Ainda assim, dissimularam e resistiram, falando de direitos e legislação antes do golpe. A disciplina da mobilização de cursos, seminários e encontros promovidos pela FETAPE foi uma constante dentro das formas de resistência desenvolvidas ao longo dos anos da ditadura militar, mantidas após o processo de reabertura política. Na mesma linha dos programas radiofônicos produzidos no período, também demonstram as abordagens dos projetos educacionais como modo de resistir e continuar a formação dos trabalhadores:

(...) A FETAPE fez o que pôde para chegar até os trabalhadores e trabalhadoras rurais durante o golpe. Na época, surgiram diversos projetos governamentais com a intenção de cooptar o Movimento Sindical Rural, que foram usados, pela própria Federação, para fazer a luta sindical. (...) Um dos primeiros programas envolvia a criação de Escolas de Alfabetização. Nele, a FETAPE indicava os/as coordenadores/as das escolas, os sindicatos indicavam os/as monitores/as e a Cruzada ABC ministrava cursos com sua equipe técnica, além de fornecer o material didático. Com a responsabilidade de coordenar as unidades educacionais, a Federação realizava visitas, levando mensagens do sindicalismo, já que não se podia fazer isso diretamente nos engenhos. Chegou-se a 380 unidades escolares no meio rural do estado. Dessas, mais de 200 foram na Zona da Mata. Cada uma tinha, em média, trinta participantes. Posteriormente, a proposta era mostrar aos/as trabalhadores/as quais direitos foram conquistados nas leis criadas antes do golpe militar/64. A estratégia, então, foi a produção de programas radiofônicos. Nesses, aos poucos, ia sendo divulgado o teor da legislação. Para isso, a FETAPE organizou uma equipe, e a preparou nos cursos de Programas de Rádio do Cecosne (Centro de Comunicação Social do Nordeste). (FETAPE, 2018, p. 19-20)

Nesta mesma fonte, “*Zona da Mata: a história do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começa aqui*” (2018), é importante observar o uso da expressão “fim do golpe militar” ao se referir ao ano de 1979. Não posso afirmar se

foi uma escolha deliberada da palavra ou um erro de editorial, mas a narrativa coloca essa expressão, sugerindo que a ditadura enquanto regime não estivesse mais em vigor durante a primeira metade da década de 1980. Possivelmente, estariam se referindo a Lei da Anistia e aos indicativos da distensão “lenta, gradual e segura”, que permitiram, de certa forma, a retomada das lutas sociais:

A partir de 1979, com o fim do golpe militar, houve um recomeço, ou melhor dizendo, um processo de fortalecimento nas lutas do MSTTR. Nesse período, aconteceram as primeiras greves na região canavieira. Por esse motivo, a pressão da classe patronal voltou, com toda a força, nos engenhos e usinas. Naquela época, muitos dirigentes foram presos, delegados de base foram espancados por fazerem greve, e trabalhadores/as foram postos para fora das propriedades. A violência foi tão grande que a FETAPE elaborou um documento intitulado *Açúcar com Gosto de Sangue* e encaminhou para todas as autoridades do Brasil e, mais uma vez, denunciou-a a OIT. (FETAPE, 2018, p. 20-21)

Seguindo o conjunto de fontes publicadas pela Academia Sindical FETAPE e consultadas para esta Dissertação, em termos de cronologia recorrente temos os seguintes quadros:

Marcos temporais: cronologia produzida no calor da hora

FONTES:
O TRABALHADOR RURAL. 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ano 11, Nº Especial, maio e junho, 1979.
CONTAG. 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Julho, 1979.
FETAPE. O Vagalume. Nº3, julho, Recife, 1979.
FETAPE. O Vagalume. Nº4, novembro e dezembro, Recife, 1979.

1978 - 1979

- 1978: 1ª greve dos metalúrgicos no ABC Paulista; Desapropriação das terras em Alagamar-PB;
- 1979: 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais; 1ª greve do ciclo em PE.

1980

- 2ª greve do ciclo: greve com duração de dois dias com adesão de 240 mil trabalhadores.

FONTE SOBRE AS GREVES:
SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: Dados, v. 29, n.3, p.50-72.

1981

- Não houve greve, mas muita reivindicação e organização dos trabalhadores ao longo do ano que levaram às negociações com a classe patronal.

1982

- 3ª greve do ciclo: paralisação de 240 mil trabalhadores por dois dias.

1983

- 4ª greve do ciclo: paralisação de 240 mil trabalhadores por dois dias.

1984

- Publicação de "Açúcar com gosto de sangue".
- 5ª greve do ciclo: paralisação chegando a 210 mil trabalhadores durante doze dias.
- Criadas comissões de representantes nos engenhos, para que os trabalhadores direcionem o movimento;
- Novas táticas de luta.

FONTES:
FETAPE. Açúcar com gosto de sangue. Recife: FETAPE, 1984.
Revista Proposta Experiências em Educação Popular de título Assalariados Rurais: novos desafios, edição nº26, de julho de 1985.
Diário de Pernambuco, Recife, 25 de março de 1984, A12.

1985

- Não houve greve, mas muita reivindicação e organização dos trabalhadores ao longo do ano que levaram às negociações com a classe patronal.

FONTES:
CEDI. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, nº14, São Paulo, 1985.

Fonte: Análise do material escrito *O ciclo de greves dos canavieiros pernambucanos de 1979 a 1985: uma narrativa sobre alguns de seus aspectos por meio de fontes escritas no "calor da hora"*.

Produzido por Bárbara (2022).

Imagem 8 – Linha do tempo A: Cronologia idealizada pela Federação, retirada da análise e interpretação das fontes produzidas no “calor da hora”, durante o ciclo de greves (1979-1985), por entidades e organizações sindicais, pela própria FETAPE e antropóloga Lygia Sigaud, e analisadas no Capítulo 2 desta Dissertação. Elaboração própria da autora, 2022.

Marcos temporais: cronologia da FETAPE no século XXI sobre o **antes** do ciclo de greves

Fonte: Linha do tempo produzida coletivamente e manualmente sindicalistas no Seminário de Carpina em 2019, ocorrido na sede da FETAPE e análise do capítulo Fontes do tempo presente.

Produzido por Bárbara (2022).

1950-1954

- Organização das **Ligas Camponesas**.
- Fundação do **primeiro Sindicato Rural** na cidade de **Barreiros** em Pernambuco.

1956 - 1959

- **Ocupação do Engenho Galiléia**, seguida das lutas e **desapropriação** das terras no ano de 1959.

1962

- **Fundação da FETAPE**.
- 15 sindicatos em todo o estado.
- Eleição de **Miguel Arraes** para governador do Estado de PE.
- **Assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira** na Paraíba.

1963

- Em novembro ocorre a grande **greve dos canavieiros**,
- Seguida do **Acordo do Campo**.
- Assim como, durante as negociações, foi estabelecida a **lei 4.214 Estatuto do Trabalhador Rural**.

1964 - 1967

- **Golpe militar** em 1º de abril.
- No mesmo ano foi estabelecido o **Estatuto da Terra**.
- Primeiros anos da ditadura: "**Medo, silêncio e sujeição**".
- Em 1967 ocorre um **Congresso da CONTAG** no Rio de Janeiro.

1968

- **Articulação nacional** para retomada da CONTAG.
- Entrada de **Zé Francisco** para CONTAG.
- **Promulgação do AI-5** marcando um novo período de terror e perseguição sindical.

1970 - 1971

- **Encontro da CONTAG** em Itaparica - BA e apoio da Igreja na luta dos trabalhadores rurais e canavieiros. No mesmo ano **reclamações trabalhistas e ações públicas contra os patrões**. Estabelecida a **Lei do sítio**.
- Em 1971 foram inaugurados os **programas de rádio** que tiveram papel importante na comunicação com os trabalhadores.

1978 - 1979

- Em 1978 houve a **articulação para a campanha salarial** daquele ano entre a CONTAG/FETAPE.
- Em 1979 ocorre o **3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**.
- E no mesmo ano corre a **primeira greve** do ciclo em **São Lourenço da Mata e Paudalho**.
- **Início da grande seca no sertão do Estado** que se prolongaria pelos cinco anos do ciclo de greves.

Imagem 9 – Linha do tempo B: Cronologia idealizada pela Federação, retirada da análise das fontes produzidas no tempo presente (duas primeiras décadas do século XXI) pela Academia Sindical FETAPE, sobre os marcos temporais que antecedem o ciclo de greves de 1979 a 1985. Elaboração própria da autora, 2022.

Marcos temporais: cronologia da FETAPE no século XXI **sobre** o ciclo de greves canavieiras

1980

- Campanha salarial unificada dos canavieiros do Nordeste.
- Lei 4.330: **Lei de greve**.
- **Violência** como reação patronal.

As fontes produzidas pela própria FETAPE variam em torno de QUANDO se iniciaram as participações das mulheres no MSTTR. Uma fonte de 2012 diz que teve início em 1980 com a Comissão Estadual de Trabalhadoras Rurais.

1981

- Greve geral na Zona da Mata. Ocorre o 1º Congresso Estadual dos Delegados Sindicais, com apoio da FETAPE, CONTAG, Dom Helder, Gregório Bezerra, Arraes e Julião.
- 1ª conferência da CONCLAT, unindo trabalhadores da cidade e campo.
- Tribunal "luz da vela".

A mesma fonte afirma que mulheres compareceram sua participação no ano de 1982 com pequenas reuniões no Distrito de Calçarinha da Penha, município de Serra Talhada - PE

1982

- Nas fontes analisadas para construir essa linha do tempo não há menção específica à este ano, apesar de ela fazer parte do ciclo de greves canavieiras.

Arinda Antônio de Lima, que tem entrevista contida na fonte publicada no ano de 2014 diz ter entrado para o movimento de mulheres no ano de 1983 e depois escolhida como Delegada Sindical. Augustinha Viana da Silva também entrevistada relata ter ingressado no movimento no mesmo ano, no período da seca.

1983

- Assassinato de Margarida Maria Alves.
- Frentes de Emergência no sertão, quando as mulheres ingressaram mais fortemente no movimento rural.

A mesma fonte produzida no mesmo ano de 2012 (Jornal da FETAPE) diz que os primeiros grupos de mulheres surgiram em Bom Jardim, Oróbo e Surubim em 1984.

1984

- Publicado e divulgado o dossiê Açúcar com gosto de sangue.
- 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais de Pernambuco.

1985

- 4º Congresso da CONTAG.
- Democratização do MSTR.

1986

- 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata Canavieira de Pernambuco em Carpina.
- Ocupação da Barragem do Rio São Francisco (? CONFERIR)
- Acordo de 1986.

1987

- Participação das mulheres como uma vertente dentro da luta em constante crescimento.

Fonte: Linha do tempo produzida coletivamente e manualmente sindicalistas no Seminário de Carpina em 2019, ocorrido na sede da FETAPE e análise do capítulo *Fontes do tempo presente*.

Produzido por Bárbara (2022).

Imagem 10 – Linha do tempo C: Cronologia elaborada pela Federação no tempo presente (duas primeiras décadas do século XXI), retirada da análise acerca da linha do tempo produzida manualmente pelos próprios sindicalistas da Academia Sindical FETAPE durante

o Seminário de Carpina, ocorrido em maio de 2019, na sua sede em Carpina-PE. Elaboração própria da autora, 2022.

As três linhas cronológicas apresentadas acima representam e partem de três momentos distintos da FETAPE enquanto produtora de sua própria história, e, portanto, demonstram divergências nos marcos temporais escolhidos para suas composições. As linhas do tempo B e C retratam a perspectiva do tempo presente sobre o passado do MTTR. Respectivamente, a primeira representação cronológica (linha do tempo A) trata dos marcos temporais que antecedem a retomada dos movimentos rurais organizados a partir de 1979, e foi elaborada a partir da leitura e análise produzida acerca de fontes que serão apresentadas adiante neste capítulo, produzidas no século XX e catalogadas pela Academia Sindical FETAPE a partir do ano de 2012. Também utilizei a análise de uma linha do tempo material produzida coletivamente, pelos próprios sindicalistas da FETAPE, em maio do ano de 2019, na sede da cidade de Carpina, em Pernambuco, que igualmente foi examinada para elaboração da linha do tempo C. Esta retrata os marcos temporais acerca do período do ciclo de greves em si, de 1980 a 1987 (ultrapassando dois anos do recorte em foco nesse trabalho).

É possível identificar paralelos entre elas, pois se estruturam em uma sequência temporal dos anos de luta do MTTR a partir da década de 1950. Além disso, a maior parte dos marcos temporais selecionados para composição dessas linhas temporais são recorrentes nas linhas do tempo B e C, que são linhas produzidas a partir das fontes produzidas ao longo do século XXI. Por sua vez, a linha do tempo A, elaborada por meio dos materiais construídos no “calor da hora” e não só produzidos pela FETAPE, e que foram analisados ao longo do Capítulo 2 dessa Dissertação, não aparecem alguns marcadores temporais relacionados à participação das mulheres no movimento.

Em contrapartida, a linha do tempo C, que retrata a perspectiva do tempo presente acerca do período do ciclo de greves canavieiras, é que a apresenta as contradições em relação ao início da participação das mulheres nas lutas sindicais rurais em Pernambuco. Aquilo que considere ambíguo, ausente ou incerto relacionadas aos anos citados estão apontadas na linha do tempo em destaque em pequenas letras vermelhas, fora dos quadrados. Nesses casos, algumas datas variam entre 1980, 1982, 1983 e 1984, de acordo com cada fonte analisada. Em detalhes, a fonte elaborada pela FETAPE *A força que vem do campo* (2012) aponta duas datas divergentes acerca da integração das mulheres no

movimento sindical rural: em um primeiro momento aponta que se deu a partir da Comissão Estadual de Trabalhadores Rurais, ocorrido no ano de 1980, e em um segundo momento indica que teria se dado a partir de pequenas reuniões no Distrito de Caiçarinha da Penha, no município de Serra Talhada (PE) no ano de 1982. No opúsculo *Campo: o meu lugar de viver e transformar* (2014), a entrevistada Arlinda Antônia de Lima abordou sobre o momento de seu processo de integração no movimento, que teria sido no ano de 1983, quando foi indicada para ser delegada sindical. Tal informação parece apontar que a participação das mulheres já existia antes do ano de integração de Arlinda Antônia, ou seja, no ano de 1982 ou até mesmo antes disso, afinal, é provável que para sua eleição ela já tenha acumulado alguma experiência no sindicato. Em *Ao olhar nossa história, encontramos força para as lutas do presente* (2012), que aponta 1984 como o ano que marca o início da participação das mulheres, indicando que os primeiros grupos surgiram nas cidades pernambucanas de Bom Jardim, Orobó e Surubim. Sendo assim, o que se pode concluir é uma pequena inconsistência em relação a esse momento histórico para o movimento devido às variações presentes nos textos produzidos pela mesma entidade.

Portanto, compreendo que o fator histórico de participação das mulheres seja um elemento constituinte das demandas do tempo presente da Academia Sindical FETAPE em relação ao passado da Federação. Logo, em comparação com os outros marcos temporais recorrentes e concretizados nas fontes, a questão de gênero ainda não é um dos pontos solidificados nas elaborações sobre o passado de lutas do MTTR o qual estamos analisando, demonstrando assim, como são dados significados à história de acordo com as perspectivas e interesses do presente do movimento.

3.3. As memórias como elementos vivos e centrais na concepção de consciência histórica da Academia Sindical FETAPE

Feitos os apontamentos acima acerca das construções cronológicas elaboradas a partir da análise de fontes produzidas no tempo presente pela FETAPE, incluindo as formas recorrentes de organização cronológica dos eventos em meio ao processo de emergência e atuação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, considero importante identificar como esses elementos apontados estão presentes em testemunhos das chamadas Memórias Vivas reportados no material publicado pela Academia Sindical da FETAPE.

O relato de Amaro Francisco da Silva Biá, por exemplo, foi construído de modo linear e menos pessoal e sua fala parece seguir uma construção de cunho mais coletivo do que individual, pois retrata sua vida de modo a mesclar com a sua ação dentro do Movimento Sindical. Apesar de se incluir nas situações e relatar os momentos em que integrou o movimento como participante de diretorias e mobilizações, o fio condutor da narrativa é a origem do Movimento Sindical Rural nos anos 1950 e o seu desenvolvimento ao longo das décadas seguintes. Amaro Biá relata que participou da greve de 1979 como um dos coordenadores:

Decidimos pela greve durante um encontro em Ribeirão. Na ocasião, apenas oito Sindicatos estavam preparados para aderir à mobilização. Zé Francisco, então presidente da Contag, mobilizou novos companheiros e conseguimos ampliar o grupo para 20 Sindicatos. No total, chegamos a ter a adesão de 24, reunindo as Matas Sul e Norte. Os Sindicatos de Paudalho e São Lourenço da Mata iniciaram o movimento e passaram uma semana de greve. Logo depois, os demais aderiram. É importante considerar que nem todos os Sindicatos participaram. Alguns saíram da Fetape e sumiram com os editais. Entre 1979 a 1982 integrei a Diretoria da Fetape. Nessa época, o presidente era José Rodrigues. (Entrevista de Amaro Francisco da Silva Biá, FETAPE, 2013, p. 14).

Ao contrário de como interpreto a narrativa de Amaro Biá, como aquela que é centrada mais na coletividade, a construção da entrevista de Severino Domingos de Lima (Beija-Flor) é mais de cunho autobiográfico. Ao longo de seu relato, Beija-Flor fala sobre sua integração e participação no Movimento Sindical ao mesmo tempo em que destaca suas outras paixões como a música. Assim como em outras entrevistas concedidas ao projeto de pesquisa *Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70*, de 2017, conta pequenas histórias e situações vivenciadas durante sua infância antes da sua entrada no MSTTR. A narrativa segue linearmente para o ano de 1979, quando ele próprio passou a integrar e coordenar, junto com Agábito Francisco, então presidente do STR de São Lourenço da Mata, a grande greve que deu início ao ciclo de greves. Nesse ponto, diferente das outras fontes, detalha os pormenores dos

acontecimentos que anteciparam a decisão da greve, assim como o seu preparo e organização:

Passamos a mobilizar os trabalhadores e quando, nas reuniões, comparamos os alimentos que podiam ser comprados com o salário-mínimo, com o que eles sequer tinham experimentado, porque o dinheiro não dava, eles ficaram entusiasmados em lutar por esse direito. E essa conquista, para nós, só seria possível, por meio de uma greve. Entendemos, a partir da participação no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, que era preciso politizar o Movimento, mas evitando que esse se tornasse escravo da política, ou seja, se tínhamos um deputado, um prefeito, um vereador, deveríamos buscar o seu apoio para as nossas lutas. Desse Congresso Nacional voltamos com a ideia de apoiar o companheiro Ulisses Roque para prefeito de Paudalho e fazermos a nossa greve. Nesses planos, o nosso Sindicato e o de São Lourenço da Mata eram os que mais atuavam. No momento decisivo do início da greve, nosso Sindicato teve dificuldades, pois os meus companheiros de diretoria (Ulisses e Zé Rufino) não apoiavam o movimento, e nós não tínhamos delegados de base em quantidade suficiente nos engenhos. Eu estava sozinho. (Entrevista de Severino Domingos de Lima, FETAPE, 2013, p. 22).

A narrativa detalhada de Beija-Flor é relevante para a compreensão dos entraves e conflitos internos que antecederam a decisão por declarar greve naquele ano. Então ele narra como ocorreu a decisão, em situação em que estavam presentes, além de Francisco Agápito, José Francisco, então presidente da CONTAG, Romeu da Fonte e José Rodrigues, então presidente da FETAPE:

Quando publicamos o edital da greve, o delegado do trabalho chamou a mim e a Agápito, do Sindicato de São Lourenço da Mata, e nos perguntou sobre essa história de greve na Zona da Mata. Nós estávamos lá com José Francisco, Romeu da Fonte e José Rodrigues. Na conversa, Agápito deu uma lição nele, pedindo que lesse a Lei 4.330/64. Sentamos (eu e Agápito) com a presidência da Fetape para bater o martelo sobre a realização da paralisação. Todos concordaram e, quando me perguntaram, me dei conta de que vivia, em 40 anos de militância, o momento mais difícil da minha luta sindical. Tinha que tomar uma decisão em nome da categoria, os companheiros da diretoria não

concordavam e a nossa base estava pouco preparada, pois alguns trabalhadores nem falavam sobre esse assunto. Deflagramos a greve e, em São Lourenço da Mata, Agápito anunciou a mobilização, em cima de uma cadeira, para 3 mil trabalhadores. (Entrevista de Severino Domingos de Lima, FETAPE, 2013, p. 22).

Beija-Flor teceu elogios ao companheiro de luta e explicou o desenrolar da greve, falando sobre as estratégias dos piquetes, mobilizações dos trabalhadores grevistas, geralmente nas entradas dos engenhos. Diante disso, a narrativa resultou na vitória dos trabalhadores celebrada com uma grande comemoração com direito a charque e bebidas:

Ele foi um grande companheiro de luta, muito guerreiro e disposto, que sempre me inspirou. Em Paudalho, reunimos 1.200 trabalhadores na rua e anunciamos a mobilização, que durou 7 dias. Os resultados das negociações eram levados para os engenhos, por meio dos delegados de base. Os patrões trouxeram trabalhadores rurais do Agreste e do Sertão para substituir a nossa mão de obra, mas nós fazíamos piquetes nas ruas para protestar contra essa ação. Paramos tudo. Ao final da greve, recuperamos todas as conquistas alcançadas com o governo Miguel Arraes: a tabela de campo, a disciplina no trabalho rural. Tivemos também o corte da cana disciplinado e o salário diário que ganhamos dava para comprar dois quilos de charque, por isso a conquista foi comemorada com charque, farinha, forró e cachaça. (Entrevista de Severino Domingos de Lima, FETAPE, 2013, p. 23).

A narrativa de José Francisco da Silva também segue o caráter autobiográfico. Assim como os outros, narra sua infância de trabalho na palha da cana, o difícil acesso aos estudos e entrada no movimento sindical na década de 1960. Sua particularidade é que a integração com o movimento sindical se deu pelo seu contato com a Igreja Católica, fazendo parte do grupo Juventude Agrária Católica (JAC). Aponta as vitórias conquistadas no ano de 1963 sob o governo estadual de Miguel Arraes, estabelecendo relação com o ciclo de greves na virada da década de 1970 e primeira metade da de 1980: “Ao final da greve, recuperamos todas as conquistas alcançadas com o governo Miguel Arraes”. Sobre o golpe e a ditadura, destaca a violência perpetrada contra os trabalhadores, assim como a perda dos direitos conquistados:

Essas conquistas foram muito importantes, mas, em 1964, com a explosão do golpe militar, aconteceu um massacre terrível. Os usineiros, senhores de engenho, aproveitaram a oportunidade para sufocar e oprimir o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Parecia até que a Revolução era da classe deles, pois até a polícia estava submetida às vontades dos usineiros. Muitos companheiros foram presos, espancados e assassinados. O Sindicato de Vicência foi interditado e eu cheguei a ser preso por uma semana. Houve também uma intervenção na Fetape, onde os companheiros da direção foram presos e assumiram os suplentes. A luta foi ferrenha. A Igreja se dividiu: os mais progressistas tentavam reerguer a Federação, e os demais se aliaram à ditadura. Nesse período, todas as conquistas alcançadas, a partir da negociação feita com Miguel Arraes, deixaram de ser cumpridas. (...) (Entrevista de José Francisco da Silva, FETAPE, 2013, p. 28).

José Francisco segue sua narrativa ressaltando as formas de resistência e estratégias elaboradas pelos sindicalistas para manter a orientação dos trabalhadores de buscar os seus direitos, recorrendo às reclamações coletivas:

Para reagir a tal situação, nós contratamos advogados para defender os direitos dos trabalhadores na justiça. Abarrotamos a Justiça do Trabalho de processos. Outra estratégia utilizada era, ao invés de fazer reclamações isoladas, reuníamos cerca de 40 ou 50 trabalhadores rurais e formalizávamos uma só petição. Mas a perseguição era grande. Fui ameaçado de morte, no Engenho Campina Verde. Fui expulso do trabalho, pelo homem que havia me convidado para cuidar das terras dele, no Engenho Trigueiro. Com o valor da indenização, eu comprei uma terrinha, em Boa Esperança, uns gados e continuei no Sindicato. Lá, eu sofri uma nova emboscada e, dessa vez, fui morar numa casinha próximo ao Sindicato. Nesse local, tentaram me matar mais uma vez. Então eu fui para o Recife denunciar essa violência. (Entrevista de José Francisco da Silva, FETAPE, 2013, p. 29).

Sobre o final da década de 1960, expôs sobre o congresso da CONTAG que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1967, antes da implementação do AI-5, e como o assunto da violência no campo foi central em sua fala:

Durante o Congresso da Contag, que antecedeu as eleições, eu falei sobre a situação de violência vivenciada pelo nosso estado, a ineficiência da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que já completava dez anos, mas não havia beneficiado os trabalhadores, e reforcei que o Movimento Sindical Rural tinha que enfrentar a Ditadura e lutar pelos direitos dos trabalhadores. Cada Delegado tinha três minutos para falar. Esse tempo só deu para abordar o problema da violência no campo. Porém outros delegados cederam o seu tempo e, com isso, eu falei mais de 30 minutos no Congresso. Entrei na Contag, em março de 1968. Nosso primeiro passo foi organizar a retomada do Movimento Sindical Rural, em nível nacional. (Entrevista de José Francisco da Silva, FETAPE, 2013, p. 30).

Após narrar sobre a sua chegada na presidência da CONTAG e os planos de organização e retomada internos da confederação, a reconstrução de memória chega ao ano de 1979. Nesse ponto, a narrativa de José Francisco direciona seu destaque para a FETAPE como a impulsionadora da greve desse ano e responsável pela extensão das lutas para as demais regiões do estado:

Já no 3º Congresso, em 1979, a Contag aderiu às lutas coletivas e apoiou a greve de São Bernardo do Campo, durante a qual Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) foi preso. Nós elaboramos e aprovamos uma moção em defesa de sua liberdade. A partir daí, a Contag incentivou as Federações a negociarem o dissídio coletivo, a fazerem campanhas salariais, tendo a greve como instrumento; a fazerem mobilizações pela posse da terra; bloqueios de estrada pela conquista de crédito diferenciado, no Pronaf, e assim por diante. A Fetape deu o ponto de partida nessas mobilizações, inclusive com a grande paralisação dos canavieiros da Zona da Mata, em 1979. Passado esse tempo, chegou o momento de expansão da Fetape para as regiões do Agreste e Sertão. (...) (Entrevista de José Francisco da Silva, FETAPE, 2013, p. 32).

A narrativa de Antônio Marques dos Santos é mais voltada para a perspectiva de sua trajetória individual e já se diferencia dos demais depoimentos quando diz não ter trabalhado durante sua infância. A entrada no MSTTR se deu por influência de seu pai e por incentivo da Igreja Católica no sertão do estado. Quando trata da década de 1970,

falou sobre um dos elementos motivadores das mobilizações que se solidificariam naquela década:

Nessa caminhada, eu tenho várias conquistas a destacar. Uma delas, que fortaleceu a minha compreensão sobre a importância do Sindicato e me fez escolher viver para ele, foi a nossa mobilização durante a construção da Barragem de Brotas. Era o ano de 1973. Quando anunciaram a obra, todo mundo fez festa, mas, depois, nós percebemos que as melhores terras ficariam embaixo das águas da barragem. Também percebemos que as famílias que moravam lá seriam retiradas. Nessa época, o Sindicato já vinha fazendo um trabalho de educação, e contribuiu para que as famílias despertassem para os problemas que essa obra causaria. Quem me ajudou muito nisso foi o companheiro Euclides Nascimento, que era a pessoa com quem eu sempre falava quando ia à Fetape. (Entrevista de Antônio Marques dos Santos, FETAPE, 2013, p. 46).

Sobre o ano de 1979 Antônio Marques relembra a grande seca que assolava o sertão pernambucano e as novas demandas que surgiam meio as necessidades dos trabalhadores:

Nesse ano, nós vivíamos uma grande seca, e os trabalhadores estavam sem condições de produzir e precisavam de trabalho. O sindicato de Afogados da Ingazeira mobilizou outros sindicatos para uma reunião. Nessa atividade, reunimos cerca de 40 lideranças e conversamos com um representante da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que, atualmente, é o Instituto Agronômico de Pernambuco, o IPA. Ele pediu que, em até dois dias, formássemos uma comissão para conversar com o secretário de Agricultura. Nós levamos 5 mil trabalhadores, de 120 comunidades, para a prefeitura. (Entrevista de Antônio Marques dos Santos, FETAPE, 2013, p. 47).

Corroborando com as demais fontes, explica que as Frentes de Emergência durante o período penoso da seca foi uma estratégia mobilizada a partir dos trabalhadores para que o governo gerasse trabalho para a população sertaneja. Antônio Marques relata detalhes desse processo desenvolvido em meio às negociações entre trabalhadores do sertão e os patrões e empresários:

Durante a mobilização, deixamos claro que não éramos contra o governo, mas que gostaríamos de trabalhar com ele. As negociações continuaram, junto com uma comissão criada pelo poder público. Criamos também uma comissão para acompanhar as obras comunitárias, como barragens, poços, roça comunitária, e conseguimos que os trabalhadores rurais fossem empregados nessas construções, ganhando um salário. Nossa luta no Sertão era bastante organizada. Devido a essa organização, na época da seca, surgiram os Polos Sindicais. Antes, nós chamávamos Agrupamentos, porque os Sindicatos se reuniam em torno da defesa de uma proposta. Depois, passou a ser chamado Trabalho Integrado, ou seja, quando os trabalhadores atuavam, juntos, nas comunidades. Eram entre 10 e 12 Sindicatos na mesma obra. Fizemos comissões com 5 a 10 trabalhadores, que trabalhavam um na roça do outro. Por isso, a nossa luta nos períodos de seca e contra os problemas causados pelas construções de barragens foi muito grande. O Movimento atual está desfrutando do que nós conquistamos naquele tempo difícil (...). (Entrevista de Antônio Marques dos Santos, FETAPE, 2013, p. 47).

Considero importante demonstrar os pormenores desse acontecimento, porque esse é um dos poucos registros analisados aqui, entre escritos ou orais, que entra no aspecto mais direto dos problemas da seca no estado e das questões vivenciadas pelos trabalhadores rurais do sertão de Pernambuco no contexto do ciclo de greves. O relato seguiu uma cronologia linear para a década de 1990 e 2000. É importante destacar a concepção de Antônio Marques de que o trabalho de luta e construção de direitos ocorridos na década de 1970 ainda produz frutos para as gerações de hoje.

A entrevista de José Soares Novaes, conhecido como Zé Preá, trabalha a narrativa mais voltada para sua atuação na Federação da década de 1990 em diante. Contudo relata o seu trabalho desde a infância na roça, com seu pai e irmãos, e à medida que se tornava jovem passou a ouvir falar dos sindicatos e discussões sobre aposentadoria para o trabalhador rural: “me disseram que, para conseguir esse benefício, era importante eu me associar. Então, em 1972, me associei” (Entrevista de José Soares Novaes, FETAPE, 2014, p. 49). Assim como em outras entrevistas, foi destacado o incentivo direto de integrantes da Igreja Católica para a participação dos trabalhadores no movimento sindical. José Soares relata a dificuldade de mobilização dentro da ditadura militar assim

como os problemas provenientes da construção das barragens no sertão do estado de Pernambuco durante a década de 1970:

Na década de 70, começou a luta em defesa das famílias vítimas da construção da Barragem de Itaparica. O Sindicato começou a fazer várias reuniões. Dessa forma, iniciei a minha luta no Movimento Sindical, incentivado pelo Frei Afonso. Aos poucos, participando das concentrações que aconteciam em Petrolândia, fui conhecendo as lutas, os problemas políticos e as bandeiras do Sindicato. Nessa época, a luta era para garantir o reassentamento das famílias atingidas pelas construções das barragens no Brasil. Uma coisa que foi iniciada pelo nosso Movimento. No começo, foi muito difícil, pois era a época da Ditadura Militar. Os patrões, que eram aliados do regime, faziam de tudo para nos impedir de lutar pelo reassentamento das famílias. Muitos políticos e a parte conservadora da Igreja também eram contra a nossa luta. Muitas vezes, nos concentramos no prédio da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a Chesf. A estratégia para mobilizar o pessoal do Sindicato era marcar as reuniões no dia em que eles vinham para a feira. Antes da volta para as comunidades, nos reuníamos e organizávamos as atividades. No dia 1º de dezembro de 1986, paramos a construção da Barragem de Itaparica. Nessa batalha, tivemos um grande apoio da Fetape, Contag, Igreja Católica e de algumas organizações internacionais. (Entrevista de José Soares Novaes, FETAPE, 2014, p. 50)

A entrevistada Arlinda Antônia de Lima relata, assim como os demais, ter vivido uma infância de trabalho e se recorda de ter passado por um período de muita dificuldade durante a seca de 1958 e 1959, ainda criança. O relato segue para a década de 1980 quando ingressou no trabalho sindical no ano de 1983. Nesse sentido, lembramos que a fala de Arlinda corrobora a compreensão de que a inserção maior das mulheres no MSTTR se deu a partir do ano de 1983. Sobre isso, ela relata sobre o pouco conhecimento que tinha sobre o movimento:

Em 1983, como eu sempre frequentava a missa e sabia rezar, as famílias do sítio me escolheram como liderança religiosa, para trabalhar na comunidade. Por causa disso, eu sempre ia para o Convento de Triunfo participar de capacitações. Foi quando conheci João Henrique, então tesoureiro do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais daquele município. Nessa época, eu não sabia muito bem sobre o Sindicato. Só sabia que ele havia sido criado em 1963, por incentivo do padre Luiz, apenas para cumprir atividades burocráticas e de assistência social, ou seja, oferecer médico e dentista. Um ano depois, veio o golpe militar, e o Sindicato passou a ser comandado por um interventor, chamado Zé de Dina. Ao longo do trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base, as Cebs, e com o fim do Golpe Militar, eu fui me entrosando, cada vez mais, com o Movimento Sindical Rural, até que, um dia, João Henrique pediu para que eu articulasse uma reunião na comunidade. Nessa reunião, a comunidade foi consultada sobre quem poderia trabalhar como delegada de base. Como eu já fazia um diálogo com os moradores para as Cebs, eles me elegeram. Mais tarde, João me convidou para fazer parte da Chapa do Sindicato. Essa função me deu oportunidade de fortalecer o trabalho com a base. (Entrevista de Arlinda Antônia de Lima, FETAPE, 2014, p. 54)

Arlinda conta que quando ingressou no movimento sindical já tinha conhecimento do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e diz: “eu me doeí mais a esse trabalho, buscando sensibilizar as mulheres para a importância de se articularem com a luta e não cuidarem apenas da casa” (p. 56). No fim de sua fala, destaca suas impressões sobre a luta do tempo presente e expectativas para a luta do futuro:

Já estou velha, contribuí bastante com o Movimento, mas ainda tenho um grande sonho: ver todos os agricultores e agricultoras produzindo, comercializando. Para isso, é preciso uma melhor organização. Sempre digo, nas atividades de base, que o desenvolvimento é feito pela própria comunidade, com seu trabalho e a sua luta. Para o nosso futuro, eu espero que o nosso Movimento esteja cada vez mais forte do que é hoje. Que as novas lideranças possam guiar essa luta com muita força e que a gente nunca mais se sinta como “sapo debaixo do pé do boi”, como diz uma música do Movimento. Ou que a gente pense que só tem “enxada e título de eleitor”, como está dito em outra canção. (Entrevista de Arlinda Antônia de Lima, FETAPE, 2014, p. 58)

A narrativa segue para o momento em que ingressou no movimento sindical. O relato de José Barbosa é importante para compreendermos o impacto e diferencial que as formações tinham na vida dos trabalhadores:

Ingressei no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais incentivado pelo meu pai. Ele era sócio do Sindicato e frequentava muitas atividades. Além de me incentivar, ele me orientou na associação. Isso aconteceu em 1968, quando eu tinha entre 24 e 25 anos. Depois disso, segui participando com frequência das atividades. Entre os anos 1970 e 1971, fui convidado para fazer parte de uma chapa como suplente. Ganhamos a eleição, mas, no dia de tomar posse, o Ministério do Trabalho tomou o Sindicato. Ingressei no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais incentivado pelo meu pai. Ele era sócio do Sindicato e frequentava muitas atividades. eleição, mas, no dia de tomar posse, o Ministério do Trabalho tomou o Sindicato. Cento e oitenta dias depois, teve outra eleição e, desta vez, com duas chapas. Fui eleito como suplente. Antes de completar um ano, o secretário renunciou e eu assumi o cargo, em 1972. Não fazia ideia do que era ser diretor. O que me ajudou foram os cursos sobre sindicalismo, realizados pela Fetape. (Entrevista de José Barbosa da Silva, FETAPE, 2014, p. 60)

Sua narrativa segue para a sua participação no 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em 1979 e para as formas de resistência organizadas mesmo em um período de perseguição e constante vigilância, como mencionado por Beija-Flor em outras entrevistas já analisadas aqui:

Ao longo dessa caminhada, a primeira conquista histórica foi a realização do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, do qual participei. Estava no Sindicato, há pouco tempo. Era uma época de forte repressão. Estávamos dentro do ginásio, cercados por policiais. Tinham espiões entre nós, para saber o que estávamos discutindo. Nossa pauta principal era a reforma agrária, terra para os trabalhadores. Essa bandeira para os representantes da ditadura militar era um ponto chave. Outra conquista são os Gritos da Terra Brasil. Participei de 14 edições. Essas lutas foram bem difíceis, porque o Movimento não tinha estrutura, não tinha nada, a gente ficava lá embaixo da lona. Também não tínhamos liberdade. Permanecíamos lá, por pura resistência, mesmo cercados de policiais, pela polícia, a

cavalaria e toda a força repressora. Sofremos muitas agressões por parte do Exército, quando protestamos no Ministério da Previdência. Eu, Manoel Santos e outros dirigentes levamos gás nos olhos. (Entrevista de José Barbosa da Silva, FETAPE, 2014, p. 60)

José Barbosa fala sobre a percepção que tem sobre sua própria atuação no movimento. Apesar de não falar diretamente sobre o ciclo de greves, faz menção às reuniões às escondidas, típicas da estratégia organizada durante o período:

Creio que a minha contribuição foi com relação à organização dos trabalhadores, à mobilização para as lutas. Essas sempre foram as minhas prioridades. No Sindicato, sempre nos preocupamos muito com a formação do delegado de base. (...) Para fazer a informação circular, o jeito era contar com os apoios das Comunidades Eclesiais de Base, as Cebs. Nessa época, não tínhamos televisão e nem acesso ao rádio. Para chegar às comunidades, era de carro de feira, de pés, de carroça, de bicicleta. Às vezes, dormíamos nos bancos do Sindicato, para seguir, de madrugada, até as comunidades. Lá, passávamos todo o final de semana, só voltávamos no domingo à noite. Fazíamos as reuniões debaixo dos pés de árvore, nas casas das pessoas, pois não podíamos usar os prédios públicos. Também nos reuníamos na Igreja. Nessa época, em que a comunicação era boca a boca, eu acho que a participação dos trabalhadores era bem maior. (Entrevista de José Barbosa da Silva, FETAPE, 2014, p. 61-62)

O relato de Augustinha Viana da Silva retrata o mesmo padrão de trabalho infantil. Na juventude, assim como Arlinda, sua aproximação com o movimento sindical ocorreu no ano de 1983, durante a seca. Nesse ano passou a integrar o movimento de mulheres que vinha crescendo na região e conta que sentiu necessidade de passar pela formação sindical:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouricuri foi fundado em 1972. Em 1979, quando iniciei a minha participação nas Comunidades Eclesiais de Base, tomei conhecimento sobre a instituição, mas não tinha um envolvimento muito grande. Em 1983, vivemos uma grande seca, que demandou uma grande luta por ações emergenciais. Nessa ocasião, eu me aproximei do Sindicato, pois precisávamos de um órgão com personalidade

jurídica, que formalizasse as nossas reivindicações. Não foi tão simples, porque o Sindicato estava sob o domínio dos políticos e tivemos, antes de tudo, que lutar para mudar a direção. Durante esse tempo, tivemos a necessidade de aprender sobre sindicalismo. A Diocese de Araripina e a Fetape realizaram capacitações e contrataram uma pessoa com experiência na área, para nos ajudar a desenvolver o trabalho. (Entrevista de Augustinha Viana da Silva, FETAPE, 2014, p. 65)

Augustinha relata que as mulheres tiveram acesso ao conhecimento de seus direitos dentro dos próprios sindicatos através das formações e capacitações oferecidas pela Federação. Passaram, então, a reivindicar o trabalho nas Frentes de Emergência no sertão:

Nesse momento, nós descobrimos que as mulheres, se não fossem sócias do Sindicato, não poderiam votar e nem serem votadas. Em 1983, as mulheres intensificaram a sua participação nessas lutas, no Polo Sindical do Araripe. Nossa bandeira inicial foi para garantir que as mulheres trabalhassem também nas Frentes de Emergência, pois as inscrições só permitiam a participação dos homens. Defendemos, ainda, a entrada da juventude nesse espaço de trabalho. Contávamos com o apoio de uma equipe de freiras e de padres e da Fetape, que apoiavam o nosso trabalho. (Entrevista de Augustinha Viana da Silva, FETAPE, 2014, p. 66)

Nesse sentido, a leitura de todos os trechos escolhidos para compor essa interpretação nos dá condições para identificar uma série de subelementos que transitam entre as narrativas das diferentes lideranças. Nesse sentido, o aspecto que tem mais força, a meu ver, é o padrão narrativo sobre o qual são construídas todas as entrevistas analisadas. A memória dos sindicalistas segue uma mesma linha cronológica de acontecimentos, causas e resistências. Assim como a semelhança entre suas histórias de vida, desde a infância até o ingresso no MSTTR, são relatadas de modo que, quando concluimos a leitura de todas, entendemos que há um senso de identidade fortalecido pela consciência de classe, pelo que os trabalhadores da categoria dos canavieiros vivenciaram e enfrentaram enquanto unidade e enquanto grupo. Ressalto a presença constante de relatos de violência e perseguição, a importância que as formações sindicais tiveram no passado e a necessidade de manter a organização sindical das bases, assim como a persistente superexploração da força de trabalho da categoria, como características que

estão intrínsecas à história do movimento. Verifica-se que estes são os subelementos estruturantes da narrativa construída sobre o passado, através do processo de rememoração dos entrevistados.

Por fim, cabe ainda referir à publicação mais recente analisada, a produção da FETAPE do ano de 2018 intitulada *Zona da Mata: a história do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais começa aqui*. Nela pude identificar de modo mais evidente os três elementos constituintes da narrativa da Academia Sindical FETAPE sobre sua própria história: violência, organização sindical e superexploração do trabalho.

Nessa fonte, a narrativa foi construída de maneira a, mais uma vez, reforçar a autoconstrução da luta dos trabalhadores rurais no estado de Pernambuco através do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, fortalecendo a noção de que a origem da luta se deu na Zona da Mata do estado. Sendo esse o objetivo geral dessa produção, considerando os tópicos apresentados, mudanças estruturais conquistadas são evidenciadas, enquanto a participação das mulheres aparece como uma vertente dentro da luta em constante crescimento desde 1987 e se fazem presentes alguns pontos sobre as expectativas para o futuro do movimento. Retomando Rüsen (2016), reelaborar os fios das realidades individuais das lideranças que acabam convergindo na costura de uma história coletiva indica a intenção no processo de contar e no processo de construir a narrativa do ciclo de greve, relevando, assim, o cerne do que nomeio de cultura histórica a partir de experiências de pessoas reais, de carne e osso, cuja força das narrativas consiste no modo latente de exposição e articulação de suas experiências individuais e coletivas. Ainda, considero as proposições de Schaff (1995) de que os historiadores definem e escolhem o que são fatos históricos, com a ideia de que os agentes da Academia Sindical se colocam e agem por vezes como historiadores profissionais, ainda que muitos não possuam a formação acadêmica formal, pois, ao passo que elegem lideranças para contar suas experiências e as organizam em uma narrativa, em concomitância decidem quais eventos foram decisivos a ponto de serem fatos e marcos históricos, os quais significaram pontos de ruptura e geraram mudanças expressivas para esses trabalhadores.

Essas características foram compostas de maneira linear dentro da narrativa, de modo que pude construir, enquanto analisava, uma linha do tempo histórica, na qual a luta do campo teve início nos anos 1950 com a Ligas Camponesas, em luta contra a violência estrutural de exploração que acometia os trabalhadores rurais, seguindo para o surgimento dos sindicatos rurais e organizações em defesa dos trabalhadores até o ano de

1964. A linha da narrativa segue para o golpe militar de 1964, com as intervenções, perseguições e retorno da violência direcionada aos sindicalistas e trabalhadores. A resistência é reconstruída coletivamente no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979 e culmina na organização da greve de 1979 e a vitória dos trabalhadores. Os anos 1980 são descritos como uma década de constantes mobilizações na Zona da Mata durante o ciclo de greves e de crescente mobilizações no Sertão e Agreste do estado com a construção das barragens, expulsão dos trabalhadores e as Frentes de Emergência. A linha do tempo segue para os anos 1990, 2000, o tempo presente, onde são expostas as expectativas para o futuro do movimento, que estão de acordo com as demais fontes analisadas. Essa é uma síntese construída em formato de linha do tempo cronológica que abarca uma imensa complexidade de subelementos, os quais serão examinados e analisados com maior cuidado e atenção no tópico seguinte.

Dada esta reflexão, tomarei como base a interpretação feita do material sobre a Academia Sindical a fim de dar seguimento para a análise. A publicação foi feita no ano de 2002, na revista intitulada *Décadas de luta*, produzida pela FETAPE, edição comemorativa do aniversário de quarenta anos da Federação. Escrita em forma de relato histórico, retrata a narrativa desde sua fundação, no ano de 1962, perpassando os marcos considerados importantes. O texto de abertura destaca as mudanças de táticas para garantia da sobrevivência do Movimento Sindical durante os governos militares, assim como a ampliação da luta a partir da década de 1980 durante o ciclo de greves na Zona da Mata, como também as ocupações iniciadas nos primeiros anos da década de 1990. Nesse sentido, o texto escrito por Aristides Santos, presidente da Federação no ano da publicação, destacou, como vimos em diversos outros relatos já demonstrados, que a FETAPE sempre teve o objetivo de contribuir com a formação intelectual dos trabalhadores por meio da promoção de seminários, congressos e encontros, com o propósito de fomentar a consciência mais crítica acerca da realidade:

promovendo a construção de uma identidade social que unifica segmentos diferentes do meio rural em torno de questões centrais da luta de classe, para, por fim, criar caminhos que levem à transformação das relações sociais no campo de forma estrutural e permanente. (FETAPE, 2006, p. 4)

Aristides escreveu que a FETAPE, a partir de sua criação, desenvolveu um trabalho primordial para o movimento desde a primeira greve canavieira, sendo essa a

primeira e maior greve no campo, ocorrida em 1963. No texto, foi lembrada como um momento de grande mobilização entre Sindicatos e Ligas Camponesas, que tinha como objetivo de unir forças para a campanha salarial daquele ano. Nesse contexto, o governo de Miguel Arraes foi colocado como elemento facilitador e impulsionador dos movimentos de trabalhadores, brutalmente barrados pelo golpe militar no ano de 1964. O texto afirma que a FETAPE se tornou alvo de perseguições e com isso houve uma grave crise política e financeira interna da Federação, levando ao despejo do prédio em que funcionava no ano de 1965. A narrativa segue contando que os sindicatos recuperaram certa força até que o AI-5 foi instaurado e um novo período de terror passa a tomar conta do campo, em particular o Movimento Sindical Rural. Afirma-se que nesse período de maior perseguição e vigilância interna o movimento buscou associar-se a espaços que permitissem que a formação dos trabalhadores continuasse:

O convênio com a cruzada ABC (Ação Básica Cristã), firmado por meio do Ministério do Trabalho, é um exemplo disso. O objetivo era alfabetizar os trabalhadores(as) rurais adultos, instalando escolas nos engenhos, sítios e arruados. (...) A FETAPE também participou de um convênio com o PEBE (Programa Especial de Bolsas de Estudo) na década de 1970. Os sindicatos faziam as inscrições dos bolsistas e informavam onde eles estudariam. Este programa contemplou 4.400 bolsistas” (FETAPE, 2006, p. 7)

Assim como os cursos promovidos pela Federação e entidades católicas eram uma forma de manter os trabalhadores em constante formação, os programas de rádio foram criados no ano de 1971 e funcionariam também como ponte para manter viva comunicação com os trabalhadores. A narrativa aponta que, mesmo diante da pressão dos latifundiários, da Delegacia Regional do Trabalho - DRT e dos militares, a FETAPE buscou manter a formação dos trabalhadores através do seu departamento de educação. Os elementos da violência e da superexploração são ressaltados em tópicos ao longo da revista, principalmente quando se referem à origem do movimento sindical no campo. Assim como a organização sindical, novamente mencionada através da criação dos programas radiofônicos, é elemento presente na construção narrativa de todas as fontes, como será possível identificar mais adiante.

Ao tratarem da década de 1980, a temática prioritária passa ser as mudanças das estratégias de luta, sendo eleito como marco temporal o 3º Congresso Nacional dos

Trabalhadores Rurais de 1979, onde, como já vimos, foi percebida a necessidade de reorganização das lutas para o sentido coletivo. A política nacional de abertura política foi colocada como um fator de motivação para modificação da estratégia de lutas e para as pautas da campanha salarial. São considerados marcos históricos dentro da narrativa tanto a campanha salarial de 1980 seguida pela greve, com adesão total de 200 mil trabalhadores rurais, como o 1º Congresso Estadual de Delegados Sindicais, realizado no ano de 1981, que contou com a participação de 400 trabalhadores. As conquistas obtidas ao longo do ciclo de greves são citadas e a dificuldade do cumprimento dos direitos foi ressaltada na escrita. A publicação de 1984 *Açúcar com gosto de sangue: violências na Zona Canavieira de Pernambuco*, referida no capítulo 2 desta Dissertação, também foi apontada como uma das medidas tomadas pela Federação que alcançaram impacto nacional e internacional.

Nos anos que se referem ao ciclo de greves, sendo citado em específico o ano de 1981, quando o polo sindical reunia 13 sindicatos entre Pernambuco e Bahia (estados atingidos pelas barragens do Rio São Francisco), foi dito que a FETAPE trabalhou com o objetivo de localizar terras para o reassentamento adequado para a vida dos trabalhadores que viviam naquela região, culminando na entrega de um plano que organizava as propostas de reassentamento os grupos de cada município atingido. Nesse sentido, os anos seguintes, além das greves em torno das campanhas salariais anuais, também foram marcados por mobilizações em torno do processo de transferência dos moradores.

Adentrando nesse ponto, esse opúsculo traz um tópico específico que trata do histórico da seca no estado e das frentes de luta, no qual a narrativa se volta para o início do Movimento Sindical no sertão do estado na década de 1960 a partir da ação do Bispo de Afogados de Ingazeira, Dom Austragésilo Mesquita. Foi dito que o fortalecimento do movimento no interior só se deu no ano de 1979, com o início da grande seca que teria duração de cinco longos anos, causando empobrecimento da população do interior, mortes de pessoas, de animais, tendo como uma das consequências fatais a fome absoluta, que gerou o deslocamento em massa de trabalhadores em busca de sobrevivência. Em desacordo com as políticas direcionadas da ditadura militar que beneficiavam os grandes proprietários, os trabalhadores do sertão se mobilizaram contra a seca no Polo Sindical do Pajeú, fato que desencadeou uma série de passeatas e manifestações públicas. Nesse

momento, um documento de reivindicação sobre as frentes de emergência foi organizado e em seguida aprovado pelo Estado e pela União.

Um dos pontos de conflito que observo presentes na cronologia da FETAPE surge dessa narrativa dos anos de seca é sobre o início da participação das mulheres, a partir das mobilizações das Frentes de Emergência. O debate acerca do quando as mulheres trabalhadoras canavieiras passaram a integrar a luta, podendo levar suas pautas específicas e participar ativamente das ações, mobilizações, reuniões e demais atividades, é um subelemento que apresenta divergências nos relatos das duas lideranças mulheres entrevistadas, Augustinha Viana da Silva e Arlinda Antônia de Lima. A narrativa tende a apontar a FETAPE como o agente mobilizador das assessoras sindicais para “iniciar” o trabalho de organização das mulheres, mesmo tendo dito antes, como indicado no tópico anterior, que as mulheres do sertão já tinham iniciado sua organização em 1981, antes da primeira intervenção da FETAPE. Ainda, foi destacado que desde 1981 a FETAPE e outros sindicatos rurais já se preocupavam com a integração das mulheres na organização sindical, mas esta era restrita às esposas de diretores e funcionárias dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Nesse sentido, é entendido que após a primeira reunião de mulheres no sertão, ocorrida no município de Serra Talhada, as mobilizações foram estendidas para outros oito municípios. Então, diversos grupos de mulheres foram criados por todas as regiões do estado, fortalecendo o movimento apenas no ano de 1985. Sendo só a partir desse ano que houve frentes de greve, mobilizações e comandos de greves organizados apenas por mulheres. Este se tornaria, então, outro marco elencado pela narrativa o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata Canavieira de Pernambuco, ocorrido em março de 1986 no Centro Social da FETAPE, em Carpina, que teve como objetivo promover as mulheres militantes das questões do trabalho rural na cana-de-açúcar. Portanto a reafirmação constante de que a FETAPE teve o primeiro movimento impulsionador da construção da organização de mulheres no campo torna evidente a necessidade e presente reforço da cultura histórica da Federação, aliando a perspectiva de gênero à consciência de classe.

O elemento da superexploração é facilmente identificado na narrativa quando então são dedicadas páginas para evidenciar o caráter histórico da violência no campo brasileiro. A narrativa conta que a exploração atravessou décadas e esteve presente em toda a história da relação entre empregador e empregado. Nessa direção, o texto faz uma síntese desde a exploração colonial com a destituição das terras indígenas, fazendo

menção à “degradação dos quilombos”, luta entre camponeses e exército em Canudos - Bahia, Contestado em Paraná e Santa Catarina. Faz também menção à repressão sofrida pelos imigrantes durante as greves de 1911 nas fazendas paulistas, luta entre posseiros e grileiros na década de 1950 no Pará. As Ligas Camponesas são destacadas e sua origem na década de 1950 é tomada como marco nacional da organização do campo, ao mesmo tempo apontam que a violência crescia à medida que o movimento sindical se desenvolvia. É feita menção à ação importante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), à contabilização de assassinatos, julgamentos e condenações, e à impunidade aos criminosos. O assassinato do líder João Pedro Teixeira de Sapé, na Paraíba, em 1962, é mencionado como exemplo da perseguição dos líderes do meio rural. Nesse sentido, disputa por terras é compreendida como a motivação da existência de constante violência sofrida pelos trabalhadores do Nordeste, culminando na expulsão de moradores, tendo como instrumento principal a coação por violência e a detenção de poder econômico e político. Apesar de todo o texto reforçar que se tratava da FETAPE a sua personagem central, somente na conclusão dessa revista há a menção direta à Federação:

A FETAPE coordenou firmemente ações contra a violência patronal e do Estado, denunciando-as de forma ampla e imediata na imprensa local, nacional e internacional. Fez acompanhamento criminalista, promoveu debates sobre a questão, publicou e divulgou dossiê sobre a violência. (FETAPE, 2006, p. 30).

Ainda na publicação de 2018 grandes greves são destacadas como históricas e que causaram rupturas na história do MSTTR, a greve de 1979 em São Lourenço da Mata e Paudalho e a greve ocorrida no ano 2005, reafirmando a concepção de linha cronológica que está sendo delineada nessa análise:

Durante o período de 1979 a 2017, aconteceram 15 campanhas salariais com greves e 24 sem movimentos grevistas. Os paradesiros tinham, normalmente, de dois a três dias de duração, pois o Tribunal Regional do Trabalho os julgava imediatamente, para evitar um período longo de paralisação. Entre as muitas greves ocorridas, aqui, serão destacadas duas. Essas marcaram a caminhada do assalariamento rural na Zona da Mata. A primeira, foi a greve de 1979, que demonstrou a disposição dos/as trabalhadores/as de lutar por seus direitos. Ela envolveu mais de

250 mil assalariados, possibilitando a conquista da 1ª Convenção Coletiva de Trabalho, que vem sendo renovada anualmente, permitindo avanços e garantia de direitos. (FETAPE, 2018, p. 27)

A análise da construção detalhada dos aspectos abordados até então acerca da construção narrativa da FETAPE são relevantes, pois a Academia Sindical, ao elaborar a história das lutas dos canavieiros no campo em Pernambuco, também está a concebendo como uma parte integrante de uma história mais ampla no tempo e no espaço. Diante dessa perspectiva de integrar uma história mais ampla, talvez esteja sinalizado que a organização dos trabalhadores da FETAPE é tão sofisticada quanto possa parecer, pois a medida em que seus filiados elaboram sua consciência histórica, fortalecem sua consciência de classe e consolidam a cultura histórica própria. Frente às condições de vida e de trabalho dos camponeses, a exemplo de tantas lutas em todo o território nacional, não apenas em Pernambuco, a história da FETAPE fortalece essa luta dos trabalhadores do campo de séculos/décadas de todo o território nacional.

3.4. O presente atento ao passado e o futuro enquanto campo de possibilidades e expectativas

A luta salarial
As greves da região
A luta contra a seca
Do Agreste e no Sertão
Toda luta da Fetape
Também na formação

A luta da juventude
E da terceira idade
A política p/ mulheres
Na nova realidade
E a política agrícola
Conquistas e novidades

Lutando pelos direitos
Para viver com decência
Resistência da Fetape
Contra a violência

*E todas essas lutas
Precisam ser resgatadas
E assim a Academia
Pra esse fim foi criada
Mas precisa que você
Ajude na caminhada*

*Em dois mil e quinze
Começamos a resgatar
A história dos sindicatos
Prá depois apreciar
Só ouvindo é possível
A gente saber contar*

*Dois mil e dezesseis
Com solidariedade
Diversos Sindicatos
Vão dar continuidade
No trabalho planejado
Dentro da realidade*

(DA LUZ FILHO, 2016, p. 27-29, grifos meus).

O trecho “*Só ouvindo é possível / A gente saber contar*” é uma afirmação que pode ser interpretada de diversas maneiras, desde como foi escrito o folheto de apresentação da Academia Sindical FETAPE, em poesia, possivelmente, uma maneira considerada de chamar a atenção para gerar diálogo e entendimento entre os trabalhadores, dado o aspecto cultural da região, até o modo de integrar as novas pautas e os novos agentes do movimento, como a juventude, que pode ser simbolizada pelo ato de se passar adiante o bastão da luta.

Portanto, é dito que é preciso ouvir as antigas lideranças para saber contar a história do MTTR, sendo evidenciado o respeito pela história de vida e de luta das lideranças eleitas. A valorização desses relatos se dá por meio do uso delas na costura da história de uma classe, de uma categoria sindicalizada e organizada pela Federação. Nessa direção, as centelhas de esperanças tentam se acender através da narrativa da Academia Sindical, pela qual passado, presente e futuro se entrelaçam na concepção de manter vivas as memórias e o legado dos líderes sindicais rurais das últimas décadas do século XX em Pernambuco, visando um futuro que só pode ser construído a contento desse não se

esquecer do passado. Para a Academia Sindical a necessidade latente de passar adiante, contar e recontar a história dos sindicatos e do movimento, é algo para ser lembrado e contado com honra. Por isso, considero três elementos fortes intrínsecos presentes nessa fonte: a noção de cultura histórica, pois constroem sua própria história, são donos de sua narrativa e reivindicam ela; a presença da consciência histórica, onde aqui são vistos sujeitos ativos dentro da história, em sua complexidade que perpassa o passado, presente e futuro; a compreensão de consciência de classe, pois as “*Memórias Vivas*” entrevistadas são agentes históricos que construíram suas trajetórias individuais de luta por direitos, mas que tiveram suas experiências irradiadas para um eixo central, as lutas por direitos dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco.

Com isso, reafirmo a compreensão de que a FETAPE, por meio da Academia Sindical, pretende, por meio da valorização, preservação e organização do passado de lutas, mirar para um futuro de expectativas com base na experiência de lutas trilhada pelas antigas gerações, ao mesmo tempo em que constrói com forte envergadura a narrativa sobre seu passado de lutas, assumindo seu lugar de agentes da história.

Um dos integrantes das chamadas “memórias vivas”, Amaro Biá declarou que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais foi uma escola em sua vida, quando, aos 14 anos, se integrou ao movimento, permanecendo nele até o momento da entrevista: “Esses momentos marcaram a minha vida. O conhecimento que conseguimos adquirir e repassar para os companheiros é algo muito importante, até porque esses processos nos ensinam também” (p. 16). Quando fala de suas perspectivas para o futuro, aponta:

Para o futuro, eu espero que, na região canavieira, seja feito um estudo e seja adotada uma política para resolver o problema da monocultura. Muitas terras foram desapropriadas e entregues aos trabalhadores sem nenhum projeto produtivo. Precisamos aproveitar esse governo popular, para conquistarmos capacitação produtiva. Temos o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e devemos aproveitar essa política. Outra questão é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais luta e conquista uma política, mas outras instituições ou lideranças assumem o crédito. (Entrevista de Amaro Francisco da Silva Biá, FETAPE, 2013, p. 15).

Já Beija-Flor compartilhou suas impressões sobre as lutas de hoje, destacando as diferenças principais que marcam as demandas do tempo presente e a necessidade de

formação política e educacional voltada para a juventude dentro do movimento sindical rural:

Hoje, eu percebo que o contexto em que se dá a luta do Movimento Sindical Rural é bem diferente. A violência é bem menor do que na minha época, e isso faz grande diferença. Quando um batia em nossa porta, a família ia atender, enquanto a gente ganhava as capoeiras com medo de ser assassinado. No período entre 1980 e 1985, eu brincava o carnaval mascarado dentro de um clube, com medo de emboscadas. (...) Acho que o Movimento precisa trabalhar com mais força a questão da educação. Porque, hoje, temos um campo muito bom para dialogar. Temos que lutar por melhorias nas escolas, na educação do campo e, para isso, contamos com uma ferramenta importante, que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do MSTTR, que os Sindicatos precisam valorizar mais. Também precisamos apostar ainda mais na educação da juventude. Os dirigentes precisam abrir mais espaço para que a juventude possa ocupar as diretorias e os espaços de liderança. Como João da Luz já dizia: se você continua fazendo as mesmas coisas, vai ter os mesmos resultados. Euclides Nascimento também falava que os dirigentes antigos já fizeram cursos demais, já se fortaleceram demais e, agora, os mais jovens é que precisam ter a oportunidade (...). (Entrevista de Severino Domingos de Lima, FETAPE, 2013, p. 24)

Sobre suas impressões acerca da conjuntura do tempo presente, Zé Francisco reforça que o caminho para o fortalecimento do movimento no tempo presente é a formação e politização da juventude, fazendo referência ao trabalho consistente feito durante os anos de sua atuação na Federação e Confederação:

O trabalho que vemos hoje, do Movimento, é baseado em muitas conquistas alcançadas com as lutas do passado. Porém é preciso fortalecê-las. A força da juventude, por exemplo, não deve estar ligada apenas à criação de um órgão específico, mas ao fortalecimento da politização desse público. Sinto que precisamos definir melhor que projeto de sociedade queremos. Na minha visão, passa por um projeto de reforma agrária, que quebre a estrutura latifundiária, para a construção de uma sociedade mais humana, mais justa e solidária, com educação,

saúde e segurança de qualidade. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, ocorreu essa redistribuição da terra, no período da colonização. Esse projeto não é apenas do idoso, das mulheres, dos jovens, mas é do campo. Acredito que os processos de formação são os caminhos para chegarmos a esse aprofundamento. (Entrevista de José Francisco da Silva, FETAPE, 2013, p. 35).

A sua narrativa de análise sobre o tempo presente está unida à suas expectativas para o futuro do movimento do campo:

Para o futuro do Movimento, eu também aposto na formação, na organização e na politização. Espero que consigamos ampliar o nosso trabalho para a classe e não apenas para os associados. A questão é politizar, porque o agronegócio está arraigado e temos que fazer o enfrentamento. Em relação à zona canavieira, precisamos fortalecer a luta para mudar a lei vigente, e conquistar a imissão de posse dos engenhos que estão nas mãos dos trabalhadores. (...). veio Fernando Henrique, mas o mais importante para o Movimento Sindical foi Lula ter sido eleito. Ele foi uma pessoa a quem Deus deu coragem, alma e fé para trabalhar. Atualmente, Dilma continua com essa missão e vai avançar mais, se Deus quiser! Eu acredito no Movimento, e enquanto tiver forças, não vou deixar de dar minhas contribuições. Foi por isso que Deus nos colocou na terra, e a missão que a gente tem que desempenhar não tem hora marcada, não. (Entrevista de José Francisco da Silva, FETAPE, 2013, p. 35).

José Novaes, assim como Zé Francisco quando apontou suas impressões sobre a luta do tempo presente, refletiu sobre sua percepção de que as formações das bases precisam ser direcionadas às lideranças jovens, pois estes que darão encaminhamento ao movimento no presente e no futuro:

Um caminho no qual eu acredito para fazer o Movimento crescer ainda mais são os jovens. O futuro do país é a juventude. Por isso, acho que o Movimento precisa investir ainda mais nas lideranças jovens. Caso contrário, daqui a pouco, a gente vai ver o Sindicato com quatro ou cinco membros. Um líder morre, outros vão para a faculdade e nós vamos ficar sem ninguém. Se lembrarmos como Movimento era, há 50 anos,

podemos ver que, hoje, ele está bem diferente. Acho que é necessário aprendermos a ouvir mais. Quase sempre, a gente fala demais e ouve pouco. Tudo que eu sou e que conquistei devo ao Movimento. Por isso, ainda hoje, estou disponível 24 horas para essa luta. E estarei disponível até o dia em que eu partir desse mundo. (Entrevista de José Soares Novaes, FETAPE, 2014, p. 51-52)

José Barbosa também apontou os desafios da luta no tempo presente com a necessidade da formação de base:

Eu avalio que a Internet, a televisão, ou seja, os meios de comunicação facilitaram a forma de fazer sindicalismo, mas, de certa forma, distanciaram o Movimento da base. Algumas lideranças têm um discurso muito forte, mas a sua base está desinformada. (...) Para o futuro do Movimento, eu espero que as lideranças desenvolvam estratégias para lidar com a diversidade de instituições, que está espalhada por todo o Brasil. Isso irá fazer a diferença na hora de definir bem a nossa linha de ação e de manter os trabalhadores mobilizados e ligados à nossa luta. É preciso ainda que a solidariedade se mantenha e se fortaleça, para que a unidade e a identidade do Movimento sejam mantidas. (Entrevista de José Barbosa da Silva, FETAPE, 2014, p. 61-62)

Augustinha Viana permeia sua narrativa pelas décadas de 1990 e 2000 e, por fim, aponta suas impressões sobre a luta do tempo presente e também o reforço para a necessidade da formação e luta a partir das bases:

Não existe Sindicato sem a base. Isso, nós não podemos esquecer! Participar e contribuir com o Sindicato é importante, para que ele nos garanta as condições de trabalho, que nos permita acessar nossos direitos da Previdência e muitos outros. A organização que o nosso Movimento adquiriu é muito importante. Temos reuniões no Sindicato, no Polo, entre os delegados. Porém não podemos esquecer que a nossa força está na base e é lá que nós temos que investir, que capacitar e que manter o ânimo para a luta. Se não investirmos em nossa base, o Movimento Sindical morre. Como vai existir Movimento sem pessoas, sem sonhos, sem luta? Precisamos fazer com que o trabalhador, seja dirigente ou não, sinta-se parte importante do

Na escolha narrativa das lideranças em seus testemunhos constam suas expectativas para o futuro do MSTTR, como visto nos depoimentos acima. Trazem a perspectiva de quebra da “estaticidade” do passado, como aponta Rüsen (2016), remetendo-o para o presente, mas também relacionando os tempos entre si, passado, presente e futuro almejado. Essa característica perpassa todos os relatos e é uma nítida demonstração da consciência histórica desses agentes: por meio do ato de rememorar, pelo qual reinterpretam as suas experiências através do tempo, revelam novos significados e propósitos são postos nas expectativas para um futuro a ser construído coletivamente pela classe. A interação entre esses elementos confere uma das características do fazer da cultura histórica da Academia Sindical, fechando assim o ciclo de correlação entre os elementos estruturantes da narrativa elaborada.

Nesse sentido, retomando as concepções de Koselleck (2006) de *espaço de experiências* e *horizonte de expectativas*, compreendo que a história, por não ser construída sob pilares e estruturas fixas, tende a se moldar em meio a dinâmicas de conflito entre classes, como vimos de modo explicitado no capítulo 2, mas também se faz sob a égide de conflitos e demandas internas da classe trabalhadora. As experiências das mulheres vividas ao longo do ciclo de greves e especialmente na segunda metade da década de 1980 criaram possibilidades para que no tempo presente suas pautas fossem vistas, acolhidas e valorizadas, ainda que não estivessem presentes diretamente nas fontes produzidas no calor da hora dos conflitos. Olhar para o passado sob a perspectiva do tempo presente deu condições aos agentes da memória e da história da Academia Sindical de reelaborarem uma narrativa dos trabalhadores rurais da FETAPE enxergando as mulheres também como agentes históricos. Assim como foram insistentemente apontadas nos testemunhos das lideranças a necessidade de inclusão e a formação das gerações novas, com vistas para o futuro, o horizonte de expectativas. Ainda, o cuidado, próprio do tempo presente, com a porção idosa dos canavieiros que no período do ciclo de greves eram também os agentes que faziam a história que hoje se quer escrever, divulgar e manter viva.

Portanto, o texto de finalização da revista em questão (FETAPE, 2006) reforçou as bandeiras defendidas pela FETAPE, compreendendo a história como elemento que dá

sustentação a um projeto de futuro e trazendo o elemento de consciência de classe relacionada com a consciência histórica:

para que a reforma agrária aconteça e resolva os conflitos no campo, de mãos dadas com o assalariado, com a mulher, com o jovem e com o idoso; para que a educação no campo seja uma realidade; para que, com a agricultura familiar, possam os(as) trabalhadores(as) rurais viver com mais dignidade. (FETAPE, 2006, p. 30).

Destacamos que na análise dessa fonte foram identificados elementos estruturantes a violência, a organização sindical e a superexploração da força de trabalho, ambos aliados às perspectivas de consciência de classe, cultura histórica e, na medida em que são analisadas os relatos e construções de memória de lutas coletivas, a perspectiva de consciência histórica mostra-se também presente e atuante.

A fim de contribuir com a interpretação construída, o ano de 2012 ainda contou com mais uma publicação voltada para a comemoração de 50 anos da Federação. O título dado ao texto inicial da publicação, escrito pelo então presidente da FETAPE Doriel Barros, foi *Beber na fonte do passado, para construir um futuro mais digno para o campo*. Essa frase possui impacto para o/a pesquisador/a do tema que a lê e possui grande relevância para o entendimento da noção de consciência histórica que estamos tentando demonstrar. Ali conta-se, com um estilo de escrita que remete à pretensão de objetividade, que a FETAPE buscou promover a valorização do passado, gerar reflexões sobre o presente e expressar desejos para o futuro. Doriel escreve que a FETAPE “entende que reviver momentos de sua história tem uma importância muito grande para o fortalecimento de sua ação” (2012, p. 2). Não só a Federação enquanto conjunto de pessoas mobilizadas com um objetivo a partir de uma compreensão histórica, a narrativa dos materiais produzidos por ela tem o propósito de expressar como enxergam com altivez a grandeza do seu passado, como as conquistas de hoje são resultado deste passado de lutas e da força do povo do campo em Pernambuco, frisando as diferentes regiões que compõem o estado. A comemoração de 50 anos da Federação, além das publicações que analisei, contou com uma série de eventos, entre exposições fotográficas, palestras, feiras, falas políticas, mostras de vídeos e entrega de placas para lideranças históricas da FETAPE, homens e mulheres que obtiveram reconhecimento, entre seus pares, ao longo da história do movimento sindical dos trabalhadores rurais no estado.

A narrativa dessa publicação também se dedicou a lamentar os acontecimentos ocorridos ao longo do ano de 2012 em relação à retomada do que é chamado de “práticas antigas de senhores de engenho”, compreendido como o não cumprimento da função social e dos direitos dos trabalhadores canavieiros, a exemplo do que ocorreu nas Usinas Cruangi e Maravilha. O texto reitera que na ocasião a FETAPE assumiu um posicionamento contundente requerendo ao Incra a desapropriação das terras dos engenhos, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, em casos de descumprimento dos direitos conquistados pelos canavieiros associado ao uso de violência, as terras devem ser destinadas à Reforma Agrária. Portanto a narrativa ressaltou a posição da FETAPE em estar lado a lado com trabalhadores até que seus direitos estejam bem assegurados.

Na mesma fonte, em um trecho escrito por Cícera Nunes da Cruz, então Diretora de Finanças e Administração e Eviene Lima, Assessora da Diretoria de Finanças e Administração, com contribuição Biu da Luz e Mônica Benevides, enfatiza-se uma característica relevante já apontada anteriormente, a de que sempre quando há a necessidade de falar sobre uma pauta do tempo presente a narrativa se volta para o passado, buscando evidenciar o contraste entre o passado e o presente:

Desde sua fundação, a Fetape se preocupou em garantir estratégias para se manter financeiramente. Até o ano de 1967, não existia nenhuma lei que regulamentasse a arrecadação sindical. Foi nessa época, porém, que se instituiu a contribuição sindical para os/as trabalhadores/as rurais. No final da década de 1960, o então presidente da Fetape, Euclides Nascimento, sentindo a necessidade de aumentar a arrecadação, criou mecanismos para impulsionar as finanças do MSTTR, focando principalmente, na animação das bases. A Contribuição Sindical, porém, só foi legalizada com a Lei 1166/71, que tratava dos enquadramentos. A partir daí, a arrecadação era feita juntamente com o Imposto Territorial Rural (ITR), por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já os/as trabalhadores/as em regime de economia familiar, sem empregados, pagavam a contribuição sindical como autônomos. A arrecadação do MSTTR se dava diretamente pelo Incra, que enviava as guias para as prefeituras, cabendo aos Sindicatos orientar os/as trabalhadores/as para fazerem o pagamento. Nesse

momento, houve um aumento no volume dos recursos arrecadados. (JORNAL DA FETAPE, 2012, p. 5).

Também nessa perspectiva, foi analisada a revista de título *Delegacia sindical: o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais fortalecendo a relação com a base* que, por sua vez, teve como documento orientador para sua escrita o material *O mínimo que um delegado sindical precisa saber* (1987), de autoria de Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz). A apresentação do texto foi escrita por Adelson Freitas, então diretor de Organização e Formação Sindical, e nele foi destacado que este material foi produzido com o objetivo de reanimar as bases e fundamentado na experiência acumulada do Setor Sindical da FETAPE. A proposta da cartilha é que ela sirva de consulta permanente para delegados e delegadas sindicais, assim como para dirigentes, como um direcionamento para formação em acampamentos, assentamentos, fazendas, usinas, engenhos e comunidades de agricultores familiares, sempre buscando o fortalecimento das instituições sindicais. No texto há tópicos que são divididos em períodos “de 1961 a 1963”; “período de 1962 a março de 1964”; “o delegado ou delegada sindical no período do golpe”, “as delegacias sindicais após a década de 80” e “delegados(as) sindicais no período de 1995 a 2012”. A narrativa retratada em cada um dos subtópicos retoma a mesma traçada anteriormente nas outras publicações analisadas até então.

Seu último tópico, intitulado *O futuro* (p. 34) é fortemente relevante para corroborar nossa análise, dado o significado narrativo e simbólico que carrega desde a escolha do seu título. Embora não sejam listadas grandes ambições da Federação, e que não haja evidências de um objetivo profundo de ruptura contra o sistema capitalista hegemônico, o que há, de fato, é o incentivo a luta construída, a perpetuação de uma tradição de mobilizações, com a prioridade de unir a classe trabalhadora, assim mantendo a comunicação com as bases:

Os sindicatos são organizações que representam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras para reivindicar e lutar por melhores condições de vida, em um contexto de uma democracia representativa e, também participativa, como previsto na Constituição Federal de 1988. Historicamente, o Movimento Sindical brasileiro; além da organização e defesa dos direitos da classe trabalhadora, tem exercido um importante papel na vida política nacional. Por isso, é fundamental que as duas entidades,

FETAEPE e FETAPE, e os seus sindicatos filiados estejam cada vez mais perto de suas bases, para fortalecer a luta dos/as assalariados/as e agricultores/as familiares, tendo uma maior representatividade junto a essas categorias ampliando o número dos associados/as. Só assim, será possível continuar lutando pela ampliação dos direitos e o fortalecimento da organização do conjunto da classe trabalhadora. (FETAPE, 2018, p. 34)

Para concluir essa análise, não poderia deixar de relacionar com as reflexões sobre experiência de E.P. Thompson (1981) em *Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, quando nos aponta a teoria como uma ferramenta de auxílio para o entendimento das realidades, não sendo ela o ponto de partida para o entendimento complexo das lutas de classes. A crítica se dá justamente por concluir não ser possível compreender as realidades apenas a partir de aparelhos mecânicos conceituais, pois estes são estruturados sob limites que não nos permitem ter acesso às tradições, convicções religiosas, silêncios, traumas, entre outros elementos culturais. Nesse sentido, compreendo o processo de construção da narrativa história de lutas do MSTTR feito pela Academia Sindical como o entrelaçamento entre a experiência com a possibilidade da agência dos sujeitos na história, pois, quando estes revisitam suas memórias, compartilham e tecem sua própria narrativa histórica de fatos, estão consolidando e ocupando o espaço de agência na história.

Considerações finais

Para finalizar, partindo das reflexões que pude desenvolver que culminam na construção teórica costurada ao longo dos três capítulos dessa Dissertação, acredito que pude concretizar o compromisso, exposto no início desse trabalho, de produzir a articulação entre cultura histórica, consciência histórica e consciência de classe dos trabalhadores canavieiros. As interpretações que foram tecidas levaram em conta o processo de retomada das mobilizações no ano de 1979, somada às demais experiências de conflitos de classe que se deram ao longo dos anos seguintes, e puderam ser analisadas, fundamentalmente, a partir dos materiais produzidos pela FETAPE e outras entidades sindicais, sendo eles revistas periódicas, jornais e folhetos no “calor da hora” e que dediquei o Capítulo 2 para este fim. Posteriormente, no Capítulo 3, pude examinar as fontes que foram elaboradas passadas décadas do chamado ciclo de greves, durante o século XXI, organizados pela Academia Sindical FETAPE, a partir do ano de 2012.

Portanto, elaborada a narrativa descritiva da retomada das lutas dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido no ano de 1979, pouco antes da eclosão da primeira greve nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, as fontes utilizadas foram publicações de entidades sindicais rurais feitas durante aquele período e notícias do periódico *Diário de Pernambuco*. Além delas, relatos orais de líderes sindicais que atuaram durante o ciclo de greves também foram reportados aqui. Nessa discussão, o foco foi demonstrar o uso dos instrumentos legais acionados antes da deflagração das greves, em meio a processos de intensificação da superexploração do trabalho e da violência do capital sobre os canavieiros.

Considerando a interpretação desenvolvida, de que a Academia Sindical FETAPE elaborou, de modo sofisticado e organizado, considerações acerca do passado do Movimento Sindical Rural, foi possível elaborar uma das interpretações possíveis acerca desse braço da Federação, onde foram demonstradas as cronologias dos momentos-chave da história desde a metade do século XX, se configurando enquanto ponto central do processo de construção da cultura histórica da Federação acerca de sua própria narrativa histórica. Nessa perspectiva, foram delineadas as compreensões de cultura histórica, consciência histórica e consciência de classe da FETAPE, por meio da atuação e

existência da Academia Sindical, e ainda a interrelação com os demais elementos que caracterizam a elaboração da história do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, cronologicamente solidificadas através das atividades da Federação, entre cursos de formação e publicações sobre as lutas do passado.

Diante disso, considerando a necessidade que a entidade conferiu para a criação de um projeto como a Academia Sindical FETAPE, materializada no ano de 2012, em que foi almejado concretizar o processo de construção da narrativa histórica de lutas do MSTTR, compreendo-a como o elo firme entre a experiência, a agência dos sujeitos na história, a elaboração sofisticada de uma cultura histórica própria do movimento e fortalecimento da consciência histórica da classe trabalhadora rural, especificamente canavieira, de Pernambuco. Ao serem revisitadas, as memórias e as experiências individuais teceram uma costura central e própria representando a narrativa histórica dos trabalhadores canavieiros do estado, consolidando assim o seu espaço de conquistas e legitimação enquanto agentes da história no passado de lutas, no presente de reelaborações e no futuro enquanto horizonte de expectativas.

Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, M. S. *Construindo o sindicalismo rural: Lutas, partidos e projetos*. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. *Resgate*, n.5, 1993, p.47-69.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. 8.ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correa de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Revista Estudos Avançados*, v.15. n.43, p. 267-280, 2001.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, v.1. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BEZERRA, Marcela Heráclio. “Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta fogo”: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015 Campina Grande: Eduepb, 2015. P. 329-358.
- BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CEDI. Canavieiros em Greve: campanhas salariais e sindicalismo. *CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação*, n.14, São Paulo, 1985.
- CONTAG. 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Julho, 1979.
- DABAT, Christine Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015. (P. 359-400.)
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de*

vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FETAPE. *4 Décadas de luta*. Ipsep, Recife, 2006.

FETAPE. *Academia Sindical FETAPE: é preciso conhecer para poder dar valor*. Recife, 2016.

FETAPE. *Delegacia sindical: o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais fortalecendo a relação com a base*. Recife, setembro, 2013.

FETAPE. *O campo meu lugar de viver, ver e transformar: uma homenagem às memórias vivas da Academia Sindical Fetape*. Recife, 2014.

FETAPE. *Zona da Mata: a história do movimento sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais começa aqui*. Recife, 2018.

FONTE, Romeu da. *Doutor Romeu*. Recife: FacForm, 2009.

FRANCO, Gilmar. Y.; SILVA, Márcia P. da. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, v4, n.8, UFGD, Dourados jul./dez. 2010.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2013.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.10, p. 208-231, mar./ago. 1985.

HEREDIA, Beatriz; LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves de metalúrgicos e canavieiros*. – Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2019.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Protestos rurais em Pernambuco, Brasil: 1964 a 1968. *Sociologia, Problemas e Práticas [Online]*, n.64, 2010, (publicado online no dia 12 maio 2013).

HOBBSBAWM, Eric J. História Operária e ideologia. In: *Mundos do Trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JORNAL DA FETAPE. *A força que vem do campo*. Ipsep, Recife, 2012.

JORNAL DA FETAPE. *Uma história de lutas e conquistas: a força que vem do campo*. Ipsep, Recife, 2012.

JORNAL DA FETAPE. *Ao olhar nossa história, encontramos forças para as lutas do presente*. Ipsep, Recife, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 304-329.

LE GOFF, Jacques. História. In: *História e memória*. Ed. Unicamp. São Paulo, 1990.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 309-327.

LOPES, José Sérgio Leite. Açúcar amargo. *Ciência Hoje*, v. 4, n.20, p.27-32, 1985.

LUCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

LIMA, Severino Domingues de. Trabalhador rural e líder sindical: relatos de memória de Severino Domingues de Lima, o poeta “beija-flor”. Transcrição de Júlio César Pessoa de Barros e Sailes Emanuel da Silva. *V Oficina Sociedades Açucareiras*, 22 de novembro de 2013, p. 139-154.

MARTINS, Estevão de Resende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (ORGs.). O que é Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história. IN: *Jörn Rüsen: Contribuições para uma teoria didática da História*. Curitiba: W.A. Editores Ltda., 2016, p. 53-82.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury, *Projeto História*, São Paulo, 1993.

O TRABALHADOR RURAL. 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ano 11, Nº Especial, maio e junho, 1979.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. *Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. As greves metalúrgicas de 1978 e 1979 em São Paulo, Osasco e Guarulhos no ciclo nacional. In: *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*. Org.: José Sérgio Leite Lopes e Beatriz Heredia – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019, p. 81-123.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. A memória exercitada: uso e abuso; Memória pessoal, memória coletiva; O esquecimento. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 71-99; p. 105-134; p. 423-459.

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

RÜSEN, Jörn. A força cognitiva da Cultura Histórica. In: *História Viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2007, p.121-153.

SCHAFF, Adam. A objetividade da verdade histórica. In: *História e verdade*. Tradução: Maria Paula Duarte. Revisão: Carlos Roberto F. Nogueira. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 201-311.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. *Raízes*, Campina Grande, v.21, n.1, p. 10-3, jan./jun. 2002.

SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, v.29, n.3, p.50-72, 1986.

SIGAUD, L. *Greves nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, UFPB, n.16, p. 33-46, jan/jun.2007.

SILVA, Bárbara M. C. *Acordo do Campo de 1963: memórias das condições de trabalho e das lutas sociais dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco*. João Pessoa: Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História, 2019.

SILVA, Bárbara M. C; DANTAS, Maressa F. P. Greves e conflitos na zona canavieira de Pernambuco: trabalhadores na luta por direitos (1979-1980). *16º Encontro Nacional da ABET*, UFBA, Salvador, 2019.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. Fernando Teixeira da Silva. - 2 ed., rev. e ampl. – São Paulo: Alameda, 2019.

SILVA, Janaína Vicente da. *As mulheres vão à luta: experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991)*. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação da UFPB, 2022.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. – vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Orgs.) NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. P.269-281.

THOMPSON, E. P. *The history from below*. TSL, April 7, 1966.